

# DISCURSOS E PRÁTICAS DOCENTES

## *Reflexão e Ação Educativa*

*Volume 5 - 2023*



Organizadores  
**Jadilson Marinho da Silva**  
**Rafaella Sales da Silva**  
**Maria Rosineide Saraiva Sombra**  
**Lilian Bento de Souza Silva**

# DISCURSOS E PRÁTICAS DOCENTES

## *Reflexão e Ação Educativa*

*Volume 5 - 2023*



*Organizadores*  
**Jadilson Marinho da Silva**  
**Rafaella Sales da Silva**  
**Maria Rosineide Saraiva Sombra**  
**Lilian Bento de Souza Silva**

© 2023 – Editora Real Conhecer

[editora.realconhecer.com.br](http://editora.realconhecer.com.br)

realconhecer@gmail.com

### **Organizadores**

Jadilson Marinho da Silva

Rafaella Sales da Silva

Maria Rosineide Saraiva Sombra

Lilian Bento de Souza Silva

**Editor Chefe:** Jader Luís da Silveira

**Editoração e Arte:** Resiane Paula da Silveira

**Capa:** Freepik/Real Conhecer

**Revisão:** Respectiveos autores dos artigos

### **Conselho Editorial**

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586d Discursos e Práticas Docentes: reflexão e ação educativa - Volume 5  
/ Jadilson Marinho da Silva; Rafaella Sales da Silva; Maria Rosineide Saraiva Sombra, et al (organizadores). – Formiga (MG): Editora Real Conhecer, 2023. 130 p. : il.

Outra organizadora  
Lilian Bento de Souza Silva

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-84525-83-2  
DOI: 10.5281/zenodo.10327907

1. Discursos. 2. Práticas Docentes. 3. Reflexão. 4. Ação Educativa. I. Silva, Jadilson Marinho da. II. Silva, Rafaella Sales da. III. Sombra, Maria Rosineide Saraiva. IV. Silva, Lilian Bento de Souza. V. Título.

CDD: 371.1  
CDU: 37

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Real Conhecer  
CNPJ: 35.335.163/0001-00  
Telefone: +55 (37) 99855-6001  
[editora.realconhecer.com.br](http://editora.realconhecer.com.br)  
[realconhecer@gmail.com](mailto:realconhecer@gmail.com)  
Formiga - MG  
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:  
<https://editora.realconhecer.com.br/2023/12/discursos-e-praticas-docentes-reflexao.html>



**DISCURSOS E PRÁTICAS DOCENTES: REFLEXÃO E AÇÃO  
EDUCATIVA**

**VOL. 5**

**AUTORES**

**CARLA DANIELE ARAÚJO FARIAS NASCIMENTO**

**DÉA REIS DE MORAES DA CUNHA**

**DIENES SANTANA DA SILVA**

**GLEYDSON LUIZ ALVES DA SILVA**

**JOSÉ CARLOS DINIZ SILVA**

**MARINEIDE MARTINIANO DO NASCIMENTO**

**NEUNAMAR GOMES ALVES**

**WALDJA KYRLLA MEDEIROS FEITOSA ARAÚJO**

## PREFÁCIO

É com grande prazer e entusiasmo que apresento a obra “Discursos e Práticas Docentes: reflexão e ação educativa- Volume 5”. Este livro é uma compilação de pesquisas e reflexões que abrangem diversos temas relacionados à educação, oferecendo uma visão abrangente e atualizada sobre os desafios e as inovações nesse campo.

A educação desempenha um papel fundamental na formação de indivíduos e na construção de sociedades mais justas e prósperas. É por meio dela que transmitimos conhecimento, valores e habilidades necessárias para o desenvolvimento humano e o progresso coletivo. No entanto, a educação não é um campo estático. Ela está em constante evolução, adaptando-se às mudanças sociais, tecnológicas e culturais que ocorrem ao nosso redor.

Neste livro, reunimos uma seleção de estudos que refletem essa dinamicidade. Os capítulos abordam uma ampla gama de tópicos, desde as abordagens pedagógicas mais eficazes até a importância da inclusão e diversidade nas salas de aula.

Os autores dos capítulos são especialistas e pesquisadores comprometidos com a busca por soluções inovadoras e baseadas em evidências para os desafios educacionais enfrentados atualmente.

Esperamos que os leitores encontrem nestas páginas inspiração e orientação para enfrentar os desafios do cenário educacional contemporâneo.

Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva

## SUMÁRIO

<p><b>Capítulo 1</b>  <b>A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA SALA DE AULA DO ENSINO REGULAR</b>  <i>Marineide Martiniano do Nascimento; Gleydson Luiz Alves da Silva</i></p>	<b>9</b>
<p><b>Capítulo 2</b>  <b>IMPORTÂNCIA DA LEITURA E AS BASES LEGAIS SOBRE LEITURA E BIBLIOTECA</b>  <i>Waldja Kyrlla Medeiros Feitosa Araújo</i></p>	<b>26</b>
<p><b>Capítulo 3</b>  <b>GESTÃO DE PROJETOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA PROPOSTA DE MELHORIA NO GERENCIAMENTO ESCOLARES</b>  <i>José Carlos Diniz Silva</i></p>	<b>43</b>
<p><b>Capítulo 4</b>  <b>A DISLEXIA E SEUS FATORES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NA CRIANÇA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b>  <i>Dienes Santana da Silva; Gleydson Luiz Alves da Silva</i></p>	<b>57</b>
<p><b>Capítulo 5</b>  <b>O PAPEL DO NEUROPSICOPEDAGOGO INSTITUCIONAL E A INTERVENÇÃO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO COM AUTISMO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b>  <i>Carla Daniele Araújo Farias Nascimento; Gleydson Luiz Alves da Silva</i></p>	<b>73</b>
<p><b>Capítulo 6</b>  <b>EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO</b>  <i>Neunamar Gomes Alves</i></p>	<b>88</b>
<p><b>Capítulo 7</b>  <b>AVALIAÇÃO E A RELAÇÃO ADMINISTRATIVA E EDUCACIONAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS</b>  <i>Déa Reis de Moraes da Cunha</i></p>	<b>104</b>
<p><b>Capítulo 8</b>  <b>LIVRO E BIBLIOTECA: COMO SURGIRAM?</b>  <i>Waldja Kyrlla Medeiros Feitosa Araújo</i></p>	<b>112</b>
<p><b>Organizadores</b></p>	<b>129</b>

**Capítulo 1**  
**A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM**  
**DEFICIÊNCIA NA SALA DE AULA DO ENSINO**  
**REGULAR**

*Marineide Martiniano do Nascimento*  
*Gleydson Luiz Alves da Silva*

## **A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA SALA DE AULA DO ENSINO REGULAR**

**Marineide Martiniano do Nascimento**

*Professor de Libras. Licenciado em Letras/ Libras pela UFPB. Especialista em Libras pelo IFPB. Mestre em Ciências da Educação pela UDS. Email: [profneidemn@gmail.com](mailto:profneidemn@gmail.com)*

**Gleydson Luiz Alves da Silva**

*Professor de Libras. Licenciado em Letras/ Libras pela UFPB. Especialista em Libras pelo IFPB. Mestre em Ciências da Educação pela UDS. Email: [gleydsonletraslibras@gmail.com](mailto:gleydsonletraslibras@gmail.com)*

### **1 INTRODUÇÃO**

A educação especial na perspectiva da educação inclusiva é uma temática bastante polêmica e abrangente que necessita ter um olhar holístico, gerenciado por debates, discussão, planejamento e implementação de políticas públicas que visem atender as necessidades educacionais dos alunos com deficiência.

Portanto, a inserção desse tema na agenda governamental é fundamental para juntos debatermos e buscarmos caminhos que inclua o aluno com deficiência na sala regular de ensino, levando em consideração sobre o papel da escola nesse processo como ambiente que necessita de melhoria em infraestruturas e em apoio pedagógico. “Tais melhorias poderão contribuir de forma mais eficaz para elevar a qualidade do ensino para esse discente com deficiência.” (VIEGAS, 2009, p.13).

Este trabalho de pesquisa em sua construção bibliográfica apresentará as dificuldades encontradas pelos professores da educação básica na inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino. Aqui serão abordadas questões que envolvem o ensino dos professores que atuam no fundamental II, levando em consideração as suas ações desenvolvidas na sala de aula e suas reflexões sobre tema em foco.

Portanto, este artigo tem por finalidade apresentar um estudo de revisão bibliográfica visando analisar como se dá a atuação do professor na inclusão de alunos com deficiência na sala de aula da rede regular de ensino. Sendo constituído da seguinte pergunta norteadora: qual o papel do professor na educação básica no processo de inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino do ensino fundamental II?

Esse assunto é relevante tratarmos no cenário atual, devido o crescente índice de alunos com deficiência na sala de aula. De acordo com Helene (2013, p.12), “em razão da precariedade de políticas públicas destinadas à inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino”. Justifica-se então a realização desta pesquisa, com a finalidade de chamar a atenção dos professores da educação básica, para planejem ações que garantam a inclusão de acesso e permanência na sala de aula.

Como procedimento metodológico, adotou-se para captação de informações uma pesquisa bibliográfica realizada em artigos científicos na base de dados: Scielo, Google acadêmico, Sucupira e a legislação vigente que se debruçam sobre o tema, além de, correlacionar com o que está fundamentado perante a lei de inclusão e a realidade vislumbrada pelos alunos com deficiência no dia a dia.

A busca pela igualdade de condições para o acesso e permanência na escola está presente na Constituição Federal do Brasil de 1988, conforme o artigo 206. Mesmo sendo uma lei constituinte é possível verificar que há um distanciamento entre o que prevê a lei e a realidade das escolas, havendo uma “distância entre o cotidiano das escolas e os dispositivos legais que tratam da Educação Inclusiva.”(MANTOAN, 2003, p.19).

O ambiente escolar na realidade deve ser um ambiente acolhedor e prazeroso, que proporcione a todos os alunos com ou sem deficiência a premissa de seu acesso, a permanência, bem como, a qualidade da aprendizagem para que contribua no seu êxito, independentemente de suas características físicas, cognitivas, sociais ou culturais (VIOTO & VITALIANO, 2012 apud STAINBACK & STAINBACK, 1999; SANTOS & PAULINO, 2006; CARVALHO, 2004).

O artigo estrutura-se na análise do referencial teórico, sendo constituído pelos seguintes itens: no primeiro item será abordado, o processo de inclusão no cenário educacional; já no segundo item trataremos sobre as definições e diferenças entre conceitos de inclusão x integração; no terceiro item apresentará o papel do professor frente a inclusão de alunos com deficiência na sala de aula, e no último item será

desencadeada a preparação do professor para a inclusão de alunos com deficiência. Em seguida, apresentaremos a metodologia aplicada na pesquisa e seguidamente, os resultados e discussão, além das considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Recorrendo à literatura na revisão bibliográfica desse estudo, pôs-se em discussão o papel do professor no processo de inclusão dos alunos com deficiência na sala de aula da rede regular. A seguir, apresentaremos pontos que tratam sobre o processo de inclusão dos alunos com deficiência, conceitos e reflexões sobre o tema em foco de estudo, além dos resultados da pesquisa direcionados a norteador o professor que atua na rede regular de ensino.

### 2.1 O processo de inclusão no cenário educacional

Ao longo dos séculos as pessoas com deficiência foram tratados com rejeição ou com a proteção assistencialista piedosa, desprezados pela sociedade, porquanto sua existência era ignorada e os sentimentos de indiferença e preconceito imperavam nas diversas sociedades e culturas, porém de uma forma ou outra, essas pessoas sobreviveram. O processo de inclusão das pessoas com deficiência não foi homogêneo e sua trajetória se deu de forma irregular até alcançar um tratamento humanizado durando séculos de circunstâncias abusivas e desprezíveis.

Só no início do século XX é que surgiram os primeiros congressos, conferências e censos sobre as pessoas com deficiência, pois desabrigados, refugiados, órfãos, doentes e mutilados de guerras imputaram aos órgãos internacionais a necessidade de sua atuação sobre essa parcela da sociedade e a partir daí é que se iniciaram ações voltadas para esse grupo como, programas específicos e serviços de reabilitação.

Com esforços a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou documentos importantes: a *Declaração dos Direitos das Pessoas com Retardo Mental*, em 1971; a *Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes*, em 1975; e a Resolução no 31/123, em 1976, declarando o ano de 1981 como o *Ano Internacional das Pessoas Deficientes* e a partir daí surgiram maiores mobilizações no cenário nacional dando início a seminários, palestras, encontros, passeatas, voltando à

atenção da imprensa para essa classe, tornando público seus ideais, direitos e conquistas nas perspectivas de novas tomadas.

Uma grande conquista para as pessoas com deficiência foi a promulgação da Declaração de Salamanca na qual traçou-se, sobre os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, tendo como princípio fundamental que, "todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível independente das dificuldades e diferenças que apresentem" (SALAMANCA, 1994).

Essa declaração garante a estes a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, implementação de programas que atuem no sentido de levar em conta a vasta diversidade das características e necessidades de cada indivíduo, o acesso à escola regular, a definição da escola como meio eficaz de combater as atitudes discriminatórias, a atribuição da mais alta prioridade política e financeira aos governos, ou seja, o governo tem a responsabilidade de custear o ingresso dos alunos especiais nas instituições públicas educacionais, aprimorando os sistemas no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.

Como também a determinação de mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, tornando a estrutura curricular mais flexível, facilitando na construção de estratégias no tocante das atividades propostas em sala de aula como: revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais, aendossar a perspectiva de escolarização inclusiva e apoiar o desenvolvimento da educação especial como parte integrante de todos os programas educacionais, etc.

Já outra grande e recente conquista foi a Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que traz uma somatória de tudo que já foi conquistado nas diversas áreas do social: saúde, cultura, lazer, judiciário e em particular e relevante para nossa área o capítulo IV que é direcionado a educação.

## **2.2 Definindo as diferenças entre conceitos de inclusão x integração**

Não é do conhecimento de todos, mas há uma grande diferença entre integração e inclusão. As conquistas adquiridas vem transformando a realidade de inúmeras pessoas, porém a conscientização da sociedade para compreender o que é

de fato o processo inclusivo esbarra no preconceito dando origem a algo que não podemos classificar como inclusão, pois trata-se de um método que sobre a pressão das obrigatoriedades estabelecidas em confronto com a discriminação que permeia a mente do indivíduo atua como um disfarce do que realmente deveria acontecer. Simplificando, integração é um processo desvirtuado da proposta inclusiva.

Percebemos que existe uma grande diferença entre esses dois processos, e que esta se intensifica ainda mais em seus resultados, uma vez que, sendo o discente o maior beneficiado pelo processo inclusivo, automaticamente com a não realização do mesmo esse se torna o mais prejudicado. Por outras palavras, tudo quanto é proposto não sendo concretizado gera um método de resoluções superficiais que leva o aluno a estar empenhando-se e praticando algo onde os resultados são ilusórios e deturpados.

De fato, o aluno integrado fica isolado dos outros não executando o que é proposto a sala como um todo, o ambiente escolar torna-se inóspito e a prática educacional uma atividade preterida em virtude dos fracassos ocorridos nas tentativas de alcançar resultados pelos métodos dos outros alunos, tornando essa atividade inadequada em virtude das deficiências.

Certamente o discente que tem uma deficiência pode e deve alcançar os mesmos resultados que os demais, porém necessitará percorrer outro caminho para alcançar o mesmo resultado do restante da turma, porque ele tem um ritmo imposto por sua patologia. Contudo, isso não o impede de estar caminhando norteado pelo mesmo currículo proposto aos seus colegas e embora não faça exatamente o que as outras crianças fazem para alcançar um objetivo, ele deve alcançá-lo, mesmo que faça numa regularidade e num sistema de atividades diferentes. Desse modo, todo aluno pode e deve ser um indivíduo ativo em sala de aula e não um mero figurante no processo de aprendizagem, limitado a integração da prática educacional e não incluso nela.

Por sua vez, os profissionais da educação com princípios inclusivos não devem ver a deficiência como um bloqueio para aquisição do conhecimento, tão pouco focar nas doenças, mas volta-se para prática que compete a sua disciplina promovendo o que for necessário e estiver ao seu alcance para que seus alunos possam desenvolver suas habilidades.

De modo que cada ritmo deva ser respeitado e levada em consideração cada particularidade do educando, ou seja, não importa se possui algum tipo de deficiência

ou não, se tem alguma psicopatologia, necessita ou não de um cuidador, ou esteja com problemas psicológicos, pois todo e qualquer aluno deve ser estimulado a participar das atividades e desenvolver seu intelecto em suas potencialidades.

### **2.3 O papel do professor frente a inclusão de alunos com deficiência na sala de aula**

O professor é um forte mediador dentro do processo de inclusão escolar, portanto, nas suas práticas é preciso ter um rigoso planejamento, disponibilidade de materiais, tempo maior para acompanhar o aluno com deficiência, além de, buscar mecanismos de preparação para lidar com o público da educação especial.

Algumas causas podem torna-se impotente a sua prática docente, podemos destacar a falta de capacitação apropriada dos professores, materiais e recursos de acessibilidade, tempo maior de acompanhamento do aluno e suporte norteador na sua prática de ensino. Diante desse contexto, o professor assume uma grande responsabilidade diante da escola, sendo muitas vezes o responsável pelo progresso do aluno no tocante a aprendizagem.

De acordo com Oliveira (2012, p.16), as pessoas com deficiência possuem direito constituinte “a uma educação de qualidade que garanta o acesso e a permanência na escola [...]”. nesse sentido, esse direito só será efetivado em em prática, quando os professores receberem preparo específico e especializado para atender as necessidades educacionais dos alunos com deficiência.

Ainda, para o autor a base de tudo é a formação direcionada dos profissionais de ensino, que, aliás, também está previsto na Constituição Federal. Apesar de ser um direito garantido na legislação federal, “os professores, afirmam que não foram preparados para lidar com crianças com deficiência.” (LIMA, 2002, p.40).

A gestão escolar dentre suas atribuições é uma grande aliada no processo de inclusão, pois, além de administrar o espaço escolar, os recursos materiais e humano, tem total responsabilidade de mediar a comunicação, solicitação entre professores e a Secretaria de de Educação. É a gestão que detêm o poder e dever de identificar e planejar, em quais turmas poderá alocar cada professor de acordo com o seu perfil *versus* qualificação, para que assim haja um rendimento significativo e aproveitável de forma integral.

Segundo Albarello (2006, p.36), afirma que “a imagem do gestor deve ser

vinculada à participação da sociedade, à boa governança e à ética para que a administração de recursos seja bem aproveitada.” Assim, com esses mecanismos no ambiente escolar, todos os membros envolvidos serão beneficiados, principalmente os alunos com deficiência, pois teriam um ensino regular equiparado de forma equitativa em relação aos seus pares que não possuem deficiência.

O êxito do aluno com deficiência só terá o resultado significativo quando o professor tenha a oportunidade de se qualificar, incentivado e valorizado, proporcionar ao professor equipamentos que possa ser utilizado de forma eficaz para o aluno com deficiência possa integrar de forma eficiente o protagonista das ações pedagógicas realizadas na sala de aula.

Com isso, Frias (2008, p.40) destaca que se faz necessário ofertar aos professores “informações que sirvam de reflexão para melhorar o processo de como lidar com os alunos e suas diversas necessidades educacionais”. Portanto, é defendida a necessidade de mais ações inclusivas que possa efetivar na inclusão dos alunos nas práticas de aprendizagem e oferta-lhes bons resultados na vida escolar e para que esses resultados sejam alcançados se faz necessário preparar os professores da rede regular de ensino para lidar com os alunos com deficiência, desde ações atitudinais até as metodológicas.

Para Frias (2008, p. 20) ressalta que “os procedimentos educativos devem ser adaptados aos alunos com deficiência, de acordo com as suas necessidades e especificidades no contexto escolar.” Nesse sentido, a escola deve se preparar para enfrentar o desafio de oferecer uma educação equitativa na busca pela inclusão de todos que integram o espaço escolar, primando pela qualidade do ensino e da aprendizagem.

Sasaki (2005, p. 15), ressalta o uso da terminologia correta para tratar de assuntos que tradicionalmente são carregados de preconceitos, estigma e estereótipos. Na escola, o professor deverá na sua livre atribuição orientar e sensibilizar os alunos a tutlizar terminologia “pessoa com deficiência”, afim de, evitar o preconceito e arbitrariedade entre membros. Com isso, caberá ao profissional frente a inclusão está preparado para lidar com diferentes concepções e orientação devida para que haja o respeito mútuo entre os alunos e demais funcionários da escola.

## 2.4 Preparação do professor para a inclusão de alunos com deficiência

A preparação do professor na educação básica para lidar com alunos com deficiência é um assunto bastante debatido, em encontros, conferências, reunião e fóruns e que gera reflexos sobre as práticas de ensino na sala de aula. Isso se dá pelo fato do professor ter um contato mais próximo dos alunos com deficiência. Bem como, identificar suas necessidades educacionais dos mesmos, por essa razão é necessário que o professor esteja preparado para o processo de inclusão de alunos com deficiência.

Sendo de fundamental importância a participação do professor em formação continuada e a inclusão nas jornadas pedagógicas, vislumbrando apresentar mecanismos de apoio voltado aos professores da classe regular, e assim, garantir um ensino de qualidade primando no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem do aluno com deficiência. “Os métodos utilizados para a avaliação precisam, também, ser ponderados de maneira justa, atendendo as reais necessidades dos alunos com deficiências.” (RODRIGUES, 2006, p. 15).

Como sabemos, em anos anteriores o governo brasileiro implementou por volta do ano de 2003, o “Programa de Educação Inclusiva: direito à diversidade”, com a finalidade de organizar o processo burocrático, estrutural e de apoio da educação inclusiva em todas as esferas: federal, estadual, municipal e no Distrito Federal.

Com a implementação do programa projetado pelo governo federal, a distribuição dos recursos contou com o apoio dos recursos financeiros do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, direcionado para a formação de gestores e de professores, adequação na estrutura escolar física e tecnológica das escolas, passando a receber de forma acessível o público alvo da educação especial. “Desde o início do programa, uma série de matérias foi publicada com o objetivo de subsidiar seminários e cursos de formação, os quais tinham por finalidade disseminar a política de inclusão e orientar a sua implementação.” (GLAT & BLANCO, 2013, p. 22).

Partindo dessa premissa, é bastante relevante destacar sobre o investimento na formação dos professores da educação básica, pois estão mais submersos a diversidade de público que poderá surgir na jornada docente. Com isso, a mudança estrutural da escola, métodos atitudinal, acessibilidade e apoio de profissionais para alunos com deficiência são caminhos preponderantes para

alcançarmos uma educação inclusiva mais efetiva.

De acordo com Tardiff (2002, p.23), “é preciso que o professor domine a área de ensino na qual realiza a sua profissionalidade, a disciplina que leciona, e, além de tudo, ser dotado de saberes relativos às ciências da Educação”, desse modo, com a sua profissionalização específica será feita uma moldagem em suas práticas mais flexíveis e experimentais para possa incluir o aluno com deficiência a compreender de forma ampla os conhecimentos prévios com a prática, resultando uma configuração de aprendizagem eficaz.

A educação especial na perspectiva da educação inclusiva não está atrelada apenas na inserção da matéria física no espaço, e sim, no acesso e na garantia de sua permanência no cotidiano escolar, com a aplicação de metodologias flexíveis, acessível e de qualidade no ensino. “Para que isso seja possível, o sistema educacional deve ter recursos humanos qualificados que atendam as diferentes necessidades de cada aluno.” (FONSECA-JANES, 2009, p. 09).

Para tanto, podemos entender que o investimento na formação adequada dos professores, disponibilidade de recursos adaptados e de acessibilidade são características essenciais que integram o processo educacional inclusivo para que se alcance os resultados almejados nas propostas metas da educação inclusiva. Assim, “é fundamental, na formação inicial e, principalmente, na continuada, proporcionar aos professores das escolas regulares os conhecimentos básicos para uma prática inclusiva.” (RODRIGUES, 2006, p.174).

### **3 Metodologia**

Metodologia adotada para a construção desse artigo está atrelada com base ao tema central, que aborda sobre o papel e a importância do professor frente a inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino, portanto, optou-se pela pesquisa bibliográfica para a construção desta pesquisa.

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de materiais já publicados entre 2004 a 2020 em plataformas científicas como: Scielo, Sucupira, Google acadêmico artigos científicos. De acordo com Cervo, Bervian e da Silva (2007, p.61) o método bibliográfico “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema.”

Para tanto, nesse tipo de pesquisa dar-se pelo embasamento que dá suporte a toda pesquisa científica. Para alcançar o campo de conhecimento se faz necessário conhecer algo que já foi investigado por outros pesquisadores e quais são as carências que acerca o assunto em foco. Com isso, a revisão bibliográfica é essencial para que seja delimitado um problema de uma pesquisa e para que o pesquisador forme uma ideia em estudo.

Para Medeiros e Tomasi (2008, p.46), a pesquisa bibliográfica “além de auxiliar na definição dos objetivos da pesquisa científica, [...] também contribui nas construções teóricas, nas comparações e na validação de resultados de trabalhos [...]”.

Após feito a seleção dos materiais buscamos optar por informações úteis que contribuíssem para a pesquisa, sendo feita uma leitura crítica/analítica do texto e a essência do assunto na qual foi submetida à interpretação.

Com relação aos objetivos da pesquisa, a abordagem empregada foi utilizada foi o método qualitativo de cunho descritivo, este tipo de pesquisa:

não procura enumerar e/ ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOY, 1995, p. 58).

Quanto aos procedimentos metodológicos para a coleta de dados, optou-se pela revisão de literatura em artigos e a legislação vigente que abordam o tema em análise, feito através de uma pesquisa bibliográfica.

Em relação ao universo e amostra da pesquisa, foram representados pelos artigos já publicados em plataformas científicas e a legislação vigente que abordem o tema da inclusão de alunos com deficiência no rede regular de ensino. A coleta e o tratamento dos dados deu-se através da leitura, seleção e análise de publicações de artigos, nos quais foram selecionados em consonância ao tema deste artigo.

#### **4 Resultados e discussão**

Mediante os dados captados na pesquisa através da revisão bibliográfica. Com suas referências, pudemos analisar que o professor preparado e capacitado no seu

ofício profissional na sala de aula com alunos com deficiência, é de grande relevância para desenvolver práticas inclusivas e desenvolver o conhecimento junto com o aluno.

De acordo com Frias (2008), aponta que um dos principais obstáculos para a efetivação de uma educação inclusiva é o despreparo dos professores ao lidar com alunos com deficiência, e com isso, resulta numa dificuldade para o avanço na aprendizagem e no desenvolvimento do aluno nas turmas de ensino regular.

Nessa mesma premissa, Carvalho (2004), direciona uma solução que poderá minimizar os impactos causados pelo despreparo dos docentes ao lidar com alunos com deficiência, alegando a necessidade de uma formação continuada na área de inclusão, para que o professor possa atuar de forma eficaz no processo de inclusão dos alunos com deficiência.

Já os autores Glat e Blanco (2013), afirmam que o entrave do aluno com deficiência na ensino regular se dá de forma paliativa, ou seja, a escola busca inserir o aluno conforme garante a legislação, porém, é importante mencionar que somente a inserção desse aluno não garante de uma inclusão que garanta o acesso e permanência deles na sala de aula. Outro ponto a destacar é que, a gestão escolar necessita organizar sua equipe para uma capacitação, preparação para os professores atuarem junto ao aluno com deficiência.

Para Araújo (2011), o direito de acesso e permanência a educação é uma garantia na Constituição Federal (1988), visando o cumprimento ao princípio da igualdade, ou seja, o aluno com deficiência tem o mesmo direito aos demais alunos da rede, portanto, cabe ao professor e a escola potencializar as habilidades próprias, metodologias eficazes que oportunizem a todos a participarem da ação do aprender, independentemente do aluno possuir algum tipo de deficiência ou não.

Além disso, foi possível compreender que o gestor escolar, professores, funcionários de apoio e alunos, necessitam estar em sincronia para desenvolver o processo de inclusão. Para tanto, uma educação bem sucedida precisa estar atrelada conforme os padrões da legislação, participação da comunidade escolar e o cumprimento das diretrizes escolares devendo estar alinhadas para que as metas traçadas sejam alcançadas.

Nessa perspectiva, Viegas e Bassi (2009) em seus estudos evidenciaram que o acompanhamento do processo inclusivo na escola é um dos fatores significativos. Ou seja, acompanhar o processo no processo de planejamento, apresentar alternativas de suporte as práticas inclusivas, dispor de recursos de acessibilidade,

são mecanismos indispensáveis para que haja uma inclusão com funções ativas para que funcione de forma harmônica.

Em outro olhar humanístico, Rodrigues (2006) ressalta que é necessário um olhar mais flexível do professor sobre suas práticas de ensino ao lidar com alunos com deficiência, preparando-os para a aplicabilidade de recursos de acessibilidade concernentes às deficiências, inserção de estratégias reflexivas para que resultem num trabalho cooperativo objetivando que todos os alunos alcancem o êxito.

Assim, o papel do professor frente à inclusão de alunos com deficiência é um traçado que está embasado entre a preparação e a flexibilidade em seu planejamento, sendo um elo essencial na prática docente no ensino regular, por este motivo, deve receber subsídios suficientes para desempenhar seu papel da melhor maneira.

## **5 Considerações finais**

Concluímos que, com a aproximação dos alunos que possuem algum tipo de deficiência juntos com alunos “ditos normais” em turmas regulares, condiciona na construção de uma educação inclusiva de forma bem sucedida. Mesmo sabendo das limitações existentes entre a escola e o público alvo da educação especial, professores sem preparação para lidar com alunos com deficiência, ausência de profissionais de apoio para os alunos, são meios que dificultam a efetividade do processo inclusivo, com isso, se faz necessário obtermos um novo olhar holístico sobre o assunto em foco.

A inclusão de alunos com deficiência no contexto escolar ocorre de forma processual, seguindo as conformidades da legislação vigente no Brasil como garantia legal. Tratar da inclusão no cenário atual, exige a efetividade de investimento financeiro, atuação mais firmada dos gestores educacionais no acompanhamento desse processo, para obtermos ações necessárias para que a inclusão aconteça de fato.

Com a finalidade de chamar a atenção dos professores que atuam na educação básica e que possuem alunos com deficiência na sala de aula regular, este trabalho responde às perspectivas das metas da educação inclusiva, buscando alternativas com ações que possam garantir a inclusão, mas também, a participação efetiva na proposta pedagógica planejada pelo professor, e sugerir norteamentos para que

professor possa consolidar em suas práticas.

Ainda como alternativa para melhoria no atendimento aos alunos com deficiência, temos como propositura a melhoria na adequação da estrutura física do local de ensino, compra de mobiliário que garantam a qualidade de acesso e o conforto mínimo para cada tipo de deficiência de acordo com o quadro de alunos de cada escola.

Outro fator, relevante no processo inclusivo é a seleção do professor para atuar na área, pois, cabe a gestão escolar analisar se o profissional de educação está apto ou não para atuar na educação inclusiva, conforme a sua formação e preparação. Para tal, o gestor também é uma figura de grande relevância na educação inclusiva, pois deve estar alinhado e atento sobre os investimentos financeiros recebidos e alocá-los da melhor maneira possível, aplicado em treinamentos, compra de materiais didáticos, adequação de mobiliário e estrutura física para a acessibilidade.

Em contrapartida, podemos perceber no decorrer da pesquisa que há uma falta de interesse público no acompanhamento das ações na escola, o envolvimento político no gerenciamento das leis, o envolvimento da comunidade escolar nas ações inclusivas na escola, o que pode minimizar nos impactos positivos da inclusão escolar.

A educação inclusiva deve ser compreendida como um direito de todos que integram a comunidade escolar, ou seja todos devem ser envolvidos para que aconteça de forma democraticamente de sua execução, discutindo a forma de funcionamento das instituições educativas, sejam elas públicas ou privadas, a aplicação dos seus recursos e a qualidade de sua oferta.

## Referências

- ALBARELLO, C. B. O papel do administrador na gestão Pública, **Revista de administração**, Rio Grande do Sul/Frederico Westphalen, v.5, n.9, p.49-68, 2006. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadeadm/article/view/878/1353>>. Acesso em: 03 ago. 2023.
- ARAÚJO, L. A. D. A proteção Constitucional das pessoas portadoras de deficiência. 4. ed., **Rev. Ampliada e atual.** Brasília: Ed Corde, 2011. p.147.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14 ago. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 25 out. 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm). Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em 28 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/20204>. Acesso em 24 ago. 2023.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm); acesso em: 24 ago. 2023.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. 1. ed. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2004.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

FONSECA JÚNIOR, W.C. **Análise de conteúdo**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FRIAS, E. M. A. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do ensino regular**. Cadernos PDE, Paraná/Paranavaí, v.1, p.137, 2008. Disponível em:<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes>

\_pde/2008\_fafipa\_edespecial\_artigo\_elzabel\_maria\_alberton.pdf. Acesso em: 09 ago. 2023.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 58, 1995. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75901995000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000200008)>. Acesso em: 24 ago. 2023.

GLAT, R; BLANCO, L.M.V. **Educação especial no contexto de uma educação inclusiva**. In: GLAT, R. (Org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed.7 Letras, 2013.

HELENE, O. **Um diagnóstico da educação brasileira e de seu financiamento**. 1. ed. São Paulo: Ed. Autores Associados, 2013.

LIMA P.A. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo; AVERCAMP, 2002.

MANTOAN, T.E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 1. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MEDEIROS, J.B.; TOMASI, C. **Comunicação Científica: normas técnicas para redação científica**. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, E. S. et al. **Inclusão social: professores preparados ou não? Polêmica**, Rio de Janeiro, v.11, n.2, mar. /2012. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/3103/2224>. Acesso em: 08 ago. 2015.

RODRIGUES, D. **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva**. S. Paulo. Summus Editorial. 2006.

SAGE, D. **Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo**. In STAINBACK, Susan Bray; STAINBACK, William C. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANCHES, I. & TEODORO, A. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. **Revista Lusófona de Educação**, Portugal, v. 8, n.8, p. 63-83, nov. /2006. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/691>. Acesso em: 09 ago. 2023.

SANTOS, Júlio Maia F. dos. **Dimensões e Diálogos de Exclusão: Um Caminho para Inclusão**. In: Inclusão em Educação - Culturas, Políticas e Práticas. SANTOS, Mônica Pereira dos. PAULINO, Marcos Moreira. (orgs). São Paulo: Cortez, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: o paradigma do século 21**. Revista Inclusão, da Seesp/MEC, ano I, n. 1, out. 2005, p. 19-23. Disponível em: <<http://www.apabb.org.br/visualizar/Incluso-o-paradigma-do-seculo-21/1182>> Acesso em 21 ago. 2023.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VIEGAS, L.; BASSI, Marcos Edgar. **A Educação Especial no âmbito da política de fundos no financiamento da educação**. Reflexão e Ação (UNISC. Impr.), v. 17, p. 54-87, 2009. Disponível em: <http://gepeto.ced.ufsc.br/files/2015/04/776-3021-1-PB-1.pdf>. Acesso em 09 ago. 2023.

VIOTO, J. & VITALIANO, C. **O papel da gestão pedagógica frente ao processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais**. 2012. p.17. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/660/668>. Acesso em 14 ago. 2023.

**Capítulo 2**  
**IMPORTÂNCIA DA LEITURA E AS BASES LEGAIS**  
**SOBRE LEITURA E BIBLIOTECA**  
*Waldja Kyrlla Medeiros Feitosa Araújo*

## IMPORTÂNCIA DA LEITURA E AS BASES LEGAIS SOBRE LEITURA E BIBLIOTECA

**Waldja Kyrlla Medeiros Feitosa Araújo**

*Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru. Especialização em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa pela Universidade de Pernambuco e em Gestão e Avaliação da Escola Pública pela Universidade de Pernambuco. Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad de la Integración de las Américas. Atualmente atua como Analista em Gestão Educacional pela Secretaria de Educação do estado de Pernambuco e como professora da Rede Municipal de Caruaru-PE.*

### INTRODUÇÃO

A leitura é uma das atividades mais fundamentais para o desenvolvimento intelectual e cultural de um indivíduo e desempenha um papel crucial na sociedade como um todo. Ela é a porta de entrada para o conhecimento, a imaginação e a capacidade crítica, além de ser um instrumento vital para a formação de cidadãos informados e ativos. Nesse contexto, as bases legais relacionadas à leitura e bibliotecas desempenham um papel crucial, estabelecendo diretrizes e garantias para que o acesso à leitura seja um direito de todos.

Neste contexto, é fundamental compreender como as bases legais buscam garantir o acesso equitativo à leitura, especialmente em países onde o acesso a livros e bibliotecas pode ser limitado. Através deste estudo, é possível reconhecer a importância de políticas públicas que incentivem a leitura e o acesso a bibliotecas como meios de empoderamento dos cidadãos e promoção do desenvolvimento social e cultural.

A leitura é parte fundamental do saber e é responsável por contribuir na formação do indivíduo enquanto ser social, ampliando e diversificando suas visões e interpretações do outro e do mundo. Por meio da leitura adquirimos conhecimento para nos posicionarmos, questionarmos, formarmos nossos próprios conceitos e

atuarmos em sociedade.

O ato de ler constitui uma prática social. Ao praticá-lo, o sujeito mergulha na produção de sentidos, configurando o ser humano como um ser culto, racional e pensante, pois a leitura é um trabalho ativo de construção de significados já que ela representa uma fonte inesgotável de aquisição de conhecimentos.

Nessas circunstâncias, a leitura permite o despertar de sentimentos e emoções, o desenvolvimento do intelecto e da imaginação, inserindo o leitor em um ambiente repleto de possibilidades formuláveis, tantas quantas forem necessárias, permitindo-lhe inferir, comparar e questionar como ser agente da constante busca de construção de conhecimentos.

Um dos desafios cruciais enfrentados pelos educadores da educação básica é transmitir aos alunos não apenas a habilidade de decifrar códigos, mas também o hábito fundamental da leitura. Seja por prazer, com fins educacionais ou para se manter informado, o ato de ler enriquece o vocabulário, estimula o raciocínio e aprimora a compreensão. Infelizmente, com o avanço da tecnologia no mundo moderno, o interesse pela leitura tem decrescido progressivamente.

Ao abordar as interações entre texto e contexto, o autor destaca a leitura do mundo que os indivíduos realizam ao longo de suas vidas, baseada em suas experiências e memórias. A compreensão crítica se desenvolve mesmo antes de dominar o processo da leitura escrita. Essa leitura experiencial do mundo já começa no momento do nascimento, quando o ser humano entra em contato com seu entorno. Gradualmente, essas experiências se acumulam e se transformam em conhecimento.

Outro aspecto de extrema relevância no contexto escolar relacionado à leitura é a qualidade do material lido. Os estudantes têm acesso a uma ampla variedade de textos em diversos formatos, como visuais, televisivos, didáticos e aqueles presentes nas redes sociais. É essencial garantir a qualidade do conteúdo oferecido aos alunos durante as atividades de mediação de leitura literária, priorizando a qualidade sobre a quantidade. Um texto não precisa ser longo para ser valioso. Nesse contexto, ressalta-se o papel crucial do professor como mediador, orientando, facilitando o acesso e incentivando a prática da leitura de qualidade.

Entretanto, apesar dos esforços empreendidos, muitos brasileiros chegam à vida adulta sem terem lido um livro ou sem possuir a habilidade de ler e compreender textos. A falta de estímulo, recursos, fatores sociais, políticos e condições socioeconômicas precárias podem ser algumas das causas do déficit de leitura na

população brasileira.

## A ESCOLA E A FORMAÇÃO DE LEITORES COMPETENTES

A escola tem papel imprescindível na formação de leitores competentes, mas esse hábito também deve ser estimulado em casa. As crianças e jovens hoje passam muito mais tempo em redes sociais, games, assistindo a vídeos disponíveis na internet do que fazendo uma leitura. O que se observa é que as crianças e jovens estão muito habituados ao imediatismo de informações com pouco conteúdo disponíveis na internet. Construir a competência leitora requer tempo e dedicação e a falta de leitura faz com que as pessoas diminuam sua capacidade de compreensão e criticidade, elementos fundamentais para construção de seu espaço na sociedade moderna.

A leitura livre é a leitura prazerosa, livre da “pedagogização” exigida em sala de aula e ao analisarmos a realidade brasileira segundo a 5ª edição da publicação da “Retratos da Leitura no Brasil”<sup>1</sup> do Instituto Pró-Livro (2020), ao serem questionados/as qual a principal motivação para ler, foram obtidos os seguintes percentuais conforme o quadro 1.

Quadro 1

### PRINCIPAL MOTIVAÇÃO PARA LER UM LIVRO por Faixa Etária

(%)

2019	TOTAL	FAIXA ETÁRIA									
		5 a 10	11 a 13	14 a 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	70 e mais	
Base: Leitores	4270	437	255	388	587	398	760	581	739	125	
Gosto	26	48	33	24	17	22	22	23	25	10	
Crescimento pessoal	17	6	11	13	21	22	21	25	14	9	
Distração	14	11	15	22	17	11	12	9	13	17	
Atualização cultural ou Conhecimento geral	13	4	9	10	14	14	16	15	16	16	
Aprender algo novo ou desenvolver alguma habilidade	11	13	18	18	13	16	7	6	8	18	
Motivos religiosos	9	2	1	2	5	6	12	12	20	23	
Exigência escolar ou da faculdade	4	12	11	10	5	4	1	1	1	0	
Atualização profissional ou exigência do trabalho	4	0	1	1	9	5	7	7	3	1	
Não sabe/Não respondeu	1	4	0	1	0	0	0	1	1	5	



INSTITUTO  
PRÓ-LIVRO



Itaú Cultural

P.35) Qual é a principal razão para o(a) sr(a) ler? Escolha somente uma opção.

IBOPE  
45 inteligência

<sup>1</sup> A pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” é uma publicação realizada pelo Instituto Pró-Livro (IPL), Itaú Cultural e IBOPE Inteligência. Passou a ser realizada pelo IPL a partir de 2007. É a única pesquisa no âmbito nacional que tem por objetivo avaliar o comportamento leitor do brasileiro.

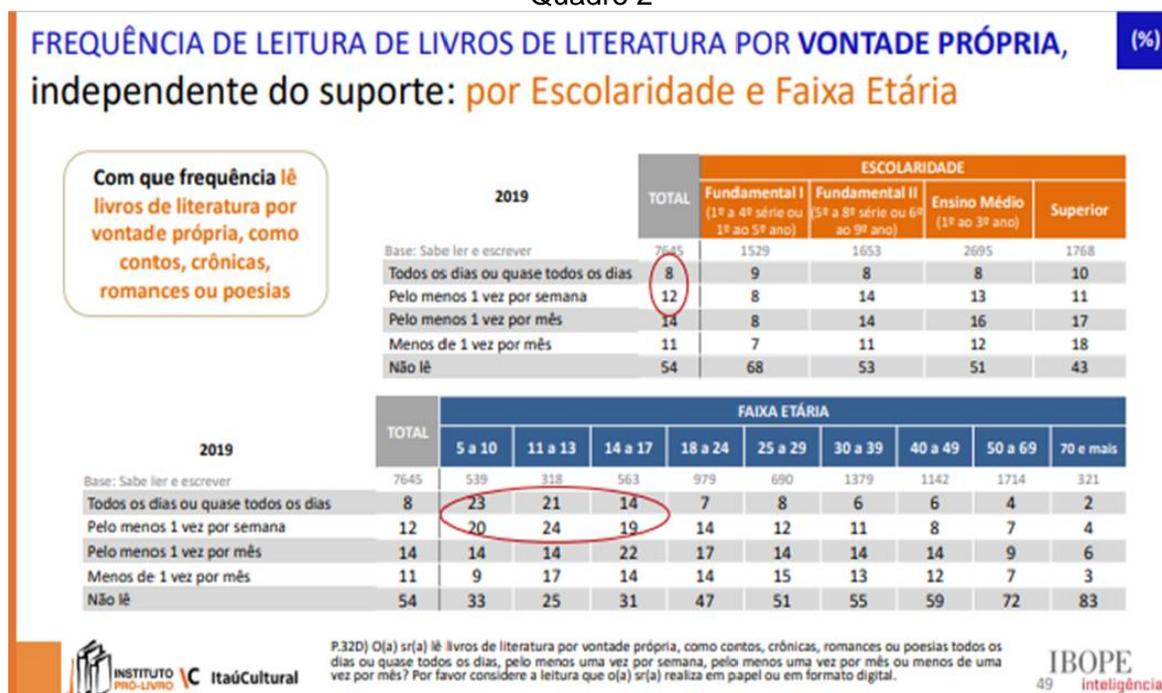
Percebemos que o gosto pela leitura entre as crianças de 05 a 10 anos é alto (48%), mas esse percentual vai diminuindo significativamente, chegando aos 17% na população entre 18 a 24 anos. A partir dessa faixa etária, passam a apontar o crescimento pessoal e a atualização cultural ou conhecimento geral como motivos para a leitura.

Esses dados nos fazem refletir sobre a seguinte questão: Se as crianças gostam tanto de ler e têm o hábito da leitura frequente, por que estamos perdendo leitores/as ao ficarem mais velhos?

Nesse contexto, podemos inferir que um dos motivos desse decréscimo nos percentuais pelo gosto pela leitura está na mediação. Na faixa etária de 5 a 10 anos, a família e os/as professores/as costumam apresentar os mais variados livros e textos e ler para as crianças. À medida que estas vão crescendo, novos interesses surgem e a leitura é deixada de lado.

Ao analisarmos os quadros referentes à frequência de leitura de livros de literatura por vontade própria e indicados pela escola, detemo-nos em analisar os dados referentes aos/às estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental por esse grupo de estudantes ser o nosso foco de pesquisa.

Quadro 2



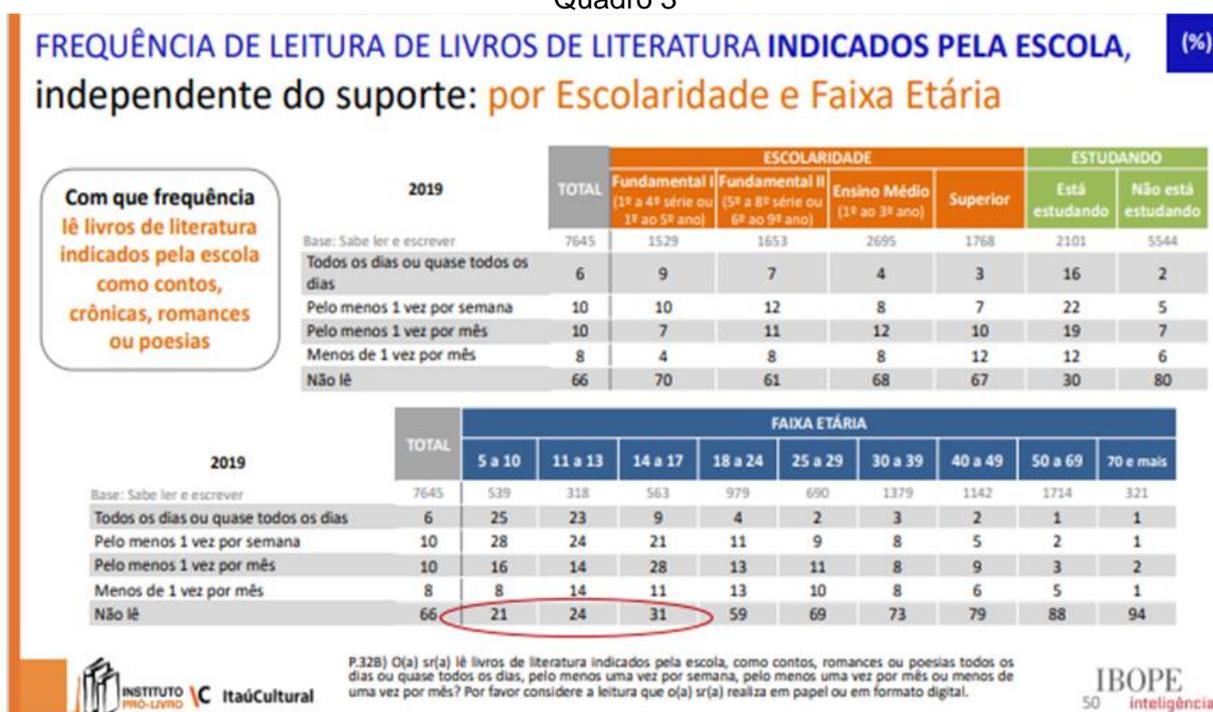
De acordo com o quadro 2, percebemos que dos 1.529 alunos entrevistados sobre “Com que frequência lê livros de literatura por vontade própria, como contos,

crônicas, romances ou poesias”, apenas 9% dos/as entrevistados/as afirmaram ler todos os dias ou quase todos os dias; 8% lê pelo menos uma vez por semana; 8% lê uma vez por mês; 7% lê menos de uma vez por mês e 68% não lê. Esse último percentual é preocupante e aponta como ainda estamos longe de nos tornarmos um país leitor. O encantamento pela leitura não acontece do dia para a noite e os mediadores de leitura, conseqüentemente, não estão somente na escola, como já citamos nesse texto, mas no lar e em outros ambientes oportunos.

Durante a primeira infância, quando a criança não lê sozinha, a leitura é um trabalho em parceria normalmente com um adulto e é ele quem vai dando sentido às páginas que, para a criança, não seriam nada sem sua presença e sua voz. Paulatinamente, à medida que a criança se apropria da linguagem escrita, torna-se leitor/a e a leitura uma ferramenta pedagógica que contribui tanto para a formação educacional como social, dando-lhe oportunidade de uma compreensão de mundo e de aquisição de conhecimentos através da acessibilidade aos livros.

Sabemos que a escola tem papel fundamental no fomento à leitura e a partir desse pressuposto, analisamos no quadro 3 as respostas dos/as entrevistados/as ao questionamento “Com que frequência lê livros de literatura indicados pela escola como contos, crônicas, romances ou poesias”.

Quadro 3



Dos 1.529 entrevistados/as, apenas 9% lê livros todos os dias ou quase todos os dias, coincidindo com o percentual dos/as que leem por vontade própria; já os que leem pelo menos uma vez por semana correspondem a 10%, registrando um pequeno aumento em relação ao primeiro quadro analisado; os que leem pelo menos uma vez por mês, correspondem a 7% registrando um pequeno declínio no percentual e os que não leem correspondem a 70% dos entrevistados, um percentual um pouco maior dos que leem por vontade própria. O que comprova a situação alarmante em que nossas crianças se encontram.

Percebemos que o desafio de se formar leitores assíduos, críticos e competentes na escola não é tarefa fácil. Escutamos falar muito sobre leitura, da sua importância, mas continuamos com um baixo índice de leitores no país e com baixa competência leitora. O acesso ao livro corresponde a uma das condições básicas para a criação do hábito da leitura e as bibliotecas desempenham papel fundamental nesse acesso. Entretanto, vale ressaltar que a existência da biblioteca por si só não garante que ela seja frequentada pelos/as estudantes e, nesse sentido, afirmamos a importância dos/as mediadores/as de leitura.

Entendemos que os/as mediadores/as de leitura são aquelas pessoas que estendem pontes entre os livros e os/as leitores/as, que criam estratégias para que esse encontro aconteça recheado de encantamento. No entanto, ainda são poucos os esforços para mudar a preocupante situação em que nossas crianças, jovens e adultos se encontram quando comparados/as à situação leitora de outros países.

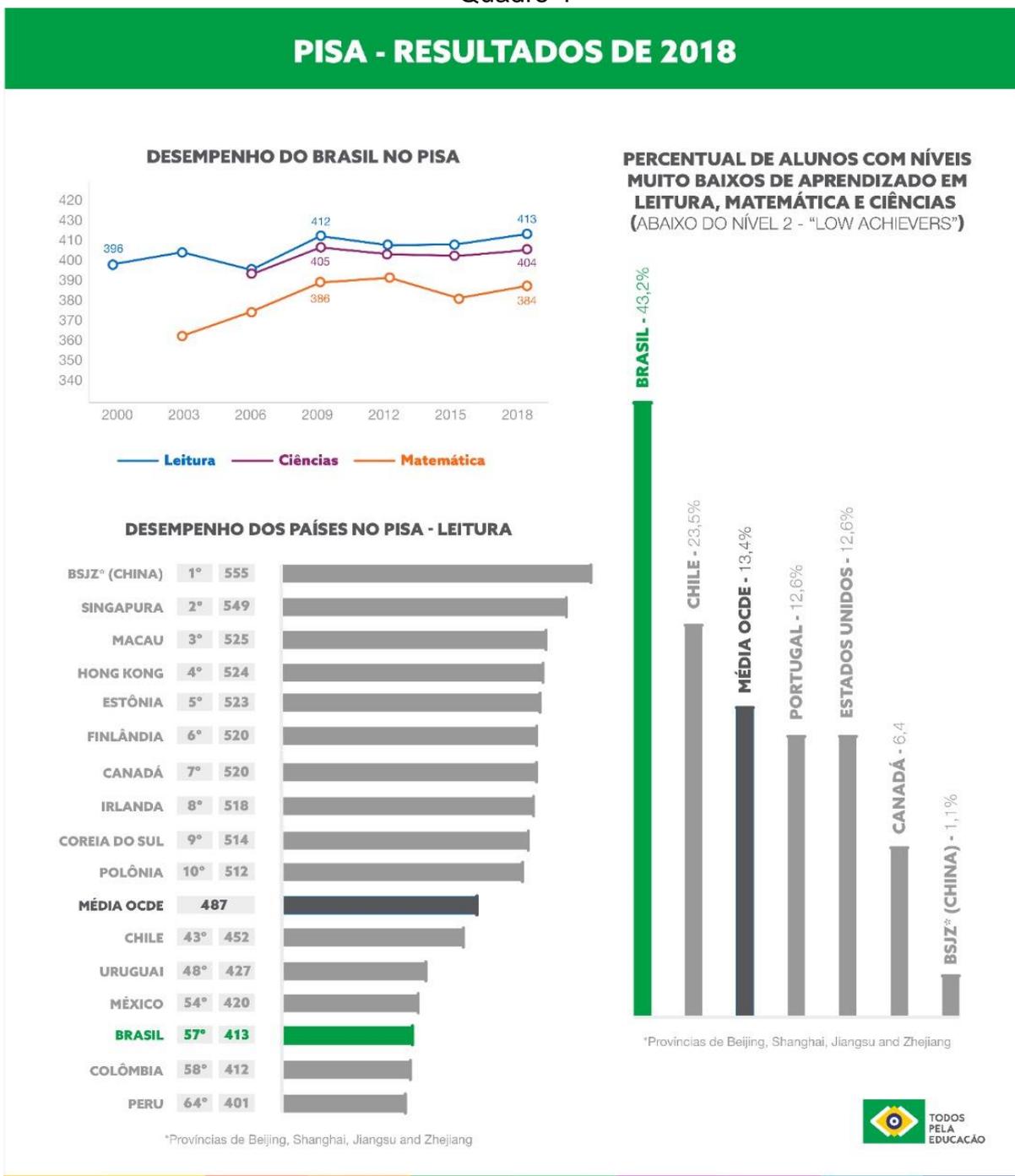
O Brasil possui comprovadamente baixo índice de leitura segundo os resultados da última publicação do *Programme for International Student Assessment* - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) de 2018<sup>2</sup>, que avalia os sistemas de ensino em todo o mundo, medindo o nível educacional de jovens de 15 anos por meio de provas de leitura, matemática e ciências. Na avaliação da proficiência de leitura, o Brasil ficou na 54<sup>a</sup> colocação do ranking e mesmo com seis pontos a mais do que o resultado brasileiro de 2015, ainda está muito abaixo do esperado (BRASIL, 2018).

---

<sup>2</sup> O PISA corresponde a um programa de avaliação comparativo internacional realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Brasil participa desse programa desde sua 1<sup>a</sup> edição. A última publicação do estudo referente ao domínio de leitura aconteceu em 2018. Por consequência da pandemia de COVID19, a avaliação do PISA 2021 foi adiado para 2022 e a de 2022 para 2023 e o domínio principal avaliado será matemática. Portanto, para nossa pesquisa, tomamos como referência os últimos resultados referentes ao domínio da leitura em Língua Portuguesa de 2018.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que coordena a aplicação do PISA, quando o assunto é leitura, o Brasil é o segundo pior do ranking sul-americano, com 413 pontos, ao lado da Colômbia (412). Em último lugar, estão Argentina (402) e Peru (401) (BRASIL, 2018). O quadro a seguir demonstra estatisticamente nossa análise.

Quadro 4



Fonte: Portal do MEC. Disponível em: [Pisa 2018: Para voltar a avançar, Brasil precisa investir nos professores \(todospelaeducacao.org.br\)](https://pisa2018.org.br/).

Como é possível perceber, a deficiência em leitura é apontada como o obstáculo mais comprometedor para as superações das dificuldades, sendo consequência, entre outros fatores, das condições socioeconômicas e educacionais da população do país. O direito de ler significa igualmente o de desenvolver as potencialidades intelectuais, o de aprender e progredir. Ou seja, a leitura está no cerne do aprendizado ao longo da vida.

Starling (2020) reforça a nossa visão de que, embora o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), em seu artigo 1º, parágrafo 1º (Brasil, 2011), defenda a democratização do acesso ao livro, essa meta ainda não se tornou uma realidade para todos os brasileiros, o que impacta negativamente na educação e na busca por uma leitura emancipatória.

A falta de acesso ao livro afeta especialmente as pessoas de baixa renda, que já têm limitada exposição à leitura. Esses indivíduos não encontram acesso aos livros nem nas escolas, nem nas bibliotecas, o que agrava ainda mais o distanciamento em relação à leitura. Como observou Monteiro Lobato, "Um país se faz com homens e livros", mas é crucial reconhecer que, apesar da abundância de homens e livros, isso não é suficiente se as pessoas não têm acesso a esses livros (STARLING, 2020, p.1).

Está amplamente comprovado que o acesso ao livro e à leitura proporciona inúmeros benefícios, como a expansão do conhecimento geral, o estímulo à criatividade, o enriquecimento do vocabulário, o desenvolvimento do senso crítico e a melhoria das habilidades de escrita. No entanto, é fundamental considerar a qualidade do material de leitura. As bibliotecas escolares desempenham um papel essencial ao promover o acesso ao livro e oferecer uma ampla variedade de leituras que podem contribuir para a construção do conhecimento.

No contexto contemporâneo, enfrentamos o desafio da tecnologia e da internet, que inundam as pessoas com informações, nem sempre confiáveis, e nem sempre contribuem para a construção do conhecimento. Além disso, a falta de habilidades de interpretação de texto é uma preocupação significativa. O rápido consumo de informações, muitas vezes sem a devida reflexão, nas redes sociais, tem levado a um déficit na capacidade de compreender informações tanto explícitas quanto implícitas nos textos. Esse problema não afeta apenas o ensino de Língua Portuguesa, mas também prejudica a compreensão de problemas matemáticos, a análise de eventos históricos e até mesmo a compreensão do papel do indivíduo na sociedade. Na busca pela aprimoração do estímulo à leitura e à escrita no país, é necessário considerar

três perspectivas fundamentais: o governo, a escola e o ambiente familiar. Essa abordagem deve ser colaborativa para alcançar o sucesso, embora seja importante reconhecer os desafios que enfrentamos, especialmente no contexto da educação pública.

É responsabilidade do poder público assegurar uma infraestrutura mínima que possibilite a realização de atividades de promoção da leitura. Muito tem sido feito nesse sentido, no entanto, reconhecemos que ainda não é o suficiente para superar as deficiências enfrentadas por nossos estudantes e promover um avanço nas próximas gerações.

Muitos estudantes matriculados nas escolas públicas vêm de famílias economicamente carentes, com níveis reduzidos de educação formal. Como resultado, esses estudantes frequentemente não compreendem a importância da leitura, o que perpetua um ciclo difícil de ser quebrado.

Na escola, percebemos que, infelizmente, por mais que os/as professores/as se esforcem para mudar essa realidade, as dificuldades são incontáveis. A falta de uma gestão pública que, de fato, valorize a educação pública, a falta de infraestrutura, a violência, a desvalorização do profissional do magistério e a falta de merenda são alguns dos percalços enfrentados nessa esfera da educação, comprometendo o êxito no trabalho.

Voltando o olhar para a realidade da biblioteca escolar, percebemos dificuldades gritantes. Falta-nos ambiente propício ao desenvolvimento de atividades que fomentem a leitura, pessoal preparado e acervo atrativo.

A democratização e o acesso ao livro e à leitura é direito garantido no PNLL a todos os brasileiros e o Plano Nacional de Educação (PNE), em seu artigo 2º que trata de suas diretrizes, determina em seu inciso IV “a melhoria da qualidade da educação” (Brasil, 2014). Essa melhoria da educação se atrela ao incentivo à leitura e, conseqüentemente, à diminuição do analfabetismo; à oferta de boas literaturas e desenvolvimento de atividades que propiciem a autonomia e interação dos/as estudantes enquanto ser social, além de valorização dos/as profissionais de educação.

De acordo com a Lei nº 1.244 de 24 de maio de 2010, assinada pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País:

**Art. 1º** As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.

**Art. 2º** Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.

Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares. (BRASIL, 2010)

Ainda de acordo com a Lei supracitada, os sistemas de ensino, tinham um prazo máximo de dez anos para efetivar a universalização das bibliotecas escolares. Entretanto, segundo o Censo MEC de 2017, **61%** das escolas públicas não dispõem de biblioteca ou sala de leitura.

Pereira (2015) reforça a ideia de que hoje as bibliotecas escolares apresentam dificuldade de atender às necessidades mais rudimentares e são colocadas, na maioria das vezes, nos últimos lugares na lista de prioridades. Ainda segundo a autora, em muitas escolas brasileiras, as bibliotecas são espaços desprezados, cumprindo mais a função de depósito do que de ambiente pedagógico para informação e fruição de leitura literária. Bibliotecas nessa perspectiva não colaboram com o objetivo de estímulo à leitura, pois trata-se de um ambiente sem vida e enfadonho. Para uma população que pouco lê, todo estímulo é importante, desde a ambientação visual às atividades desenvolvidas nesse espaço para que se torne atrativo, como nos explica Nunes e Santos:

Para a motivação do gosto e interesse pela leitura é importante propiciar ao leitor alguns aspectos que podem ser considerados essenciais para o incentivo à leitura como: um local adequado, atraente, agradável, dinâmico e interativo que desperte no leitor a vontade de permanecer e se encantar pelo mundo prazeroso da leitura. (NUNES e SANTOS, 2020, p.9).

Essa é a visão que se espera do ambiente de uma biblioteca escolar. No entanto, é bastante preocupante a atenção que se dá à mesma em muitas das escolas públicas, muitas delas não apresentam espaço suficiente, sendo enquadrada em “sala de leitura” e não em biblioteca escolar. Não raro, ocupam uma salinha que não se adequa a ser uma sala de aula, seja por ocasião de não comportar a quantidade de mobília de uma sala de aula, seja porque onde estava localizada “surgiu a

necessidade de transformar em sala de aula”. Enfim, por não ser uma prioridade, sempre fica em segundo plano. Nessa perspectiva, percebemos que a visão de biblioteca escolar é precária, diferenciando da visão antiga em que se concebia a denominação biblioteca.

Durante muito tempo, quando falávamos em biblioteca, logo vinha em nossa mente a ideia de uma sala enorme, cheia de estantes lotadas de livros empoeirados, mesas, cadeiras e uma enormidade de livros didáticos, enciclopédias, atlas, mapas e outros materiais destinados à pesquisa onde os/as estudantes basicamente a frequentavam para fazerem pesquisas solicitadas pelos/as professores/as. A frequência a esse ambiente escolar era normalmente com esse fim. Com o advento da tecnologia, as pesquisas solicitadas pelos/as docentes, podem ser realizadas com um simples aparelho de celular, deixando a biblioteca escolar cada vez mais esquecida.

Antunes (2005), fortalece esta reflexão ao entender que um simples espaço com livros não pode ser considerado uma biblioteca visto que não traduz o perfil da mesma: “(...) mesmo que ela esteja dotada de todo esse material, isso ainda não é suficiente. O que garante a existência da biblioteca é o uso que dela é feito.” (ANTUNES, 2005 p. 37, grifos da autora) e é neste contexto que abordaremos a função da biblioteca escolar em nosso estudo.

Em nossa pesquisa trataremos da leitura não como o simples decodificar de códigos, mas como uma habilidade emancipadora, libertadora e conscientizadora. Nesse sentido,

[...] compreende-se que a leitura exige muito mais do que tão somente o reconhecimento de elementos linguísticos. O processo de realização de uma leitura consistente deve incluir a ação de políticas e metodologias diversas, possibilitando o reconhecimento de sua importância para o exercício da cidadania e a formação cultural do educando. (FARIAS, 2017, p. 16).

Comungando do mesmo pensamento de Farias (2017), de que o domínio da leitura é essencial para o desenvolvimento de outras habilidades na formação integral do/a educando/a, cabe à escola desenvolver atividades de estímulo à leitura, despertando a curiosidade e o gosto por esta e, para auxiliar nesse trabalho, encontramos o/a mediador/a de leitura através do/a professor/a de biblioteca que, dentre suas atribuições, está o fomento à leitura.

Não há como não relacionar leitura à biblioteca. Sempre que lembramos da

biblioteca seja de qual escola for, lembramos de livros e, partindo do pressuposto de que a leitura faz parte de um processo de percepção da realidade envolvendo, entre outros fatores, a visão de mundo do leitor, deve ser tratada com a seriedade que a envolve, pois mexe com o imaginário e a percepção de mundo do ouvinte/leitor. Através da leitura literária adentramos nesse mundo sem pedir permissão, plantamos princípios, acrescentamos conceitos e formamos opiniões quando lemos para uma criança. Percebemos, sob essa ótica, que “a leitura, portanto, é um processo constante de descoberta de um sentido básico entre o sujeito leitor e o texto contemplado” (Miguez, 2009, p.19) e entre esses dois entra o trabalho do/a mediador/a de leitura.

Ainda na perspectiva de formação leitora e de que a leitura não se trata do simples decodificar de códigos, os Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa (2001), nos esclarece:

Não se trata simplesmente de extrair informação da escrita, decodificando-a letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica, necessariamente, compreensão na qual os sentidos começam a ser constituídos antes da leitura propriamente dita. Qualquer leitor experiente que conseguir analisar sua própria leitura constatará que a decodificação é apenas um dos procedimentos que utiliza quando lê: a leitura fluente envolve uma série de outras estratégias como seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível rapidez e proficiência. É o uso desses procedimentos que permite controlar o que vai sendo lido, tomar decisões diante de dificuldades de compreensão, arriscar-se diante do desconhecido, buscar no texto a comprovação das suposições feitas, etc. (BRASIL, 2001, p.41)

Reconhecemos que é responsabilidade da escola ensinar formalmente a leitura e a escrita, abrangendo o processo de decodificação de símbolos e códigos linguísticos que são essenciais para a compreensão da leitura mecânica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em sua seção III, que trata do Ensino Fundamental, estabelece: "O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo" (BRASIL, 1996, p. 23).

No entanto, quando consideramos a leitura em sua dimensão mais ampla, ela vai além da simples decodificação de símbolos (aspecto didático). Ela se estende para

a formação de leitores críticos e autônomos, tornando-se uma ferramenta de emancipação. A mesma lei mencionada também estabelece como objetivo da escola a formação cidadã por meio do "desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores" (Brasil, 1996, p. 23). Assim, a leitura emerge como um pilar fundamental da educação, e os professores desempenham um papel crucial ao facilitar novas aprendizagens por meio da leitura.

Martins (2003), conforme citado por Farias (2017), destaca que aprender a ler não se limita a decifrar palavras; envolve também a habilidade de interpretar o mundo, dar-lhe significado e compreender a si mesmo. O educador não deve apenas ensinar a ler, mas criar condições para que o educando desenvolva sua própria aprendizagem, de acordo com seus interesses, necessidades e dúvidas. Isso significa dialogar com o leitor sobre sua leitura, seja ela um texto escrito, uma imagem, um som, uma ideia ou uma situação real ou imaginária.

Durante muito tempo, a função dos bibliotecários nas escolas era mal definida, muitas vezes limitando-se ao empréstimo de livros e ao uso do espaço para tarefas escolares. No entanto, em 2011, o Brasil implementou o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), que estabeleceu um novo rumo para a atuação dos profissionais das bibliotecas escolares. O PNLL tem como objetivos a democratização do acesso ao livro, a formação de mediadores para incentivar a leitura, a valorização institucional da leitura e o estímulo à produção intelectual e ao desenvolvimento econômico do setor literário.

Além disso, o PNLL define quatro eixos estratégicos, cada um com suas próprias linhas de ação específicas: democratização do acesso, fomento à leitura e à formação de mediadores, valorização institucional da leitura e da literatura, e apoio à cadeia criativa e produtiva do livro.

A leitura vai muito além do aprendizado da língua, das regras e da gramática; envolve o desenvolvimento da capacidade de interpretação. Infelizmente, em nossa sociedade, muitas pessoas não têm o hábito de ler, e muitos estudantes não se interessam pela leitura, muitas vezes devido à falta de incentivo por parte da família e dos professores. Em muitos casos, os estudantes se limitam a ler apenas o que é obrigatório no livro didático, sem encontrar prazer na leitura. A escola, se dotada de biblioteca e profissionais qualificados, desempenha um papel fundamental ao oferecer oportunidades de leitura aos estudantes. O hábito de ler traz inúmeros benefícios,

estimulando o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos indivíduos. A leitura nos permite enxergar o mundo de maneiras diversas e proporciona aprendizado constante a cada nova leitura.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer desta exploração sobre "A Importância da Leitura e as Bases Legais sobre Leitura e Biblioteca," foi possível perceber a profunda interconexão entre a leitura e o desenvolvimento humano, bem como o papel crucial das bases legais na promoção do acesso a esse direito fundamental.

A leitura, indiscutivelmente, é uma ferramenta essencial para o enriquecimento intelectual e cultural de indivíduos, independentemente de sua idade, origem ou contexto. Ela não apenas amplia horizontes e estimula a imaginação, mas também fortalece a capacidade crítica, tornando-se um pilar da educação e da formação de cidadãos ativos e informados. Além disso, a leitura desempenha um papel vital na promoção da inclusão social, permitindo que pessoas de todas as esferas da vida tenham acesso ao conhecimento e à cultura.

As bases legais relacionadas à leitura e às bibliotecas desempenham um papel crucial na garantia de que o acesso à leitura seja um direito universal. Direitos à educação e cultura são protegidos por leis e tratados internacionais, demonstrando o reconhecimento global da importância da leitura. Políticas públicas voltadas para a promoção da leitura e a criação de bibliotecas acessíveis desempenham um papel fundamental na democratização do conhecimento.

No entanto, ainda existem desafios a serem superados. Em muitas partes do mundo, o acesso a livros e bibliotecas é limitado, e a revolução digital trouxe novos desafios e oportunidades. A crescente prevalência de formatos digitais e a disseminação da informação online requerem adaptações nas políticas de leitura e bibliotecas.

Portanto, é fundamental que governos, instituições educacionais e a sociedade como um todo continuem a trabalhar juntos para promover a leitura e garantir que as bases legais relativas a esse direito sejam respeitadas e fortalecidas. A leitura não é apenas um ato individual, mas também um ato coletivo que fortalece comunidades, culturas e nações inteiras.

Em última análise, a importância da leitura e as bases legais relacionadas a ela

devem ser vistas como investimentos no futuro. Promover a leitura é investir na formação de cidadãos críticos, criativos e informados, capazes de enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Portanto, é nosso dever coletivo continuar a valorizar, promover e proteger a leitura como um dos pilares fundamentais da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Walda de Andrade. **Lendo e formando leitores: orientações para o trabalho com literatura infantil**. São Paulo: Global, 2005.

BRASIL. **LEI Nº 12.244, DE 24 DE MAIO DE 2010**. Brasília: DF, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e da Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9.394**. Brasília: DF, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Brasil no Pisa**. Brasília, DF: 2020. Disponível em: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Inep ([www.gov.br](http://www.gov.br)). Acesso em: 06/06/2023.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional do Livro e da Leitura**. Portaria Interministerial Nº 1.442 de 10 de agosto de 2011.

\_\_\_\_\_. Projeto Todos Pela Educação. **ANUÁRIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA** 2021.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 2001.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 46 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTINS, Maria Helena. O que é Leitura? 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. In: FARIAS, Dealúcia Pinto. **Mediação de leitura: uma biblioteca escolar na formação de leitores**. Dissertação de Mestrado. João Pessoa UFPB, 2017.

MIGUEZ, Fátima. **Nas arte-manhas do imaginário infantil: o lugar da literatura na sala de aula**. Rio de Janeiro: Singular, 2009.

NUNES, M. S.; SANTOS, F.O. **Mediação da leitura na biblioteca escolar: práticas e fazeres na formação de leitores**. Perspectivas em Ciência da Informação, v.25, número 2, p. 3-28, jun/2020. Disponível em: < [scielo - Brasil - Mediação da leitura na biblioteca escolar: práticas e fazeres na formação de leitores](#) [Mediação da leitura na biblioteca escolar: práticas e fazeres na formação de leitores](#)>. Acesso em: 04/04/2023.

PEREIRA, Elaine Passos. **Bibliotecas escolares e políticas públicas no Brasil: um estudo da aplicação do PNE em uma biblioteca escolar do município de Niterói.** Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2015.

[STARLING](#), Iriam. **A saga das bibliotecas brasileiras.** Pensar a Educação em Pauta. 13 de novembro de 2020. Disponível em: <[A saga das bibliotecas brasileiras – Jornal Pensar a Educação em Pauta \(pensaraeducacao.com.br\)](#)>. Acesso em: 29/03/2023.

**Capítulo 3**  
**GESTÃO DE PROJETOS NA ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA: UMA PROPOSTA DE MELHORIA NO  
GERENCIAMENTO ESCOLARES**  
*José Carlos Diniz Silva*

## GESTÃO DE PROJETOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA PROPOSTA DE MELHORIA NO GERENCIAMENTO ESCOLARES

**José Carlos Diniz Silva**

*Graduado em Teologia pela FAEH/MA, Graduação em Administração - UNIALPHAVILLE/SP, Graduação Tecnológica em Gestão Empresarial – UVA/CE. Especialista em Administração Pública e RH – Recursos Humanos - FAC/SP, Docência do Ensino Superior - FAVENI, Hermenêutica e Teologia Bíblica - FAM/MA, Logística Empresarial pela Universidade Estácio de Sá - RJ, MBA em Gerenciamento de Projetos pela Faculdade Pitágoras - São Luís/MA. Mestre em Administração pela - UDS/PY, Doutorando em Ciências da Administração pela - UDS/PY. E-mail: [jc.eng.90@gmail.com](mailto:jc.eng.90@gmail.com)*

### RESUMO

Na administração pública, as instituições têm por finalidade desempenhar atividades fins vinculadas às necessidades e interesse da sociedade. Neste contexto, o gerenciamento de projetos apresenta-se como uma ferramenta indispensável para proporcionar esse ganho de qualidade e efetividade no setor público. O presente estudo tem como objetivo de propor uma metodologia de gerenciamento de projetos em melhores práticas no processo de gerenciamento escolares. Para atingir os objetivos traçados no trabalho, foi realizado um estudo de caso, de natureza qualitativa de caráter exploratório. A coleta dos dados deu-se pela consulta bibliográfica e documental disponíveis, selecionadas pela relevância, credibilidade e confiabilidade das fontes, utilização do PMBOK, publicações emanadas de órgão governamentais, artigos e outras publicações relevantes sobre o tema. Os resultados demonstram a falta de agilidade no processo de gerenciamento. Dessa forma, influencia no processo de tomada de decisões. Portanto, é necessário estabelecer um aprimoramento no processo. Conclui-se esta pesquisa como sendo apenas um recorte dentro desse assunto desafiador, trazendo uma reflexão; que a prática do gerenciamento de projetos representa um caminho confiável rumo ao desenvolvimento na administração pública.

**Palavras-chave:** Administração Pública. Gestão de Projetos. Gerenciamento.

### ABSTRACT

In public administration, institutions aim to carry out core activities linked to the needs and interests of society. In this context, project management is an indispensable tool to provide this gain in quality and effectiveness in the public sector. This study aims to propose a project management methodology based on best practices in the school management process. To achieve the objectives outlined in the work, a case study was carried out, of a qualitative and exploratory nature. Data collection was carried out

by consulting the available literature and documents, selected by relevance, credibility and reliability of the sources, use of the PMBOK, publications issued by government agencies, articles and other relevant publications on the subject. The results demonstrate the lack of agility in the management process. In this way, it influences the decision-making process. Therefore, it is necessary to establish an improvement in the process. This research is concluded as being just a cut within this challenging subject, bringing a reflection; that the practice of project management represents a reliable path towards development in public administration.

**Keywords:** Public Administration. Project management. Management.

## INTRODUÇÃO

O advento da globalização, o desenvolvimento dos recursos tecnológicos e a necessidade por agilidade e eficácia nos processos operacionais impuseram uma dinâmica de constante e acelerada mudança nas instituições públicas. Neste contexto, a administração pública é conduzida a se adequar as exigências do mercado, trazendo uma necessidade de organizar e planejar os projetos (ALVES; OLIVEIRA; GURGEL, 2021). Com o passar dos anos, a gestão de projetos no setor público ganhou grande relevância tendo as ferramentas da administração pública sendo incorporadas nesse ambiente que propicia a melhoria na qualidade de vida das pessoas (COSTA, et al, 2021).

Todavia, existem regras básicas criadas ao longo do tempo para que gestão de projetos tivesse maior eficácia no setor público em consonância com a administração, que consiste em captar recursos financeiros e contar com profissionais qualificados para que se tenha maior eficácia nos trabalhos voltados para o gerenciamento das atividades necessárias à implantação de um novo serviço (REIS, et al, 2017).

É importante ressaltar, que o gerenciamento de projetos, particularmente, trata-se de um ramo da Administração bastante valorizado devido à sua capacidade de realizar transformações positivas nas organizações. O emprego desta atividade pode ser crucial para que os objetivos traçados pelas políticas públicas sejam alcançados (PINHEIRO E ROCHA, 2012). De acordo com Pilletti (2014), o sucesso dos projetos impulsiona os profissionais de todas as áreas a pesquisarem novas maneiras que apresentem maior eficiências e eficácia na gestão de projetos. É válido observar o reconhecimento que existe nas organizações brasileiras da importância da gestão de projetos nos níveis da alta direção e gerenciais.

Segundo, Kerzner (2020), a gestão de projetos demonstra sua importância ao

permitir o alcance dos objetivos ao planejar, programar e controlar tarefas integradas. Algo bem diferente do que é percebido na gestão do trabalho rotineiro, dado que este, quando não é automatizado, muitas vezes pode ser auto gerenciado pelos funcionários.

Portanto, este estudo buscou identificar, por meio de documentos, entrevistas e visitas in loco, os obstáculos enfrentados e os resultados alcançados pelos gestores atuantes nas escolas públicas de São Luís do Maranhão, sobre os atuais processos de gerenciamento escolares.

Dessa forma, a fim de obter a sistematização desses processos, a otimização dos recursos públicos e a efetividade dos resultados no alcance dos objetivos voltados à sociedade, faz-se necessário propor uma metodologia de gerenciamento de projetos nas instituições.

O estudo foi baseado em uma revisão de literatura de acordo com o Guia Project Management Body of Knowledge (PMBOK) onde orienta um bom planejamento e gerenciamento para aplicação em projetos, ou seja, uma vez que esse gerenciamento for feito de forma adequada contribuirá para uma melhor prestação de serviços a sociedade.

Este trabalho se apresenta organizado da seguinte forma: na próxima seção foi realizada uma revisão teórica sobre os temas administração pública e gestão de projetos, em seguida é apresentada a metodologia da pesquisa, na sequência trata da apresentação, análise e discussão dos dados, proposta de melhoria, por fim, as considerações finais.

## **Referencial Teórico**

Essa seção está dividida em duas abordagens, a primeira trata sobre administração pública, a segunda aborda a gestão de projetos. Neste contexto, permite compreender de forma mais aprofundada o que está sendo discutido.

### **Administração Pública**

A origem do termo “*administração*” deriva do latim *ad* e *menester*. *Ad* (direção, tendência para) e *minister* (subordinação ou obediência), que significa direção para tendência e obediência respectivamente, ou seja, designa o desempenho de tarefas

de direção dos assuntos de um grupo. Já, em se tratando da palavra pública, a origem seria, também, latina, da palavra “*publicus*”, relativo ao povo, à comunidade, em oposição a privado. Logo, Administração Pública significaria proporcionar ao público, servir ao público, executar em benefício do público (MAZZA, 2012).

A administração foi considerada uma ciência recentemente, quando começou a ser ensinada na Universidade de Harvard (EUA – 1950), mas sua história percorre milênios. A administração existe desde quando o ser humano passou a utilizar e governar recursos para determinado objetivo (seja sua terra, seu reinado, sua casa, sua vida pessoal). Embora já existisse sua aplicação, o conceito ainda não era definido.

A administração é necessária, pois desde muito cedo verificou-se que é impossível ao homem realizar a maioria das atividades que a própria sobrevivência lhe exigia, sem o auxílio de outras pessoas. Mas esse auxílio só poderia ser eficaz em determinadas circunstâncias, que pouco a pouco passou a conhecer. Como resultado imediato, surgiu um conjunto de atividades e de atitudes que tomaria o nome de administração e que, com o decorrer do tempo, se transformou num campo definido de conhecimentos científicos. (PALÁCIO, 2013, p. 141).

Quando se trata da expressão Administração Pública, Carvalho Filho (2012) leciona que existiria um consenso entre os doutrinadores sobre o caráter duvidoso da referida expressão. Tal imprecisão seria decorrente da extensa gama de tarefas e atividades pertinentes ao objetivo do Estado. Por outro lado, agravando a imprecisão do termo Administração Pública, teríamos o extenso número de órgãos e agentes públicos que a compõem.

Dessa forma, o citado autor propõe que a referida expressão seja conceituada sob a ótica dos executores das tarefas inerentes aos órgãos públicos e, por outro lado, das próprias atividades, ensejando, pois, dois sentidos conceituais da Administração Pública, sendo um objetivo e outro subjetivo (CARVALHO FILHO, 2012).

Ainda de acordo com Mendanha (2010, p. 59), a “Administração pública deve buscar disponibilizar o máximo de informações sobre os projetos, pois maior será a probabilidade do cidadão de ser mais atuante e eficaz” nas decisões até que sejam aprovadas e colocadas em prática.

Nessa linha de pensamento, Junior et. al. (2014), afirmam que é necessário que as instituições públicas realizem a promoção da transparência e o estímulo ao controle social para que seja possível um maior acesso ao cidadão quanto as

informações da administração pública e por meio disso exercer maior vigilância sobre os atos dos agentes públicos. Dessa forma, a administração pública contribui no acompanhamento da elaboração dos projetos e gerenciando cada parte na hora de desenvolver.

Cabe destacar que estudos, análises e burocracias existem ao desenvolver um projeto no setor público, por isso, é preciso destacar a importância de planejar projetos para que não haja, no decorrer da execução, decisões aleatórias que possam ser prejudiciais para a sociedade.

### **Gestão de Projetos**

A origem etimológica da palavra “*gestão*” vem do latim *gestio* (ato de administrar, de gerenciar). Quando se fala de “*projeto*” é um plano para a realização de um ato e também pode significar; desígnio, intenção e esboço. Oriunda do termo em latim *projectum* que significa algo lançado à frente. De acordo com o Guia PMBOK (PMI, 2017), todo projeto pode ser conceituado como um esforço temporário realizado para dar origem a um produto ou serviço único. Assim, pode-se entender que um projeto possui começo e fim bem definidos e, por conta disso, precisa ser corretamente planejado, executado e controlado.

A gestão de projetos é conhecida há muitos anos nas organizações internacionais. No Brasil, inúmeras empresas privadas multinacionais e nacionais, já adotam essa metodologia almejando melhores resultados decorrentes de uma gestão mais eficiente e eficaz.

No setor público brasileiro também se observam esforços para promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Estado e o controle dos custos envolvidos nos programas e projetos públicos. Esse fato vem impondo inovações, tanto nos modelos de gestão como na adoção de estratégias que resultem em facilitadores da governança e gerem maior eficiência na execução, controle e consecução dos resultados previstos nos planos governamentais.

Segundo Viana (2012), destaca que um fator determinante para a gestão de projetos é o monitoramento e controle que, quando bem executados, permitem a aferição, correção e realinhamento das atividades em curso. O autor ainda ressalva que, no gerenciamento de projetos, há uma grande diferença no tratamento das informações entre as áreas privada e pública. Fatores que influenciam neste sentido

são: aspectos legais, remuneração, qualificação da mão de obra, estrutura hierárquica, recursos disponíveis, etc.

Conforme o Guia PMBOK (PMI, 2017), gestão de projetos é o processo através do qual se aplicam conhecimentos, capacidades, instrumentos e técnicas às atividades do projeto de forma a satisfazer às necessidades e expectativas dos diversos *stakeholders*<sup>3</sup> envolvidos no mesmo.

Convém ressaltar que, muitos gerentes afirmam que o principal desafio na gestão de projetos não está relacionado a problemas técnicos, e sim a aspectos comportamentais e organizacionais de projetos. Neste contexto, o que faz da gestão de projetos em órgãos públicos importantes é uso desses recursos para atender a sociedade com os mais variados tipos de projetos (KREUTZ; VIEIRA, 2018).

### **Processo de gerenciamento de projetos**

Os processos de gerenciamento de projetos são aqueles responsáveis por manter o fluxo de trabalho ao longo do desenvolvimento das tarefas. Isso significa que eles são conjuntos de ferramentas e técnicas que possibilitam a gestão das áreas de conhecimento do projeto.

De acordo com Guia PMBOK (PMI, 2017), descreve que os processos de gerenciamento de projetos são agrupados em cinco Grupos de Processos de Gerenciamento de Projetos:

1. **Grupo de Processos de Iniciação.** O (s) processo (s) realizado (s) para definir um novo projeto ou uma nova fase de um projeto existente, através da obtenção de autorização para iniciar o projeto ou fase.
2. **Grupo de Processos de Planejamento.** O (s) processo (s) realizado (s) para definir o escopo do projeto, refinar os objetivos e definir a linha de ação necessária para alcançar os objetivos para os quais o projeto foi criado.
3. **Grupo de Processos de Execução.** O (s) processo (s) realizado (s) para concluir o trabalho definido no plano de gerenciamento do projeto para satisfazer os requisitos do projeto.

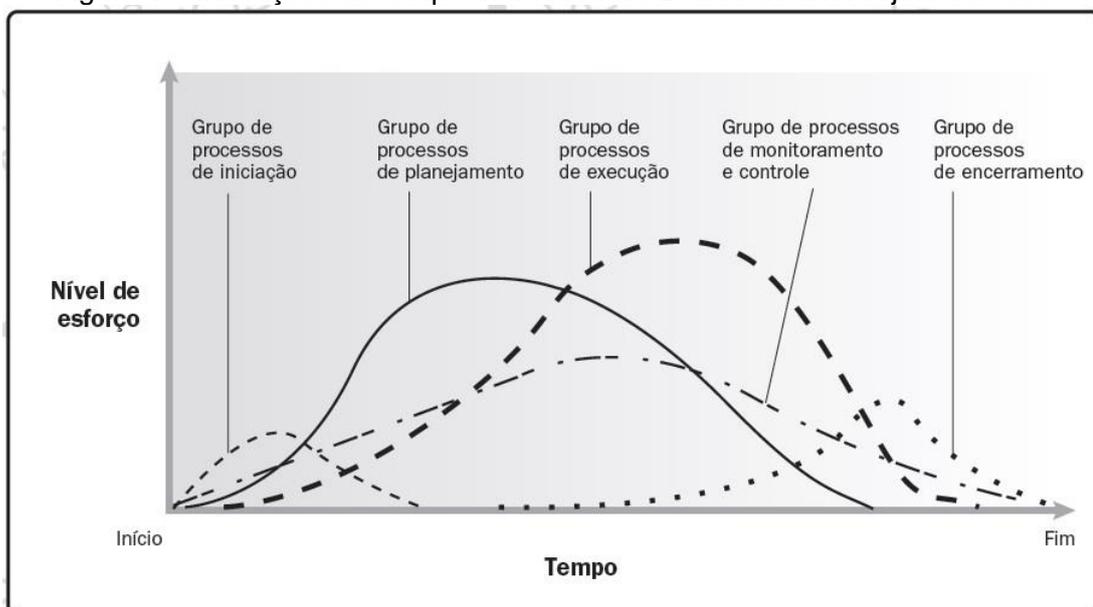
---

<sup>3</sup> Partes interessadas

4. **Grupo de Processos de monitoramento e controle.** Os processos exigidos para acompanhar, analisar e controlar o progresso e desempenho do projeto, identificar quaisquer áreas nas quais serão necessárias mudanças no plano, e iniciar as mudanças correspondentes.
5. **Grupos de processos de encerramento.** O (s) processo (s) realizado (s) para concluir ou fechar formalmente um projeto, fase ou contrato.

Ainda o Guia PMBOK (PMI, 2017), destaca que os Grupos de Processos não são fases do projeto. Se o projeto estiver dividido em fases, os processos nos Grupos de Processos interagem dentro de cada fase. E possível que todos os Grupos de Processos estejam representados em uma fase, conforme ilustrado na Figura 1. A medida que os projetos são separados em fases distintas, como desenvolvimento do conceito, estudo de viabilidade, concepção, protótipo, construção, ou teste, etc., os processos em cada Grupo de Processos são repetidos conforme necessário em cada fase, até que os critérios de conclusão para essa fase tenham sido cumpridos.

Figura 1 – Interações de Grupo de Processos Dentro de um Projeto ou Fase



Fonte: PMBOK (PMI, 2017)

Dessa forma, o Guia considera que a gestão de projetos é realizada por meio de um conjunto de processos definidos como uma série de ações para obtenção de resultados desejados.

## METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente estudo trata-se de uma investigação de natureza qualitativa de caráter exploratório com finalidade de descrever os atuais processos de gerenciamento escolares da cidade de São Luís do Maranhão. Bem como propor melhorias destes processos tendo como base a utilização do Guia PMBOK.

Contudo, na metodologia é mostrada a organização da pesquisa com a descrição dos recursos utilizados, bem como os instrumentos para a coleta das informações e construção do trabalho. “A pesquisa é aquela que se efetiva tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações provenientes de material gráfico, sonoro ou informatizados” (PRESTES, 2010, p. 30).

A pesquisa qualitativa envolve problemas sociais, vai além da mera análise estatística e promove mudanças sociais. Uma comprovada abordagem qualitativa é aquela adequada para a análise de estudos complexos, que apresentam diversas técnicas de coleta e análise de dados, bem como os mais diversos tópicos, a partir da problemática cotidiana do pesquisador. (MINAYO, 2012).

Quanto os procedimentos de coleta de dados. Segundo Gil (2010), a tecnologia de coleta de dados é um método diferente de obtenção de informações, que se constitui na etapa interativa do processo metodológico. Permite a coleta de informações necessárias para mensurar eventos de pesquisa. Inclui procedimentos e atividades que permitem aos pesquisadores obter informações para responder a perguntas de pesquisa.

No que se refere aos meios empregados na construção da pesquisa utilizou-se bibliográfica e documental:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Portanto, essa pesquisa utiliza o método científico para analisar o problema abordado e busca de dados que comprova a veracidade dos fatos. A fim de obter a

otimização nos processos de gerenciamento escolares e a efetividade dos resultados no alcance dos objetivos voltados à sociedade.

## **APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

Nesta seção será apresentada os resultados obtidos e depois discute uma proposta de melhoria para os processos de gerenciamento.

### **Análise dos Resultados**

A visita técnica in loco em 10 (dez) escolas públicas em Barrios distintos em São Luís do Maranhão e entrevista realizada com os gestores dessas instituições permitiram o conhecimento do processo de gestão dessas escolas.

De acordo com os resultados da pesquisa observaram-se que, as salas de aulas com infraestrutura precária para funcionamento, insuficiência de água potável, banheiros sem condições de higiene, quadra esportiva sem condições de atividades, acessibilidade insatisfatórios e falta de manutenções.

Sabemos que a Lei N° 9,394 de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) às escolas passam a ter maior autonomia para decidir as suas questões financeiras, e os recursos fornecidos pelo governo começaram a ser revestidos no que realmente é necessário para cada escola. Portanto, cada escola possui uma situação e necessidades diferentes.

Dessa forma, percebe-se a grande importância da utilização de ferramentas que visa agregar, avaliar e aperfeiçoar as práticas de gerenciamento de projetos com o intuito de aprimorar o desempenho institucional.

### **Proposta de Melhoria**

Diante do exposto o que podem contribuir para uma melhor execução no processo de gerenciamento é a maturidade em projetos. Vale destacar que, seja qual for a finalidade da instituição pública, exploração de atividade econômica ou prestação de serviços públicos, é importante a utilização de boas práticas do Guia PMBOK. Neste sentido, o Guia considera que a gestão de projetos é realizada por meio de um conjunto de processos definidos como uma série de ações para obtenção de

resultados desejados. Visando contribuir com a melhoria e modernização da gestão pública, propõem-se o gerenciamento do escopo do projeto nas escolas públicas de São Luís do Maranhão com base no Guia PMBOK.

De acordo com Guia PMBOK (PMI, 2017), o gerenciamento do escopo do projeto inclui os processos necessários para assegurar que o projeto inclua todo o trabalho, e apenas o necessário, para que termine com sucesso. O gerenciamento do escopo do projeto está relacionado principalmente com definir e controlar o que está e o que não está incluído no projeto.

Os processos de gerenciamento do escopo do projeto são:

1. **Planejar o gerenciamento do escopo.** O processo de criar um plano de gerenciamento que documenta como os escopos do projeto e do produto serão definidos, validados e controlados.
2. **Coletar os requisitos.** O processo de determinar, documentar e gerenciar as necessidades e requisitos das partes interessadas a fim de atender aos objetivos do projeto.
3. **Definir o escopo.** O processo de desenvolver uma descrição detalhada do projeto e do produto.
4. **Cria a EPA (Estrutura Analítica do Projeto).** O processo de subdividir as entregas e o trabalho do projeto em componentes menores e mais facilmente gerenciáveis.
5. **Validar o escopo.** O processo de formalizar a aceitação das entregas concluídas do projeto.
6. **Controlar o escopo.** O processo de monitorar o status do escopo do projeto e do produto e gerenciar as mudanças feitas na linha de base do escopo.

Dessa forma, o gerenciamento de escopo, estar atento a todas as etapas do projeto, do planejamento à obtenção dos resultados, buscando o equilíbrio entre as metodologias utilizadas para aprimorar o processo de gerenciamento, fará com que as instituições atinjam melhores níveis performance na tomada de decisões.

Segundo Kenny (2003), o sucesso de um projeto de uma organização não pode limitar à eficiência dos processos de gerenciamento de projetos empregados, pois se deve levar em conta a efetividade do projeto na contribuição para os objetivos estratégicos da organização.

Portanto, cabe aos gestores compreender a importância do benefício da

utilização do Guia PMBOK, para a execução das atividades e assim usá-los da melhor forma possível. Além disso, sugere-se que a proposta para o processo em análise fique sob a responsabilidade do Diretor das instituições.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Visando uma compreensão mais ampla para alcançar os objetivos desse estudo, buscou-se primeiramente conhecer as problemáticas das escolas públicas de São Luís do Maranhão. Observa-se ainda que, gerenciar e planejar projetos na área da administração pública desafiam os profissionais porque requer atenção e diversos processos que são necessários para serem executados com responsabilidade, sem desisões aleatórios e sem quebra de prazos, para que se chegue ao objetivo final de beneficiar à sociedade.

Os resultados desse estudo, demonstraram que boa parte das escolas públicas de São Luís do Maranhão estão em desacordo com as condições necessárias de funcionamento. Além disso, a falta de maturidade da gestão de projetos. Dessa forma, entende-se que a implantação das boas práticas recomendadas pelo Guia PMBOK, podem contribuir para escolas como; um maior controle dos processos, cumprimento do cronograma, monitoramento no ambiente escolar, riscos minimizados, agilidade na tomada de decisões, o maior engajamento dos gestores e a maior satisfação da sociedade.

Vale ressaltar que, o gerenciamento de projetos é fundamental para o andamento de qualquer instituição escolar, tanto privada ou pública, em qualquer tipo de empresa você pode implantar as técnicas de gerenciamento de projetos.

Contudo, a administração escolar, é muito importante, exige que os gestores da área tenham um certo grau de conhecimento para saber como lidar com as situações adversas. Pois, é algo vital nas instituições e nas tomadas de decisões.

Compreendemos que a formação do gestor escolar, ou a falta da mesma, possui implicações positivas ou negativas na organização do trabalho pedagógico e administrativo das escolas públicas, sendo inclusive um dos fatores que podem influenciar no desempenho escolar dos alunos

Conclui-se que, o gerenciamento de projetos na administração pública decorre de uma necessidade para evoluir e consolidar um modelo de gerência eficaz, por isso, a utilização de métodos de gerenciamento de projetos como o Guia PMBOK, oferece

maior qualidade e efetividade no setor público.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Thales da Costa Lago; OLIVEIRA, Thiago de; GURGEL, André Moraes. Gestão de projetos na administração pública: um estudo sobre a implantação do processo eletrônico na UFRN e no IFRN. **Revista de Gestão e Projetos – (GeP)** 12(2), maio/ago. 2021.

BRASIL, LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>. Acesso em 01/08/2023.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 17 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

COSTA, Edilson Fernandes da, et al. Percepção dos servidores de uma instituição pública de ensino sobre a gestão de projetos. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v.12, n.1, p.222-231, 2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas 2010.

JÚNIOR, T. M. O.; JORDÃO, C. S.; JUNIOR, J. L. P. C. Transparência, monitoramento e avaliação de programas no Brasil: em busca de opacidades que podem restringir o exercício do controle social. **Revista do Serviço Público**, Brasília 65 (1): 25-47 jan/mar 2014.

KENNY, J. Effective project management for strategic innovation and change in na organizational context. *Project Management Journal*, v. 34, n. 1, p. 43-53, mar. 2003.

KERZNER, H. **Gestão de projetos: as melhores práticas**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2020.

KREUTZ, Rafael Rudolfo; VIEIRA, Kelmara Mendes. **A Gestão de projetos no setor público**: os desafios de suas especificidades. *Revista de Gestão Pública: práticas e desafios*. v. 09, n. 1 (2018).

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 2 Edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

MENDANHA, G. M. O direito de acesso à informação como fundamento da transparência. **Revista da CGU**, Brasília, v. IV, n. 6, p. 59-70, set. 2010.

PALÁCIO, M. **Curso de Teologia - Módulo XII – Administração Eclesiástica.**

Disponível em:

<http://www.fatecc.com.br/alunos/apostilas/teologia/4periodo/admeclesiastica>. Acesso em: 9 set. 2022.

MINAYO, M.C.S. **Análise qualitativa:** teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.17, n.3, p.621-26, 2012.

PILLETTI, C. P. **Avaliação de maturidade em gerenciamento de projetos:** estudo de caso no programa de extensão mídias eletrônicas da Ufopa, Santarém-Pará. Dissertação (Mestrado) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Santarém - Pará. (2014).

PINHEIRO, Marcelo T. e ROCHA, Mônica A. da S. **Contribuições do Escritório de Gerenciamento de Projetos Públicos na Gestão para Resultados.** *Revista do Serviço Público*, vol. 63 (2): 199-215, abr/jun, 2012.

PISA, B. J.; OLIVEIRA, A. G. **Gestão de projetos na Administração Pública:** um instrumento para o planejamento e desenvolvimento. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. Anais. 2013.

PRESTES, M. L. M. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico.** 3ed. São Paulo: Respel, 2010.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE – PMI. **Um guia do conjunto de conhecimentos em gerenciamento de projetos:** Guia PMBOK (7ª Edição), 2017.

REIS, Ana Cecília Duarte; et. al. A Gestão de Projetos no Âmbito da Administração Pública: Uma Visão Estratégica. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** Edição 05. Ano 02, Vol. 01. pp 353-365, julho de 2017. ISSN: 2448-0959.

VIANA, Cesar Pereira. **A gestão de projetos no âmbito da Administração Pública Federal:** uma visão estratégica. In: Anais do V Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2012.

**Capítulo 4**

**A DISLEXIA E SEUS FATORES NO PROCESSO DE  
APRENDIZAGEM NA CRIANÇA: UMA REVISÃO  
BIBLIOGRÁFICA**

*Dienes Santana da Silva  
Gleydson Luiz Alves da Silva*

## A DISLEXIA E SEUS FATORES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NA CRIANÇA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

**Dienes Santana da Silva**

*Graduada em Pedagogia pela Faculdade de ciências educacionais do Rio Grande do Norte-FACERN, Aluna do curso de Especialização em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional da Unicorp Faculdades. Email: [dienesantanapr@gmail.com](mailto:dienesantanapr@gmail.com)*

**Gleydson Luiz Alves da Silva**

*Graduado em Letras/ Libras pela UFPB, Especialista em Libras pelo IFPB, Mestre em Ciências da Educação pela UDS, Professor de Libras da Secretaria de Estado da Educação de Pernambuco, Professor de Libras da Secretaria Mul. de Educação de Marí-PB, Docente da UNICORP Faculdades - João Pessoa/PB. Email: [gleydsonletraslibras@gmail.com](mailto:gleydsonletraslibras@gmail.com)*

### RESUMO

O presente trabalho tem como foco de estudo: a dislexia e seus fatores no processo de aprendizagem na criança. A dislexia é caracterizada como um distúrbio específico de leitura, dificuldades no reconhecimento de letras, bem como, na decodificação e soletração de palavras, o que compromete a aprendizagem e o desempenho de alunos que possuem tal distúrbio. Para tanto, o objetivo principal desse artigo é analisar as contribuições interventivas do profissional neuropsicopedagogo diante de crianças com dislexia no processo de aprendizagem. Com isso, a metodologia adotada deu-se através de uma pesquisa bibliográfica. De tal modo, utilizou-se artigos publicados entre os anos de 2017 a 2022 nas plataformas científicas como: Scielo, Google acadêmico, entre outros meios de pesquisa para evidenciar este estudo. Os resultados apontam que o neuropsicopedagogo é o profissional adequado no processo de orientação e intervenção com a criança dislexa, além de ideal e bastante relevante no apoio aos pais/responsáveis no acompanhamento e com a equipe técnica da escola para nortear professores nas práticas pedagógicas.

**Palavras-chaves:** Dislexia. Intervenção. Acompanhamento. Estratégias. Professor.

### ABSTRACT

The present work has as study focus: dyslexia and its factors in the learning process in children. Dyslexia is characterized as a specific reading disorder, difficulties in letter recognition, decoding and spelling of words, which compromises the learning and performance of students who have such a disorder. Therefore, the main objective of this article is to analyze the interventional contributions of the professional neuropsychopedagogue before children with dyslexia in the learning process. With that, the methodology adopted was through a bibliographical research. In this way,

articles published between the years 2017 to 2022 on scientific platforms such as: Scielo, academic Google, among other means of research were used to highlight this study. The results indicate that the neuropsychopedagogue is the appropriate professional in the process of guidance and intervention with the dyslexic child, in addition to being ideal and very relevant in the support of parents/guardians in monitoring and with the technical team of the school to guide teachers in pedagogical practices.

**Keywords:** Dyslexia. Intervention. Follow-up. Strategies. Teacher.

## 1 INTRODUÇÃO

A dislexia é um transtorno específico de aprendizagem, de origem neurológico, que acomete pessoas de todas as origens e nível intelectual. Caracteriza-se por dificuldade na precisão (e/ou fluência), no reconhecimento de palavras e baixa capacidade de codificação e de soletração (SYLVIA, CIASCA, 2016).

De acordo com Pinto (2012, p.22), “[...] a dislexia é uma incapacidade específica de aprendizagem de origem neurobiológica. É caracterizada por dificuldades na correção e/ou fluência na leitura de palavras e por baixa competência leitora e ortográfica.

Já Alves (2011, p.30), apresenta um conceito mais amplo definindo que a dislexia é “[...] um transtorno específico de aquisição e do desenvolvimento da aprendizagem da leitura [...]” O autor ainda complementa que esse distúrbio caracteriza-se por um baixo rendimento esperado no tocante a idade/série: “se caracteriza como o resultado direto de comprometimento da inteligência geral, lesões neurológicas, problemas visuais ou auditivos, distúrbios emocionais ou escolarização inadequada.” (p.30)

Nesse sentido, a neuropsicopedagogia como uma ciência transdisciplinar é fundamentada nos conhecimentos da neurociência aplicados à educação, com interfases da pedagogia e psicologia cognitiva. É um campo de estudo que pode influenciar por meio de conhecimentos teóricos e de intervenção que visa ter o cuidado com a aprendizagem humana.

Nas escolas, diante do universo de crianças e adolescentes, é possível identificar inúmeros transtornos que resultam na dificuldade de aprendizagem. A dislexia é um desses transtornos que leva a criança a obter uma baixa capacidade de

codificar e soletrar as palavras, causando uma baixa autoestima, evasão escolar e, em muitas situações, o não aprender.

Com isso, há a necessidade do neuropsicopedagogo, dentro de suas atribuições, observar, analisar e buscar meios que possam contribuir para a compreensão do olhar diante do aluno com dislexia junto ao profissional. Por ser um profissional que tem o cuidado e o zelo pela aprendizagem humana, é por meio de suas técnicas de conhecimento que poderá observar, aplicar testes cognitivos e intervir para que a criança possa se desenvolver e obter resultados significativos.

É importante aqui salientar que vários estudiosos têm se debruçado sobre esta temática para a difusão do conhecimento, como: Alves (2011), Carvalhais e Silva (2007), Lian (1999), Pinto (2012). Contudo, ainda há muito o que se pesquisar.

Dessa forma, o presente artigo é construído a partir do seguinte problema de pesquisa: Qual o papel do neuropsicopedagogo no processo de atendimento com a criança dislexa?

Diante desse problema, temos como objetivo geral, analisar as contribuições interventivas do profissional neuropsicopedagogo com relação às crianças com dislexia no processo de aprendizagem.

Além disso, objetivamos ainda: a) Apresentar uma abordagem sobre o papel do neuropsicopedagogo; b) Contextualizar o conceito e as características da Dislexia; c) Mostrar as contribuições do neuropsicopedagogo no atendimento às crianças com dislexia.

Assim, para que este trabalho tenha uma consistência teórico-metodológica, foi adotada a pesquisa bibliográfica. Neste sentido, utilizou-se artigos publicados entre os anos de 2017 a 2022 nas plataformas científicas como: Scielo, Google acadêmico, entre outros meios de pesquisa para evidenciar este estudo.

Portanto, o artigo foi dividido em três partes. A primeira, apresenta a parte introdutiva da pesquisa; a segunda, a fundamentação teórica e a metodologia adotada na busca da coleta de dados; e na terceira parte, serão apresentados os resultados obtidos e as considerações finais.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Este artigo propõe uma análise dos artigos científicos que relatam sobre a dislexia e seus fatores no processo de aprendizagem da criança. Para tanto, dividimos

o referencial teórico da seguinte forma: na primeira seção será feita uma contextualização política e legal da profissão neuropsicopedagogo. Na segunda, será apresentada uma compreensão sobre a dislexia, conceitos e características, já na terceira seção serão abordadas as contribuições do neuropsicopedagogo no atendimento com crianças disléxicas. Por fim, na quarta seção, apresentaremos a metodologia adotada nesta pesquisa.

## 2.1 O profissional na neuropsicopedagogia

O profissional, na neuropsicopedagogia, tem um papel muito importante. Apesar de ser uma esfera nova, já aponta um grande significado para o atendimento de crianças com transtorno de aprendizagem e síndromes. No ambiente escolar, atua avaliando e intervindo no aumento da aprendizagem em conjunto da equipe pedagógica e com os professores, desenvolvendo meios e buscando estratégias ampliar o trabalho da equipe multidisciplinar.

A associação Brasileira de Neuropsicopedagogia – SBNPp (2014, p.6), por meio do Código de Ética, em seu Art. 14, define que:

O neuropsicopedagogo trabalhará para promover a saúde e a qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade que passarem por sua intervenção ou avaliação e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, omissão, discriminação, exploração, violência, crueldades e opressão.

Já na parte clínica, atua na busca do ensino e aprendizagem avaliando e intervindo na neurociência, com o objetivo de contribuir para a formação e desenvolvimento de cada indivíduo, através de um atendimento específico. Dessa forma, a neuropsicopedagogia é uma associação da neurociência, psicologia e pedagogia, cujo trabalho consiste em avaliar e auxiliar nos processos pedagógicos, educativo e instrutivo para um melhor desenvolvimento físico e mental.

Sendo assim, o trabalho deste profissional no âmbito escolar contribui para que possam ser difundidas metodologias que ampliem o processo de aprendizagem do aluno, e assim, minimizem as dificuldades enfrentadas pelas crianças no ambiente escolar, além de sempre primar por avanços no desempenho escolar, social e emocional. Convém salientar sobre a importância dos profissionais, que estes estejam sempre preparados para abraçar esses contextos sociais na busca de soluções, compreender e ajudar.

Diversos grupos de estudantes entre professores – pesquisadores, constituíram, de acordo com as normas do direito, formar a Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia - SBNPp, transformando um corpo social dessa ciência que codifica as diretrizes em relação a profissão (FULLE *et al.*, 2018).

A resolução da SBNPp, nº 04 de 04 de maio de 2020, que altera a resolução de 03/2014 está pautada, em vários capítulos do código de ética. Tal código solicita que:

Os princípios éticos que orientam a formação e a atuação profissional também fundamentam a imagem técnica profissional do Neuropsicopedagogia. O presente Código de Ética Técnico Profissional reúne as diretrizes que devem ser observadas nas ações profissionais, na formação educacional e no que se refere as instituições que ofertam a formação, afim de atingir padrões ético cada vez elevados no âmbito geral da neuropsicopedagogia. (SBNPp, 2014, p.4)

Fica evidente que segundo o código de ética, o profissional da neuropsicopedagogia é embasado pelas normas, valores e princípios. Seus exercícios nas instituições são direcionados pelas diretrizes em busca de uma boa atuação. Dessa forma, é necessário sua atuação relevante junto a uma equipe multidisciplinar, com visão ampla sobre o indivíduo.

Segundo Fulle *et al.*(2018), a atuação da neuropsicopedagogia no Brasil inicia a partir da primeira década do século XXI, através das faculdades PUC (Pontifícia Universidade Católica) e UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), no curso de Pedagogia, no estado do Rio de Grande do Sul. Nessas instituições foram criados grupos de pesquisas com base na necessidade de estudar a estrutura e funcionalidade do cérebro humano, partindo dos conceitos da estrutura biológica cerebral e do desenvolvimento neuropsicológico. Nesse estudo observou-se a importância de compreender como o cérebro desenvolve o processamento das informações.

Em virtude dessa grande necessidade de ajudar e compreender os indivíduos com essas dificuldades, houve uma grande mobilização de uma nova formação específica no Brasil, em Neuropsicopedagogia. Somente em 2009, a Faculdade Ciências, Educação Saúde Pesquisa e Extensão - CENSUPEG, estabeleceu o curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Neuropsicopedagogia, atuando nas áreas da educação e saúde.

Com a conquista do Código de Brasileiro de Ocupação - CBO do neuropsicopedagogo, a partir de julho de 2019, se deu direito de ocupação e atuação dos profissionais estabelecendo acesso às leis trabalhistas - CIT benefícios previdenciários, prestações de serviços e concursos públicos.

## 2.2 A dislexia

A dislexia é um transtorno de aprendizagem que engloba vários fatores neurológicos, como dificuldades no reconhecimento de palavras, decodificação e soletração. Essas dificuldades de leitura e escrita estão abaixo do esperado em relação a outros indivíduos.

Ainda não é confirmado o que causa a dislexia. Sabe-se, através de estudo por neuroimagem, que há uma grande diferença no desenvolvimento e funcionamento cerebral. Alguns pesquisadores que se dedicam ao estudo da dislexia enfatizam a grande importância da criança dislexa, o apoio familiar e escolar. Juntos, de mãos dadas, na busca de sanar essas dificuldades presentes nos indivíduos.

A dislexia é caracterizada como um problema na aquisição no desenvolvimento de funções cerebrais envolvendo a aprendizagem. Tem sua origem durante a formação do cérebro na barriga da mãe, ou seja, antes do nascimento.

Considerando os fatores de origem desse transtorno, ainda não se sabe claramente as causas evidentes desse quadro. A partir da década de 70, vários estudiosos se dedicaram a estudar as causas da dislexia. Para Fisher e Defris (2002, p.22) a dislexia é “[...] uma desordem de base neurológica com origem genética [...]”. Essa desordem resulta diretamente no comportamento e/ou num transtorno, no caso a dislexia, onde o indivíduo apresenta dificuldades na escrita e na leitura.

Já para Carvalhais e Silva (2007, p.11), esse transtorno se origina como fator que “[...] tem a origem genética [...]”. Outros colaboradores em suas pesquisas, chegaram a conclusão sobre qual gene está relacionado a dislexia. Nesse estudo, encontraram o cromossomo nº 15, relacionado à dificuldade de leitura e escrita e o 6º cromossomo, relacionado ao déficit fonológico (CARVALHAIS E SILVA, 2007).

De acordo com Lian (1999), a origem genética pode ser considerada como um transtorno hereditário por meio de um gene transmissor de curta ramificação do cromossomo 6. Esse gene é dominante, comprovando a quantidade de casos desse transtorno de aprendizagem numa mesma família.

Sendo assim, alguns pesquisadores apresentam dois tipos de dislexia: a dislexia de desenvolvimento e a dislexia adquirida. A dislexia de desenvolvimento apresenta alterações na aprendizagem, na leitura e na escrita institucional, ou seja, ambiental ou através de fatores genéticos. Já na dislexia adquirida o desenvolvimento na leitura e na escrita, acontece na maioria das vezes, na fase adulta, por fatores que causam alguma lesão cerebral.

São vários fundamentos que discorrem sobre a dislexia de desenvolvimento. Temos déficits cognitivos, fatores neurológicos, prematuridade de baixo peso de nascimento, influências genéticas e ambientais. Dessa forma, é importante salientar que alguns distúrbios emocionais, falta de estímulos na infância, instrução inadequada por parte do educando podem desencadear dificuldades severas na leitura.

Vários estudos apontam a deficiência fonológica na dislexia de desenvolvimento e algumas alterações no processamento no lobo temporal, que consiste na incapacidade de assimilar o som das palavras. Assim, devido às falhas nas conexões cerebrais, os indivíduos disléxicos têm a função cerebral diferente das pessoas que não se encontram com esse transtorno.

Diante disso Evans (2006, p.16), aponta que:

[...] no processo de leitura, os disléxicos utilizam somente a área cerebral que processa fonemas, gerando como consequência disso a dificuldade que apresentam os disléxicos em diferenciar fonemas de sílabas, pois sua região cerebral responsável pela análise de palavras se mantém inativa, além de suas ligações cerebrais que não incluem a área responsável pela identificação de palavras e, assim, a criança disléxica não consegue reconhecer palavras que já tenha lido ou estudado, tornando a leitura um grande esforço, pois toda palavra que lê aparenta ser nova e desconhecida.

Para Simões (2014), o funcionamento do cérebro de um indivíduo disléxico apresenta três áreas distintas: o hemisfério esquerdo desempenha funções chave no processo de leitura; na região inferior-frontal, que é a área da linguagem oral; e na região parietal - temporal, que é a área onde é realizada a análise de palavras. Nessas áreas, acontece confusão no processamento e na formação de palavras, na leitura e na grafia.

### 2.3 As contribuições do neuropsicopedagogo no atendimento com crianças dislexia

A neuropsicopedagogia é uma ciência que está presente tanto no ambiente educacional como no clínico. A união da neurociência com a educação tem

demonstrado uma grande importância na valorização de suas práticas nas instituições. Assim, vale ressaltar o grande significado do acompanhamento da neurociência na vida dos indivíduos com dificuldades, transtornos ou distúrbios de aprendizagens.

Nessa perspectiva, o profissional dessa área apresentada, exerce uma grande função de proporcionar um olhar multidisciplinar, inovador e acolhedor, buscando meios e métodos significativos para melhor desenvolvimento dos aprendizes.

Pode-se afirmar que as metodologias embasadas da neurociência tem um grande papel para diminuir a defasagem escolar e construir uma aprendizagem relevante, como o autor ressalta:

A Neuropsicopedagogia demonstra quão promissor pode ajudar na Educação através de seu conjunto de saberes sobre o sistema nervoso central onde tudo acontece com os comportamentos, pensamentos, emoções e movimentos. A partir dos conhecimentos na área de educação. O surgimento e avanço da neuropsicopedagogia fornece melhorias na qualidade de vida da sociedade atual através de tratamentos efetivos para variados distúrbios neurológicos e contribui significativamente para o desenvolvimento de soluções de diversos transtornos e, incluindo os problemas educacionais. (MACÊDO,2019, p.3)

O papel do neuropsicopedagogo nas instituições estimula a atuação cordial nos ambientes, promovendo aprendizagem, com a perspectiva de intensificar, inovando e adaptando sua realidade no processo de desenvolvimento. Assim, a implementação do neuropsicopedagogo nas instituições visa atuar em projetos políticos pedagógicos, organizar currículos, proporcionar oficina temática, auxiliar a equipe pedagógica, desempenhar comportamento socioafetivo e sugerir intervenções para melhoria de questões comportamentais dos indivíduos.

Vale ressaltar a responsabilidade do neuropsicopedagogo, que trabalha com atividade na busca de estimular e motivar as sinapses cerebrais e seu funcionamento, indicando habilidades estratégicas como: a arte, a brincadeira, a ludicidade, a psicomotricidade, a música, recursos digitais e administrando as intervenções e acompanhamentos das crianças com dislexia.

Sendo assim, é importante frisar que jogos e brincadeiras são atividades que despertam a memória percepção e a atenção, potencializando o processo de aprendizagem.

Full *et al.* (2018) aponta que a Intervenção da Neuropsicopedagogia Escolar - INPp, tem um papel indispensável na educação desde os primeiros sinais de dislexia, sendo realizada de forma preventiva.

De acordo com Cardoso *et al.* (2016), os indivíduos depois de 18 sessões com duração de 45 minutos, apresentam um grande progresso na parte da linguagem. Dessa forma, o INPP é absoluto e eficiente na construção e identificação de programas de intervenção com dificuldades de aprendizagem. Cabe ao profissional da neuropsicopedagogia planejar e executar cada sessão com um conjunto de intervenções.

É importante salientar a relevância das intervenções em conseguir abraçar todo o corpo educando, buscando e rastreando crianças com dificuldades mais severas. Nessa perspectiva, a neuropsicopedagogia procura criar ideias de remediação e reintegração demonstrando, através de planejamentos intervencionais, que abrange tanto a saúde cognitiva como a incentiva às habilidades cognitivas escolares, visando potencializar os desenvolvimentos fundamentais. (FULL *et al.*, 2018).

Para o neuropsicopedagogo o diagnóstico, as intervenções e as avaliações necessitam estarem respaldados nas entrevistas, anamneses, relatórios protocolos formulários, escalas de testes, e atividades que possam desenvolver um tratamento adequado para os dislexos.

Dessa forma, o neuropsicopedagogo exerce a função de norteador buscando métodos e meios para sanar dúvidas e argumentar sobre as atribuições de seu trabalho àqueles que se encontram necessitando de ajuda em sua prática.

De acordo com (CORRÊA; FERRANDINI, SIMÃO, 2020, P. 16)

Assim, o profissional Neuropsicopedagogo poderia auxiliar tanto o professor de escolas públicas (salas comuns ou recursos) quanto de escolas privadas a encontrar melhores formas de sanar questões ocorridas em sala, seja de cunho cognitivo, emocional e/social. Inclusive ao pensar em alunos que apresentem deficiências intelectuais, físicas, ou transtornos significativos no comportamento em âmbito escolar, auxiliando o professor na adoção de práticas inclusivas de educação. À equipe pedagógica, oficinas socioeducativas poderiam ser ministradas, a fim de ampliar o conhecimento de todos acerca de temas pertinentes à educação, e evidenciar técnicas e instrumentos que teriam mais assertividades em sala de aula. E, não menos importante, munir também os responsáveis pelas crianças sobre informações oportunas acerca da problemática que as acomete, sinalizando formas de auxiliar e diminuir comportamentos não-adaptativos desde suas casas.

É importante frisar o extraordinário trabalho da neuropsicopedagogia dentro das instituições que possibilita um outro olhar para o desempenho do aprendiz, contribuindo cientificamente nas ações pedagógicas, modificando e adequando suas ferramentas educativas.

## 2.4 METODOLOGIA

A revisão foi realizada por meio da seleção de artigos científicos nas bases de dados: Google acadêmico, Scielo, entre outros. Com isso, foram utilizadas as seguintes palavras-chave; “neuropsicopedagogia”, “dislexia”, “aprendizagem”, “dificuldades”, “escola”.

Os critérios de inclusão para construção do artigo foram: a) artigos publicados nos últimos dez anos, entre 2017 a 2022; b) artigos publicados em língua portuguesa ou outra língua; c) artigos completos, disponíveis gratuitamente de forma on-line; d) estudos descritivos ou empíricos.

Já os critérios de exclusão adotados foram: a) artigos de revisão, reflexões sobre o tema e teórico; b) artigos que não consideram mediação com crianças.

Para tanto, na base de dados Google acadêmico, foram encontrados 164 artigos científicos. Destes, foram selecionados 6 artigos por estarem condizentes com o objetivo da pesquisa, sendo excluídos 158 artigos por não estarem de acordo com o estudo.

Já na base de dados Scielo, foram encontrados 19 artigos científicos. Destes, foram selecionados 6 artigos por estarem alinhados aos objetivos da pesquisa e 13 artigos científicos foram excluídos por não atender ao objetivo do estudo.

## 3 CONCLUSÃO

### 3.1 Apresentação dos resultados

#### **Categoria 1 – Compreensão e fatores causados pela dislexia**

Vanessa Panda Deuschele e Cechella (2009), em suas pesquisas, apresentam que ainda não há um conceito concreto para a dislexia na literatura. Sabe-se que a deficiência da capacidade em consciência fonológica indica uma das principais

evidências para o diagnóstico de dislexia, o qual necessita de intervenções, com objetivo de aprimorar e melhorar o desempenho acadêmico.

Já Silva, (2018), enfatiza que a dislexia é definida como um distúrbio que causa diversas dificuldades na vida educacional do aluno. Portanto, é no ambiente educacional que se deve realizar as intervenções, informando a família sobre a problemática, para que possam, juntos, andarem de mãos dadas. Assim, é imprescindível uma análise com o indivíduo, para que o mesmo seja acompanhado por uma equipe multidisciplinar capacitada para trabalhar essas dificuldades, melhorando o desenvolvimento cognitivo.

Silva *et al.* (2016), apresenta a dislexia como um transtorno que inibe o processo de ensino e aprendizagem na leitura e escrita. Esse distúrbio é uma desordem neurológica acometida por vários fatores genéticos ou adquiridos. Essa dificuldade não se qualifica como uma doença no meio científico e sim, como uma condição que precisa de ajuda no ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, Gonçalves (2019), atentou-se sobre a relevância do profissional da neuropsicopedagogia no acompanhamento da linguagem em criança disléxica. Essa dificuldade é visível nas escolas com alunos que possuem um baixo rendimento escolar, especialmente com relação às dificuldades na linguagem oral e escrita. Assim, fica evidente a importância da presença dos professores de língua portuguesa na ampliação de um bom trabalho com crianças disléxicas em parceria com uma equipe multidisciplinar.

Dessa forma, Cruz (2020), chegou à conclusão que a dislexia é um transtorno neurológico de ascendência genética que pode levar em conta o histórico familiar, que afeta o desenvolvimento na prática educativa. Essas dificuldades de aprendizagem devem ser apresentadas e acompanhadas por uma equipe multiprofissional, sinalizando medidas de intervenção de acordo com a problemática da criança.

Silva (2015), considera que a dislexia é originária de uma conjuntura humana genética e ambiental, para tanto, esse distúrbio afeta a leitura e a escrita, e somente por meio de mecanismos é possível alfabetizar uma criança disléxica. Desse modo, essas dificuldades apresentadas pelos indivíduos são mais notáveis, quando a criança inicia a vida escolar com bloqueios na leitura e escrita. No entanto, há ainda nas instituições, escassez desse tipo de atendimento aliado às ações pedagógicas.

## **Categoria 2 – A neuropsicopedagogia e a Intervenção com a criança dislexa**

Schirmer *et al.* (2004), salienta os cuidados de observação em criança para obter um diagnóstico certo em busca de um tratamento adequado. É importante conduzir a investigação desse transtorno com maior efetividade e rapidez para que possa contribuir de forma concreta e apropriada. Assim, depois de um diagnóstico adequado o profissional direciona um melhor tratamento indicado para cada caso específico.

Rodrigues, *et al.* (2016), apresenta em seus estudos que o profissional em seu exercício é o componente principal para identificação dos fatores de risco para a dislexia e seu diagnóstico e intervenção. O ambiente escolar é favorável para o acompanhamento dos alunos, já que os mesmos permanecem, a maior parte de seu tempo, na instituição. Certamente, as mediações com especialistas tornará a educação mais significativa e objetiva para os disléxicos

Para tanto, Lumertz (2020), afirma que quando o transtorno é identificado no indivíduo de maneira precoce é imprescindível que o mesmo seja direcionado ao tratamento terapêutico. A identificação e a intervenção no ambiente escolar, por parte do docente, é fundamental na ajuda a essas crianças afetadas com transtorno de dislexia. Vale lembrar, que quando o professor tem o conhecimento desses distúrbios de aprendizagem é fundamental para ajudar o estudante acometido de dislexia.

Sousa e Fernandes/. (2022), defendem a importância do acompanhamento do profissional neuropsicopedagogo junto à criança com dislexia no contexto educacional e clínico, especialmente na infância. Logo, uma análise desse indivíduo antecedente, permite avanços e uma qualidade de vida melhor, impedindo vários transtornos na vida escolar.

Rodrigues (2020), possui um olhar diferenciado para os alunos nas instituições e observa o comportamento e as habilidades em sala de aula, visto que há vários tipos de transtornos apresentados pelos indivíduos na aprendizagem. Fica sob a responsabilidade dos profissionais envolvidos contribuir, de forma diferenciada e atender as necessidades dos educandos.

Mayeda et al. (2018), enfatiza através de pesquisas a relevância de implantar intervenções fonológicas de início. Essa proposta, auxilia na percepção, identificação, manipulação e segmentação de fonemas e sílabas. Contudo, a intervenção fonológica

em escolas contribui para dislexia em risco na parte de leitura e escrita. Os alunos que não alcançarem as habilidades serão destinados para avaliação neuropsicológica.

### 3.2 Considerações finais

Com base na pesquisa, fica claro que o transtorno neurológico conhecido por dislexia, tem origem genética ou por fatores externos, prejudicando o avanço da leitura e escrita dos indivíduos. Logo, a criança diagnosticada com dislexia apresenta como característica uma lentidão na aprendizagem, palavras escritas de forma anormal, distúrbio na troca de letras com sons ou grafias parecidas e dificuldades de concentração.

Desse modo, a criança portadora de dislexia precisa de apoio, orientação, acompanhamento de uma equipe multidisciplinar, na busca de sanar essas dificuldades apresentadas. É notório salientar que o conhecimento sobre a dislexia por parte dos docentes é fundamental no sentido de minimizar os impactos causados por esse transtorno.

Diante desse contexto, é imprescindível o papel do neuropsicopedagogo nas instituições, atuando junto com a equipe pedagógica, colaborando com diferentes estratégias, métodos e possibilidades de intervenções e sendo um forte aliado no grupo de trabalho. Assim, fica evidente a relevância do papel desse profissional, especialmente no trabalho com uma criança dislexa e na orientação de profissionais através de ações transformadoras em prol da inclusão e da qualidade de ensino.

Nessa perspectiva, a atuação do profissional neuropsicopedagogo, por meio dos conhecimentos da ciência transdisciplinar, busca a compreender o indivíduo, o desenvolvimento das funções cerebrais, e aplicar intervenções para que a criança possa avançar na sua aprendizagem, permeando o que está direcionado pelo Código de Ética e nas legislações vigentes que norteiam as instituições, protegendo e qualificando para uma prática significativa.

Portanto, a atuação do neuropsicopedagogo nas escolas ainda é desconhecida pelo fato de que, as políticas públicas necessitam de uma intensificação, no sentido de que, seja cumprido o que rege a regulamentação da profissão, a saber, a inserção do profissional no quadro de colaboradores nas instituições e a valorização salarial. Só assim, o profissional neuropsicopedagogo poderá dar a sua contribuição no

sentido de minimizar os impactos causados por esse transtorno por meio de intervenções pedagógicas para inverter tais dificuldades no aluno.

## REFERÊNCIAS

ALVES, L. M. et al. **Introdução à dislexia do desenvolvimento**. In: Alves. L. M.; MOUSINHO, R.; CAPELLINI, S. (Org). *Dislexia: novos temas, novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

CARDOSO, *et al.* Modelo de intervenção multicamadas: uma proposta de atuação neuropsicopedagogo institucional. **Revista multidisciplinar**, v.8, n.2, 2022.

CARVALHAIS, L. S de A.; SILVA, C. Consequências sociais e emocionais da dislexia de desenvolvimento: Um estudo de caso. **Pró-Fono Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, V, 11, n. 1,p. 21-29, Jan/Jun. 2007.

CORRÊA, Tiago Henrique Barnabé; FERRANDI, Liliane Maria; SIMÃO, Guilherme Faquim. Contribuições da neuropsicopedagogia no contexto Educacional: Um novo olhar para a instituição Escolar. **Educere et Educare**, vol.15, n.36. Out. 2020.

CRUZ, T. F. C. Dislexia e a dificuldade na aprendizagem: Identificação e possibilidades de Intervenção. **Jornal homepage**, vol. 1, n.2, 2020.

DEUSCHELE, V. P.; CECHELLA, C. O déficit em consciência fonológica e sua relação com a Dislexia: Diagnóstico e intervenção. **Revista CEFAC**, v.11, 2009.

EVANS, J. S. **Um estudo sobre dislexia**. Especialização em Ensino de Línguas Estrangeiras Modernas. Universidade Tecnológica Federal do Paraná: Curitiba, 2006.

FISHER, S.; DIFRIES, J. Dislexia do desenvolvimento: Dissecação Genética de um traço complexo. **Revista Neurociência**, vol.1 n. 3, 2002.

FÜLLER, Angelita *et at.* Neuropsicopedagogia: **Ciência da Aprendizagem**. In: RUSS, Rita M. Toler. (org). *Neuropsicopedagogia Institucional*. Curitiba: Juruá, 2018.

GONÇALVES, M. A. F. A Dislexia no ensino Fundamental. **Revista Eletrônica Acervo Científico**. vol. 3, n.1, 2019

LUMERTZ, F.D.S. Intervenções escolares para alunos com dislexia: revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**. v.1, n. 45, 2020.

LYON, G. P. Em comemoração à ciência no estado da leitura desenvolvimento, dificuldades de leitura e instrução de leitura percepção do NICHD. **Rev. Educação**, vol.1, n. 5, 1999.

MAYEDA, *et al.* Intervenção fonológica em Escolares de risco para dislexia: Revisão de literatura. **Rev. Psicopedagogia**. Vol.1, n. 35, 2018.

PINTO, C. M. R.G. F. **O dia-a-dia da dislexia em sala de aula**: Os conhecimentos dos professores do 1º ciclo sobre alunos disléxicos. 107f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco, 2012.

RODRIGUES, N.F. Dificuldades de aprendizagem: Causas e intervenções. **Revista Artigos.com**, v.17, 2020.

RODRIGUES, Sônia; CIASCA, Sylvia. Dislexia na Escola: Identificação e possibilidades de intervenção. **Revista. Psicopedagogia**, v.33, n. 100. São Paulo, 2016.

SCHIRMER, *et al.* Distúrbios da aquisição da linguagem e da aprendizagem. **Rev. Jornal de Pedriatria**, vol. 80, nº2, 2004.

SILVA, A.L. Dislexia: dificuldades de aprendizagem e o papel da escola na compreensão e atendimento do aluno com transtorno na linguagem oral e escrita. **Revista Eventos Pedagógicos**, vol. 1, n.2, 2015.

SILVA, Nilza Sebastiana da; SILVA, Fábio José Antônio da. A dislexia é a dificuldade na aprendizagem. **Revista Científica Multidisciplinar**, V. 05. n.1, 2016.

SILVA, Renan Mota. Dislexia na aprendizagem **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do conhecimento**. Ano 03, ed. 07, Vol. 05, 2018.

SIMÕES, M. **Dislexia**: dificuldades de leitura e escrita. Dissertação. Universidade Estadual da Paraíba. Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinar. Monteiro, 2014.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEUROPSICOPEDAGOGIA - SBNPp, **Resolução nº 03/2014. Código de Ética**, 2014.

Sousa; Fernandes. A dislexia no processo de Aprendizagem: Uma revisão de literatura. **Rev. Vlakes J Med**, V.2n-2, p-132 - 144, 2022.

**Capítulo 5**

**O PAPEL DO NEUROPSICOPEDAGOGO  
INSTITUCIONAL E A INTERVENÇÃO NA  
APRENDIZAGEM DO ALUNO COM AUTISMO: UMA  
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

*Carla Daniele Araújo Farias Nascimento*

*Gleydson Luiz Alves da Silva*

## O PAPEL DO NEUROPSICOPEDAGOGO INSTITUCIONAL E A INTERVENÇÃO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO COM AUTISMO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

**Carla Daniele Araújo Farias Nascimento**

*Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Teologia Hokemãh-FATEH, Aluna da Especialização em Neuropsicopedagogia clínica e institucional da Unicorp Faculdades. Email: [araujocarladaniele@gmail.com](mailto:araujocarladaniele@gmail.com)*

**Gleydson Luiz Alves da Silva**

*Graduado em Letras/ Libras pela UFPB, Especialista em Libras pelo IFPB, Mestre em Ciências da Educação pela UDS, Professor de Libras da Secretaria de Estado da Educação de Pernambuco, Professor de Libras da Secretaria Mul. de Educação de Marí/PB, Docente da UNICORP Faculdades - João Pessoa/PB. Email: [gleydsonletraslibras@gmail.com](mailto:gleydsonletraslibras@gmail.com)*

### RESUMO

O presente artigo intitulado como: “O papel do Neuropsicopedagogo Institucional na aprendizagem do aluno com autismo: uma revisão bibliográfica”, tem como objeto de estudo analisar as atribuições do neuropsicopedagogo institucional no âmbito escolar no processo de aprendizagem dos alunos com Transtorno do Espectro Autista-TEA. Sabe-se que a neuropsicopedagogia surgiu na área educacional atrelada com a neurociência, psicologia e a pedagogia, com objetivo de cuidar da aprendizagem do aluno com transtorno de aprendizagem, especialmente, com TEA. A metodologia adotada nesta pesquisa, deu-se por meio de uma revisão bibliográfica, baseando-se em publicações científicas, entre os anos de 2017 a 2022, nas seguintes plataformas: Google Acadêmico e no Banco de Dados da Scientific Eletronic Library Online – SciElo. Como resultados, foi possível perceber que o profissional neuropsicopedagogo no âmbito educacional contribui de forma significativa na compreensão das dificuldades de aprendizagens, aplicação testes para mapear as fragilidades que os transtornos podem causar na aprendizagem do aluno, bem como, planejar ações que possam minimizar os impactos causados pelos transtornos de aprendizagem na criança com TEA.

**Palavras-chave:** Neuropsicopedagogia. Transtorno do Espectro Autista. Aprendizagem.

### ABSTRACT

This article entitled: “The role of the Institutional Neuropsychopedagogue in the

learning of students with autism: a bibliographical review”, has as its object of study to analyze the attributions of the institutional neuropsychopedagogue in the school environment in the learning process of students with Autistic Spectrum Autistic-TEA. It is known that neuropsychopedagogy emerged in the educational area linked with neuroscience, psychology and pedagogy, with the objective of taking care of the learning of students with learning disorders, especially with TEA. The methodology adopted in this research was through a bibliographic review, based on scientific publications, between the years 2017 to 2022, on the following platforms: Google Scholar and the Scientific Electronic Library Online Database - SciELO. As a result, it was possible to perceive that the professional neuropsychologist in the educational field contributes significantly to the understanding of learning difficulties, applying tests to map the weaknesses that disorders can cause in student learning, as well as planning actions that can minimize the impacts caused by learning autistic in children with TEA.

**Keywords:** Neuropsychopedagogy. Autistic Spectrum Autistic. Learning.

## 1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista - TEA é denominado pela Associação Americana de Psiquiatria – APA (2013), como um transtorno do neurodesenvolvimento. Sobre isso, destacamos que o termo autismo foi utilizado pela primeira vez em 1911, por Eugen Bleuler, um psiquiatra suíço que buscava em seus estudos descrever características da esquizofrenia.

No entanto, a denominação do autismo toma uma proporção maior em 1943, por meio do psiquiatra Leo Kanner, que em suas primeiras experiências, já abordava características do autismo de forma relevante (CUNHA, 2015).

Para a fundamentação do tema, é válido trazer algumas considerações a respeito da definição do TEA, sendo caracterizado como “[...] um distúrbio do desenvolvimento neurológico que deve estar presente desde a infância, apresentando déficit nas dimensões sociocomunicativas e comportamental” (SCHMIDT, 2013, p.13).

Em pesquisas acadêmicas, observa-se a necessidade de pesquisar trabalhos relacionados ao tema abordado. É importante frisar que os neuropsicopedagogos são profissionais adequados inseridos nas instituições de ensino para tratar sobre o processo de aprendizagem do aluno com TEA e reavaliam a carência do conhecimento a respeito dessa temática. Nessa perspectiva, não é possível subestimar o papel do neuropsicopedagogo e suas atribuições no ambiente escolar.

Essa especialidade tem mostrado resultados eficientes para relacionar saberes que vão desde os mais diversos comportamentos, pensamentos, emoções e

movimentos e principalmente, sua efetividade ao fornecer melhorias na qualidade da aprendizagem do indivíduo.

É importante aqui, salientar que vários estudiosos têm se debruçado sobre essa temática para a difusão do conhecimento, como Praça (2011), Gonçalves (2020), Aporta e Lacerda (2018), Vasconcelos (2019). Contudo, ainda há muito o que se pesquisar.

Desta forma, o presente artigo é construído a partir do seguinte problema de pesquisa: De que forma o neuropsicopedagogo pode contribuir no processo de aprendizagem do aluno com autismo na escola?

Sendo assim, diante desta problemática, temos como objetivo geral analisar as contribuições do neuropsicopedagogo institucional no processo de aprendizagem de alunos com autismo no contexto escolar. E como objetivos específicos: a) apresentar a definição e as considerações contextuais sobre o autismo; b) explorar as estratégias metodológicas realizadas pelos neuropsicopedagogos no cenário escolar; c) mostrar a importância do profissional neuropsicopedagogo institucional no processo educativo na escola.

Assim, para que este trabalho tenha uma consistência teórico-metodológica, buscou-se uma pesquisa bibliográfica do tipo integrativa, sendo um método adotado com objetivo de sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema em foco, de maneira sistemática, organizada. De tal modo, utilizou-se artigos publicados entre 2017 a 2022 nas seguintes plataformas científicas: Scielo, Google Acadêmico para evidenciar este estudo.

Portanto, o artigo foi dividido em três partes, sendo a primeira a introdução, a segunda a fundamentação teórica e a metodologia adotada na busca da coleta de dados, e a terceira parte apresenta os resultados e as considerações finais.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Este artigo propõe uma análise de artigos científicos que relatam sobre o papel do neuropsicopedagogo institucional e a intervenção com alunos autistas. Para tanto, dividimos o referencial teórico da seguinte forma: na primeira seção, será feita uma contextualização da neuropsicopedagogia no Brasil. Na segunda, será apresentada uma compreensão sobre o papel da neuropsicopedagogia institucional. Já na terceira seção, serão abordados os transtornos e dificuldades encontradas no contexto

escolar. Por fim, na quarta seção, apresentaremos a metodologia adotada nesta pesquisa.

## 2.1 A Neuropsicopedagogia Clínica no Brasil

A Neuropsicopedagogia surgiu no Brasil no ano de 2008, em Joinville, no estado de Santa Catarina quando alguns docentes de uma instituição de ensino criaram um grupo de estudos que promoveriam observações e pesquisas sobre o contexto escolar.

Inicialmente, esses educadores sentiram a necessidade de fundamentar cientificamente as questões cognitivas, ainda não esclarecidas e limitadas à compreensão desses docentes. Esse estudo já era muito explorado na área da saúde como a Psiquiatria e a Pediatria. Os estudos existentes abordavam apenas o comportamento e as emoções, mas também havia a necessidade de envolver outras áreas começando daí, então, a pensar sobre as dificuldades de aprendizagem, educação especial, inclusão escolar e o entendimento multidisciplinar.

Até então, esses estudos eram direcionados à escola e trabalhados a partir da Psicopedagogia e da Psicologia Escolar, que por muitas vezes limitavam-se apenas às orientações educacionais e especializados.

A Neuropsicopedagogia é definida pela Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia – SBNPp, como “uma ciência transdisciplinar, fundamentada nos conhecimentos da neurociência aplicada à educação, com interfaces da Pedagogia e Psicologia Cognitiva que tem como objeto formal de estudo a relação entre o funcionamento do sistema nervoso e a aprendizagem humana numa perspectiva de integração pessoal, social e educacional” (SBNPp, 2020, p.3).

Nessa perspectiva, a relação entre a Neurociência, Pedagogia e a Psicologia Cognitiva deu origem a Neuropsicopedagogia sendo uma ciência que estuda a relação entre o funcionamento do sistema nervoso e a aprendizagem humana, ou seja, é uma área multidisciplinar.

Nessa ótica, percebe-se que a Neuropsicopedagogia é uma grande aliada na promoção da educação inclusiva pois, através dessa especialidade e metodologias aplicadas acerca desse conhecimento facilita-se a aprendizagem do aluno com TEA como também com outras capacidades de limitação.

Nos últimos anos, a educação brasileira vem ganhando inúmeras conquistas, entre elas, a Neuropsicopedagogia que vem abrindo um grande espaço de conhecimento a respeito de como o cérebro funciona e aprende trazendo consigo uma gama de contribuições pois, seu estudo amplo e profundo identifica problemas no processo de aprendizagem e/ou nas questões socioemocionais dos discentes no âmbito escolar.

Inicialmente, a Neuropsicopedagogia foi introduzida no curso de pedagogia da PUC e UFRGS, ambas no estado do Rio Grande do Sul, na disciplina de “Estudos Neuropsicopedagógicos”. Nessas aulas, eram passados conteúdos que abarcavam conceitos da estrutura cerebral e do desenvolvimento neuropsicológico com ênfase na neuroplasticidade.

Essa nova ciência vem tomando corpo mais ainda, tanto nas instituições pioneiras como em outras instituições Ela vem trilhando progressos significativos na formação de profissionais neuropsicopedagogos institucional e clínico que tanto podem auxiliar outros profissionais na área da educação e da saúde em atividades favoráveis a aprendizagem dos alunos TEA.

## 2.2 O Transtorno do Espectro Autista - TEA

O Transtorno do Espectro Autista – TEA – é um transtorno do neurodesenvolvimento com impactos no desenvolvimento do indivíduo. É o resultado de alterações funcionais do cérebro, na linguagem e comportamento que podem ser manifestadas nos primeiros anos de vida, podendo ser notadas tanto no âmbito familiar quanto no escolar.

Segundo a Organização Mundial da Saúde –OMS, o TEA é um distúrbio do neurodesenvolvimento humano, caracterizado por manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social apresentando padrões específicos e repetitivos.

As manifestações do TEA ocorrem através da observação frequente como sintomas de agitação, e/ou agressividade, dificuldades na comunicação, incômodo sensorial que afeta a capacidade de relacionamento com pessoas e o ambiente.

Nos últimos anos, nota-se um crescente aumento de alunos com necessidades educativas especiais no âmbito escolar e esse fato tem tomado corpo nos debates e espaços de discussão sobre essa realidade.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM 5 (2014), apresenta os princípios para diagnóstico e o grau de TEA para cada indivíduo, os Transtornos Globais do Desenvolvimento que incluem o autismo, o Transtorno Desintegrativo da Infância e as síndromes de Asperger e Rett, sendo elas absorvidas por um único diagnóstico, o Transtorno do Espectro Autista.

Dentro desse contexto, os níveis e necessidades dos indivíduos de dependência desse transtorno são classificados da seguinte forma:

Nível 1, classificado como leve esses indivíduos exigem necessidade de apoio pois, a ausência de tal causam prejuízos e déficits notórios na comunicação social e nas relações interpessoais. Estes habitualmente têm dificuldades para iniciar ou manter relação de qualidade com as demais pessoas.

Nível 2, moderado – nessa classificação do TEA os indivíduos exigem necessidade de apoio substancial por apresentarem déficits severos nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal, limita-se a interesses reduzidos, inflexibilidade de comportamento e dificuldades para lidar com mudanças.

Nível 3, é classificado como o nível mais severo do TEA pois são eles que necessitam de maior apoio por apresentarem déficits ainda mais graves nas interações, habilidades de comunicação verbal e não verbal e especificamente grande limitação em iniciar relações sociais. (DSM, 2014)

Nesse sentido, vale pontuar que as pessoas que apresentam TEA podem apresentar, em algum momento da vida, comportamentos agressivos verbais, físicos e comportamentais.

Acentuado ao exposto, os alunos com TEA não apresentam doenças ou enfermidades e não afeta o desenvolvimento físico, apenas o cérebro funciona de maneira diferente do das outras pessoas. Evidências científicas apontam que não há uma causa única para o TEA, mas sim a interação de fatores genéticos e ambientais.

Há diversas formas de se confirmar um diagnóstico para o TEA, embora ele não tenha cura. Primeiro, no dia a dia com o convívio familiar, que por sua vez pode procurar um especialista que identifique o TEA através de testes. O tratamento do aluno com TEA é realizado por meio de intervenções educacionais e clínicas que, em conjunto, podem melhorar a qualidade de vida da pessoa com TEA.

A qualidade do processo educacional depende de inúmeros aspectos. Diante disso, na Perspectiva da Educação Inclusiva, crianças com TEA têm o direito de serem matriculadas e estudarem em escolas regulares, ou seja, tanto na Educação Básica quanto no Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Para a efetivação de uma educação inclusiva, o Ministério da Educação apresenta o Decreto nº 6.571 que institui o AEE, sendo ele “um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular” (BRASIL, 2008, p.1).

O AEE é um serviço de apoio à sala regular, que oferece meios e modos para o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes deste atendimento que são crianças e jovens com deficiências, como, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação, respeitando a singularidade de cada um. Nesse sentido, o processo inclusivo se dá por meio da:

[...] a educação especial que é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008, p.7).

Diante desse cenário construído a partir da Educação Especial, o professor do AEE, assim como o professor da sala regular, atua como mediador do conhecimento, ou seja, um facilitador no processo da aprendizagem contribuindo para o desenvolvimento das habilidades que cada um apresenta dentro de suas limitações.

Ainda considerando a inclusão do aluno TEA nas salas regulares de ensino, faz-se necessário o cuidador escolar que é a pessoa que atua como suporte de apoio às crianças e adolescentes para ajudá-las com as necessidades educativas no interior da sala de aula junto ao professor regente.

Essa necessidade de apoio é um dos direitos conquistados através da Lei Berenice Piana nº 12.764/12 que é complementada pelo Decreto 8.368/14 que nos casos de comprovada necessidade, é obrigatório o acompanhante especializado, quando a criança TEA apresenta dificuldades nas atividades escolares desenvolvidas, cuidar da higiene pessoal, alimentação, desenvolvimento da linguagem e promover a interação social dessa criança.

### 2.3 A contribuição do neuropsicopedagogo institucional na intervenção com o aluno Autista

O Transtorno do Espectro Autista -TEA é cercado por muitos desafios tanto para os profissionais envolvidos nesse processo quanto para os pais. É notório que,

atualmente, vem aumentando, significativamente, os números de casos de crianças especiais nas escolas, especificamente, com TEA. Diante desse cenário de mudanças, também aumenta a preocupação desse público no âmbito escolar.

Percebe-se em pesquisas e estudos científicos que o TEA é um transtorno permanente pois, ocorre durante a infância, ou seja, pode se apresentado desde muito cedo, já nos primeiros anos de vida da criança, sendo provocados por fatores genéticos e ambientais.

A Neuropsicopedagogia institucional busca entender como o cérebro da criança com TEA processa e assimila as informações de aprendizagem a elas oferecidas e esse profissional auxilia os docentes no trabalho de aprendizagem dos estudantes.

É preciso analisar, estudar para adquirir conhecimento sobre as metodologias de aprendizagem, habilidades e dificuldades de cada um dos indivíduos envolvidos. Para Gonçalves (2020, p.6):

[...] o neuropsicopedagogo realiza planejamentos que assessoram o processo de aprendizagem da criança autista, estimulando as funções a partir das habilidades já adquiridas, realizando intervenções, orientação e terapias cognitivas para melhorar o processo de aquisição da aprendizagem.

A partir do exposto, podemos observar que a neuropsicopedagogia busca o aprendizado dessas crianças através de intervenções neuropsicopedagógicas e adaptações curriculares, atuando junto a uma equipe multiprofissional realizando métodos avaliativos e atividades que podem favorecer a aquisição do aprendizado e novas habilidades do aluno com TEA, dentro de um contexto, possibilitando o melhor desenvolvimento nos aspectos cognitivos, linguísticos e sociais.

Portanto, o Neuropsicopedagogo Institucional pode contribuir no processo de inclusão através do seu conhecimento acadêmico, identificando aspectos de aprendizagem e no desempenho dos alunos no cenário escolar. Sendo sua contribuição de cunho colaborativo, quando necessário, juntamente com a equipe escolar.

## 2.4 METODOLOGIA

A revisão foi realizada por meio da seleção de artigos científicos publicados entre 2017 a 2022 nas bases de dados: Google Acadêmico, Scielo, entre outros

artigos, livros e documentários. Com isso, foram utilizadas as seguintes palavras chave: “Neuropsicopedagogia Institucional”, “TEA”, “Aprendizagem”, “Intervenções”.

Os critérios de inclusão para a construção do artigo foram: a) artigos publicados nos últimos cinco anos, entre 2017 a 2022, com a finalidade de manter os dados atualizados sobre o tema em estudo; b) artigos publicados em língua portuguesa ou outra língua; artigos completos, disponíveis gratuitamente de forma on-line; c) estudos descritivos ou empíricos.

Já os critérios de exclusão adotados foram: a) artigos de revisão, reflexões sobre o tema e teóricos; b) artigos que não consideram mediação em grupo; c) artigos que não consideram a mediação com crianças.

Para tanto, na base de dados Google Acadêmico, foram encontrados 210 artigos, desse total, foram selecionados 12 artigos científicos por estarem condizentes aos objetivos do estudo e excluídos 198 artigos por não estarem alinhados com os objetivos do trabalho,

Já na base de dados Scielo, Sucupira, Lilacs, não foram encontrados nenhum trabalho científico relacionado ao tema em estudo. Foram consultadas as revistas de neuropsicopedagogia para nortear o andamento da pesquisa.

### **3 CONCLUSÃO**

#### **3.1 Apresentação dos resultados**

##### **Categoria 1 – A relevância do neuropsicopedagogo institucional**

Para Simão e Ferradini (2020), o profissional da Neuropsicopedagogia tem um importante e difícil encargo: conquistar mais espaços nos ambientes educacionais e mostrar sua importância no processo de aprendizagem. Nesse contexto, torna-se relevante a atuação do Neuropsicopedagogo nas escolas para dar o suporte necessário a esse alunado.

Segundo Gomes (2021), desde o aumento do número de estudantes com dificuldades de aprendizagem, as queixas dos professores sobre esse alunado aumentaram. Logo, a escola necessita de um profissional adequado para dar um suporte necessário para superar tais necessidades. Daí, entra a atuação do Neuropsicopedagogo juntamente com o corpo docente da escola e demais profissionais acerca desse processo.

Para Oliveira e Santos (2020), as ações dos Neuropsicopedagogos podem ser destinadas a diversos públicos, sendo eles estímulo e fortalecimento das ações cognitivas nos momentos de aprendizagem. Diante disso, o olhar desse profissional é direcionado para esse público a fim de fornecer aparatos práticos e teóricos sobre as funcionalidades de cada caso.

Já para Ferreira e Silva (2021), o Neuropsicopedagogo realiza uma função positiva no desenvolvimento da aprendizagem da criança e do adolescente com dificuldades no aprendizado ou que possuem alguma deficiência, com a finalidade de auxiliar os pais e familiares e o corpo docente da escola durante todo esse processo. Assim, esse profissional pode auxiliar tanto nas escolas públicas, quanto nas escolas privadas com o objetivo de sanar questões ocorridas em sala de aula, seja de cunho cognitivo, emocional e/ou social. O papel que o Neuropsicopedagogo percorre é desafiador. Para melhor realizar e desenvolver sua função é preciso desvendar a máscara do medo, do preconceito e da discriminação pois, cada e qualquer trabalho realizado deve ser feito com dedicação e amor.

Segundo Antunes (2017), é necessário que a escola e seu corpo docente tenham conhecimentos sobre as características do TEA, para auxiliar esses discentes no processo de aprendizagem pois, a partir das informações desse conhecimento serão obtidas ferramentas importantes na busca e orientação de novas metodologias que ajudarão esse público no âmbito escolar. Todas essas ações são pensadas de forma coletiva.

De acordo com Araújo (2022), desde que as escolas se tornaram universais houve um aumento significativo de alunos com dificuldades de aprendizagem e deficiências, mesmo não diagnosticadas. Para ele, faz-se necessária a atuação do Neuropsicopedagogo nesse cenário a fim de dar o suporte necessário para superar essas necessidades.

## **Categoria 2 – O neuropsicopedagogo e a intervenção junto ao aluno com TEA**

Inicialmente, Scortegagna (2017), ressalta que quando o cérebro aprende, acontecem muitas mudanças físicas e químicas realizando padrões de organização diante de uma nova informação. É nesse aspecto que a neuropsicopedagogia se situa na interface de conhecimentos baseada nas áreas da Neurociência, da Pedagogia e da Psicologia Cognitiva, com o objetivo de compreender o funcionamento do cérebro

dos seres humanos na aprendizagem.

Para Santiago (2021), o neuropsicopedagogo professor é peça fundamental no processo de aprendizagem desse público, pois ele poderá acompanhar todo esse processo junto ao professor regente, no qual os conteúdos abordados na sala regular possa ser adaptados, aplicados e inseridos através de uma intervenção neuropsicopedagógica, na busca de avaliar e analisar como o aluno com TEA irá se comportar diante do que foi exposto. Nesse momento, atenta-se se os recursos foram relevantes para a aprendizagem do aluno.

Segundo Marra (2021), as adaptações curriculares devem fazer parte da formação do professor, ressaltando que os envolvidos devem conhecer suas reais necessidades sabendo quais os métodos que devem utilizar para que haja a construção do conhecimento. Caso contrário, a metodologia usada em sala de aula não servirá para alcançar o objetivo. O aluno com TEA é o foco principal do professor, no que tange a aprendizagem, já o neuropsicopedagogo é o profissional norteador desse processo pedagógico.

Nessa premissa, Santos (2016) menciona que o professor da sala regular deve estar aberto para fazer adaptações curriculares adequadas incluindo práticas pedagógicas que venham oferecer respostas às necessidades do aluno com TEA. O neuropsicopedagogo é um forte aliado nesse processo, ressaltando que, para acontecer de fato uma aprendizagem significativa do aluno TEA, é importante que haja uma preparação e acompanhamento nas séries iniciais da educação básica, e assim, garantir a evolução exitosa do aluno.

Com isso, Castro e Silva (2020), enfatizam que o neuropsicopedagogo é um profissional que promove o aprendizado do aluno através da conquista de conhecimento trazendo contribuições para a educação como por exemplo: incentivar o aluno a memorizar, armazenar e trazer informações, na alfabetização, promovendo o avanço nas habilidades de ler e escrever, questões motoras, raciocínio lógico, atenção e memória, pensando na melhor atuação e bem-estar desse público.

De acordo com Silva e Boncoski (2020), a inclusão de alunos com TEA no interior das escolas regulares é possível, desde que os professores conheçam e adaptem suas estratégias de ensino para que levem esses indivíduos a ter aproveitamento nos conteúdos ensinados, pois essas crianças necessitam de artifícios diferenciados para melhor aprender. Nesse contexto, é notório que o aluno TEA tem inúmeras possibilidades de aprendizagem. Basta que o professor esteja bem

preparado para enfrentar esse desafio e tendo como apoio profissionais qualificados nesse processo, inclusive o neuropsicopedagogo

### 3.2 Considerações Finais

Ao longo desse estudo e por meio dos estudos de artigos científicos, compreendemos que o TEA é um distúrbio do neurodesenvolvimento podendo ser apresentado desde muito cedo, já nos primeiros anos de vida. Essa percepção pode ser vista pelos pais desde o nascimento, observado através do comportamento e assim, devem buscar ajuda através dos profissionais para que intervenções possam ser realizadas.

O Neuropsicopedagogo Institucional é um protagonista das intervenções e recursos neuropsicopedagógicos trazendo bons resultados no processo de aprendizagem do aluno TEA, alunos que apresentam outras deficiências e também aqueles com dificuldades na aprendizagem no âmbito educacional.

A Neuropsicopedagogia é uma nova ciência fundamentada nos conhecimentos da Neurociência, da Pedagogia e da Psicologia Cognitiva, tendo como objetivo formal de estudo a relação entre o funcionamento do cérebro e a aprendizagem humana. Ela, atualmente, vem tomando corpo, mas seus respaldos científicos já existem há muito tempo no campo da pesquisa da mente humana.

Entre os elementos importantes que temos atualmente na educação está a “Educação Especial” e suas interfaces. Entre esses elementos que formam a interface desse movimento temos: Neuropsicopedagogo Institucional e a inclusão, pois essa junção de ambas torna o âmbito escolar um lugar mais atrativo e humano, uma vez que valoriza a construção das habilidades dos sujeitos lá inseridos.

Para que ocorra de fato a inclusão do aluno TEA no cenário escolar, os profissionais devem estar atentos e adequar as metodologias de cada caso, pois cada educando apresenta limitações diferenciadas.

O Neuropsicopedagogo, através de sua prática e intervenção neuropsicopedagógica também é um facilitador da aprendizagem dos alunos TEA, alunos com outras deficiências e também aqueles que apresentam dificuldades na aprendizagem. Portanto, são inúmeras as contribuições do Neuropsicopedagogo no contexto educacional diante de alunos com TEA, que primam pelo desenvolvimento da aprendizagem do indivíduo.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Gislaine Zahailo. **Os Desafios Enfrentados no Processo de Ensino Aprendizagem, por professores de Alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. Ponta Gossa, 2017.

APORTA, Ana Paula; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Estudo de Caso sobre Atividades Desenvolvidas para um Aluno com Autismo no Ensino Fundamental I. **Rev. Bras. Educ. Espec.** vol.24, n1 Bauru Jan/Mar. 2018.

BRASIL. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, 20 de Dezembro de 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Práticas dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Lei nº 12.764, de 27 de Dezembro de 2012.

BRASIL. Ministério da educação e Desporto. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL, Lei nº 12.764 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista**. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20112014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/lei/l12764.htm). Acesso em: 2 fev. 2023.

BRASIL, **Decreto nº 8368/14**. BRASIL. Supremo Tribunal federal. Recurso extraordinário nº 0705578-472018.8.07.0018 DF. Brasília, DF.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 6 ed. Rio de Janeiro: WakEd 2015.p.13.

FERREIRA, S.; SILVA, F. J. A. da. O trabalho do neuropsicopedagogo: atuação, ética e importância demonstradas através de um relato de experiência. **Scientia Generalis**, [S.l.],v.2, n.2, p. 14-22, 2021.

CASTRO, Silva Lage; SILVA, Vergílio da. A Atuação do Neuropsicopedagogo no Empoderamento da Aprendizagem. **Revista Mythos** 12(2),102-114, 2020.

DE CÁSSIA, Araújo. Neuropsicopedagogia e as Contribuições para a Aprendizagem. **Revista Primeira Evolução**, São Paulo, Brasil, v 1, n. 29, p. 81-86, 2022.

**MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICA DE TRANSTORNOS MENTAIS – DSM-V**, 5º edição. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MARRA, Aurea Cintra de Azevedo. **Desafios para Inclusão de Alunos com TEA na Educação Básica regular**. Ceres-GO, 2021.

MORAES, Octavio, Ana Julia; EVARISTO, Ana Luísa Alves; CARVALHO, Bianca Marques de; FANTACINI, Renata Andrea Fernandes. A Inclusão do Aluno com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil. **Research, Society and Development**, vol.8, núm. 1, 2019.

NUNES, GOMES R. Neuroaprendizagens: Contribuições para as Práticas Pedagógicas. **Revista Primeira Evolução**, São Paulo, Brasil, v. 1, n. 15, p. 99-104, 2021.

OLIVEIRA, S.; SANTOS, A. A. Contribuições da Neuropsicopedagogia no Processo de Envelhecimento: prevenção do declínio cognitivo e melhoria de qualidade de vida. **Itinerarius Reflectionis**, v.16, n. 2, p. 01-11,2020.

SANTOS, Francisca Nelsonete dos. **Práticas Pedagógicas no Processo de Inclusão de um Aluno com Transtorno de Espectro Autista (TEA) na Escola Estadual Padre Edmund Kagerer**. 2016. 24f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia a Distância), Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

SANTIAGO, S. F. C. A Importância do Trabalho do Professor Regente e do Professor do Atendimento Educacional Especializado na Inclusão de Alunos com Deficiência: Um Caminho Facilitador ao Aprendizado e a Inclusão Social. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação**, 7(10), 197- 210, 2021.

SCORTEGAGNA, Eliana Pimentel. Neuropsicopedagogia: Um Cérebro na Escola! **Revista do seminário de educação de Cruz Alta – RS**, [SI.], v, 5,n.1, p. 93-94, otc.2017.

SCHIMIDT, Carlo (Org.). **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. In: BELIZARÁRIO FILHO, José; LOWENTHAL, Rosane. Inclusão Escolar e os Transtornos do Espectro do autismo. Campinas: Papyrus, 2013. P. 13.

SIMÃO, G.F.; CORRÊIA, T.H.B.; FERRANDINI, L. M. Contribuições da Neuropsicopedagogia no Contexto Educacional. Um novo olhar para a instituição escolar. **Educare et Educare**, [s.l.], v. 15, n.36,2020.

SILVA, F. B., & Boncoski, I.F.M. O processo de aprendizagem do aluno com TEA/ The student learning process with TEA. **Brazilian Journal of Development**, [S. L.], v.6, n. 9, p. 66303-66313, 2020.

SBNPP – Sociedade Brasileira e Neuropsicopedagogia. Código de ética técnico da Neuropsicopedagogia. Disponível em: <https://sbnpp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/codigo-de-etica-atualizado-2016.pdf>. Acessado em 28 jan. 2023.

VASCONCELOS, Erivalda Cavalcante Mendes de. **Inclusão de crianças com Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) na escola regular (2019)**. Disponível em: <<https://www.fjn.edu.br/repositorioinstitucional/wp-content/uploads/2020/01/Artigo-Erivalda-Cavalcante-Mendes-de-Vasconcelos.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

**Capítulo 6**  
**EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS TECNOLOGIAS DA**  
**INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO BRASIL E NO**  
**MUNDO**

*Neunamar Gomes Alves*

# EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO

*Neunamar Gomes Alves*

## INTRODUÇÃO

A evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) é uma narrativa fascinante que moldou e continua a transformar nossa sociedade de maneira profunda e abrangente. Desde os primórdios da humanidade, quando os homens pré-históricos se comunicavam por meio de pictogramas em cavernas, até a era digital em que vivemos hoje, as TIC desempenham um papel crucial em nossa jornada de desenvolvimento tecnológico.

Neste contexto, é de particular interesse explorar a trajetória histórica das TIC tanto no cenário global quanto no contexto brasileiro. Ao fazê-lo, podemos entender como essas tecnologias surgiram, evoluíram e se tornaram parte integrante de nossas vidas, impactando não apenas a forma como nos comunicamos, mas também como trabalhamos, aprendemos, nos entretemos e interagimos com o mundo ao nosso redor.

Nesta exploração da evolução das TIC, examinaremos os principais marcos históricos, avanços tecnológicos e transformações sociais que moldaram esse campo ao longo do tempo. Além disso, consideraremos como o Brasil se inseriu nesse contexto global, adotando e adaptando essas tecnologias para atender às suas necessidades e desafios específicos.

Ao compreender a história das TIC, podemos não apenas apreciar o caminho que percorremos, mas também antecipar as tendências futuras e os desafios que essa constante evolução nos reserva. Nesta jornada pela evolução histórica das Tecnologias da Informação e Comunicação, exploraremos os momentos cruciais que moldaram o presente e esboçam o cenário para o futuro dessa poderosa e ininterrupta revolução tecnológica.

## 1. A Origem das TIC

Ao longo da história da humanidade, a sociedade estabeleceu uma ligação fundamental com a informação e a comunicação. Desde os primórdios, os seres humanos recorreram às gravuras rupestres como um meio de expressão e comunicação. A antropóloga Cláudia Pires (1998) realçou a importância dessa "linguagem simbólica", que se manifestava por meio de símbolos abstratos pintados, como o ponto de partida para a compreensão de que os seres humanos poderiam transmitir mensagens, pensamentos e emoções. Essas pinturas, acessíveis a todos os membros de um grupo, eram denominadas pictogramas, fazendo parte das chamadas escritas pictográficas, cuja tradução literal do grego é "descrição da imagem para servir de símbolo" (PIRES, 1998, p. 1)

Sabemos relativamente pouco sobre os primeiros registros escritos, mas temos evidências históricas de sistemas de escrita, como os cuneiformes, desenvolvidos por volta de 4.000 a.C. pelos sumérios na Mesopotâmia. Barbosa (1991) relata a descoberta de uma pequena lápide que continha o nome de um rei de uma dinastia entre 3150 e 3000 a.C., representando um dos primeiros registros escritos conhecidos.

Um avanço notável na evolução da escrita ocorreu com o desenvolvimento do alfabeto fenício, posteriormente adaptado pelos gregos e incorporando a inclusão das vogais. Conforme destacado por Higounet (2003), essa inovação na notação das vogais estabeleceu o alfabeto grego como a raiz de todos os alfabetos europeus modernos. Essa mudança teve um papel de destaque na civilização ocidental, com a escrita passando a desempenhar um papel vital na comunicação e na disseminação de informações.

A escrita continuou a evoluir e a revolucionar os meios de comunicação ao longo do tempo, desempenhando um papel fundamental na difusão do conhecimento e na promoção da democracia. A "Tecnologia da Escrita" tornou-se uma necessidade incontornável para a humanidade, comparável às "Tecnologias Rupestres" da pré-história e às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na era moderna. A escrita, desde suas origens primárias até os dias atuais, deixou um legado valioso de informações que enriquece nosso conhecimento por meio dos livros.

Outro meio de comunicação e informação de grande relevância foi o rádio, como apontado por Eric Hobsbawm (1995, pp. 194-195), devido à sua capacidade de

alcançar simultaneamente milhões de ouvintes, cada um se sentindo abordado como indivíduo, o que o tornou uma ferramenta incrivelmente poderosa de disseminação de informações em massa. Esse recurso impulsionou significativamente o campo da tecnologia da comunicação, preparando o terreno para uma inovação subsequente, a televisão, que passou a transmitir informações com imagens e som em tempo real, conforme destacado por Massarani (2008, p. 44). Ela também desempenhou um papel crucial na construção e reforço de representações sociais ao lado de outras instituições sociais como a família, a escola, o trabalho e a igreja.

### **Computador e Internet: suas Possibilidades**

O uso do computador interligado à internet ainda não está ao alcance de todos, mas é de extrema importância que professores e estudantes saibam utilizá-lo de forma eficaz para promover uma educação de qualidade. É crucial evitar o uso inadequado da máquina, seja para fins que não contribuam para o desenvolvimento curricular ou para fins de entretenimento desvinculados da aprendizagem.

Por exemplo, utilizar o computador sem um direcionamento pedagógico ou em atividades que não enriqueçam o conhecimento curricular em desenvolvimento não justifica sua presença na escola. Afinal, o uso do computador para entretenimento ou para atividades não educativas relacionadas à educação escolar já é uma prática comum na vida das pessoas, especialmente dos estudantes.

Na educação, o computador se tornou um recurso valioso em todos os aspectos, principalmente por ser uma fonte de informação acessível que possibilita a interação entre professores e estudantes. Isso permite a discussão de ideias, o compartilhamento de opiniões, a troca de informações, a realização de tarefas e avaliações escolares, entre outras atividades educacionais essenciais.

Através dessas poderosas máquinas conectadas à internet, é possível explorar o mundo, entrar em contato com diferentes culturas, compartilhar dados em tempo real nos cantos mais remotos do planeta, aprender sobre novos costumes e até mesmo realizar cursos à distância (online). Com apenas alguns cliques no teclado, podemos obter informações instantâneas, adquirir conhecimento, fazer compras, planejar viagens e muito mais. Portanto, o uso responsável e educacional dessas tecnologias abre um mundo de possibilidades para enriquecer o processo de aprendizagem e expandir os horizontes educacionais.

### 1.3.O Computador: Instrumento de Acessibilidade

O uso dos computadores se deu nos anos de 1950, quando começaram a comercialização dessas máquinas. Todavia com a compactação desses computadores, surgiram os microcomputadores que eram de uso pessoal (PC – PersonalComputers) na década de 1980. Os primeiros programas (EDUCOM/ Projeto Formar) no Brasil para efetivação e o uso dessas máquinas em escolas foram em 1980, início da informática na educação brasileira, mas só conseguiram mais visibilidade nas escolas públicas em 1997 com o Ministério da Educação (MEC) e o programa da inclusão digital, PROINFO (programa nacional de informática).

As escolas que receberam os equipamentos para compor esses laboratórios de informática estiveram sob a supervisão dos núcleos de Tecnologia Educacional (NTE), posicionadas em regiões do Distrito Federal dando suporte a todo território da capital. A NTE é responsável pela capacitação dos técnicos, treinamento de professores e manutenção dos equipamentos. (ARAUJO, 2009).

Em 1999 foram celebrados convênios e parcerias do Ministério da Educação com os Estados, Municípios e o Distrito Federal para a criação de laboratórios de informática e a informatização das escolas. Estes acontecimentos representam um marco histórico na modernização na rede pública de ensino das principais cidades do Brasil.

Houve grande impacto no trabalho educativo das escolas e particularmente no trabalho dos professores, pois tudo era novo e a aplicação dessa tecnologia nas escolas, principalmente de cidades pequenas como a de Santo Antônio do Descoberto, campo geográfico da presente pesquisa, trouxe inquietação e muita insegurança de como proceder diante de uma nova forma de ensino-aprendizagem. Entre as perspectivas ameaçadoras para a vida do professor cogitou-se a ideia de que o computador poderia substituir o professor, o que foi superado com a própria história educacional no mundo e no Brasil. Sobre essa temática usa-se da posição de Masetto (2013):

Nem é preciso comentar que a riqueza desses recursos nem de longe deverá substituir a presença e a ação do professor com os alunos. Essas técnicas deverão isto sim, colaborar para ações conjuntas entre professor e alunos em busca da aprendizagem, por meio da mediação pedagógica. (MASETTO. 2013. p. 165)

Muitos ainda desconhecem os benefícios, a importância e da responsabilidade da escola na aquisição de computadores para o seu uso em sala de aula. O computador é rico em recursos audiovisuais, possibilita o entrecruzamento de imagens, textos e diversos *softwares* educativos de apoio aos conteúdos curriculares que podem estimular os estudantes para a aprendizagem. O uso desse equipamento deve interagir com o currículo e ser utilizado como veículo de difusão de conteúdo multidisciplinar e ter o professor como agente mediador de todas as ferramentas tecnológicas como objetivo de promover uma melhor apropriação de todos os recursos tecnológicos disponíveis pelas escolas e até mesmo de lutar por melhores condições de utilização e manutenção das TIC no espaço educativo.

O professor necessita apropriar-se cada vez mais dessas novas possibilidades e ceder espaço para as inovações, e não mais fazer parte dos que pensam como bem expôs Gomes (2002) que,

A introdução de novos recursos na escola sempre vem acompanhada pela crença de alguns professores de que eles, por si só, garantirão melhorias na qualidade da educação, enquanto que outros resistem à ideia de experimentar o novo e, por isso, negam a sua existência. (GOMES. 2002. p.02)

Por meio do uso do computador o professor poderá diversificar e proporcionar novas formas de desenvolver seu trabalho pedagógico junto aos estudantes, sempre com o cuidado de direcionar o uso da máquina e dos respectivos programas nela instalados com o foco em saber aproveitar ao máximo os recursos que ela dispõe a favor do ensino e da aprendizagem. É muito importante entender que para a utilização bem sucedida das TIC na educação, como, por exemplo, ações que exigem o acesso à internet, o uso do computador, entre outras ações didáticas tecnológicas, os estudantes e professores deverão estar preparados para que de fato esses recursos e procedimentos possam fazer diferença na aprendizagem, pois não é somente o fato de fazer uso dos computadores e de outras tecnologias nas escolas que promoverá mudanças na educação.

As escolas precisam estar equipadas com computadores e disponibilizar o acesso à internet para promoção da inclusão digital e democratização do acesso às informações indispensáveis que atendam as necessidades dos estudantes e professores. Mas principalmente entender que a forma como deve ser explorada e utilizada pelos docentes para com os estudantes é a mais significativa e decisória para

um processo pedagógico inovador e eficiente.

Portanto, fica evidenciado que a cada instante, apesar das dificuldades em algumas escolas, uma parte cada vez maior da aprendizagem fica fora de sala de aula e sem a supervisão do professor. O uso da internet não somente nesse cenário, também tem sido a principal fonte de distribuição de conteúdos e serviços em ambientes abertos. É inevitável com todas essas tecnologias atuais, principalmente com relação às tecnologias digitais moveis que hoje em dia tornou-se uma necessidade por permitir o acesso a dados e informações e poder ser utilizadas de muitas formas em qualquer lugar, a qualquer hora, principalmente por estudantes bem inteirados e vislumbrados com as tecnologias, como é bem possível se observar nos corredores e por todos os espaços das escolas, com seus pequenos computadores; os celulares e não recorrer a uma mudança na educação.

A prática pedagógica com a utilização das diversas tecnologias precisa ser realizada de maneira crítica para compreender e desenvolver as estratégias de construção democrática do conhecimento.

Nesse novo contexto, a constituição de um sistema de informação e comunicações possibilita a expansão das interações e redes globais e com fortes vínculos entre a educação e política, cultura e sociedade. Entretanto, gera novas problemáticas com relação à formação não só dos professores como a formação de todas as pessoas envolvidas nesse processo de transformação e apresenta sérios desafios para o sistema educacional e em particular a escola, reconhece Tedesco (2004):

A sala de aula continua sendo a tecnologia interna predominante, mas sua incorporação ao projeto estatal de modernidade lhe outorga um novo contexto de demandas externas que terminarão por permear toda empresa educativa. (TEDESCO, 2004, p.20)

Se o uso das TIC nas escolas surge como uma indicação positiva de melhoria da qualidade do ensino, para algumas escolas esse processo tornou-se assustador considerando que muitas instituições escolares que tiveram que assumir programas e projetos advindos das políticas públicas mais amplas sem estarem preparadas para receber tantas transformações.

#### 1.4 A Internet: Nova Forma de Aprendizagem

A internet é uma grande descoberta e um privilégio do homem contemporâneo. Através dessa rede mundial de computadores ligados em redes é possível conectar-se com qualquer pessoa a qualquer hora independente do espaço geográfico e ainda através de poucos instantes, ou mesmo em tempo real, com uma busca direcionada ou um simples toque em uma das teclas é possível obter informações de todas as áreas de conhecimento que se tenha interesse. No entanto, a democratização real da informação passa por questões profundas que envolvem necessidades básicas, principalmente quando se trata de educação de qualidade. Existem programas e projetos como, por exemplo, o PROINFO para promover a necessária inclusão digital, disponibilizar computadores nas escolas públicas, terminais públicos de acesso à internet, cuja expansão poderá atingir patamares de educação mais democrática e de alguma forma o acesso à internet, no futuro, poderá deixar de ser um privilégio restrito às elites.

Os recursos propiciados pela internet fazem com que novas práticas educativas sejam possíveis, apóia o estudante na aquisição de competências e atitudes que possibilitem retirar benefícios das tecnologias, além de direcioná-los para a escola contemporânea. Inclusive com essa gama de opções que as redes sociais oferecem e proporcionam com sua diversidade. Mas em contrapartida, alguns profissionais da educação, talvez por falta de formação ou conhecimento adequado a respeito, ainda persistem em dificultar ou até mesmo em não incluir no currículo as aprendizagens do uso dessas novas possibilidades em sala de aula.

O uso dessas ferramentas, especialmente a internet “rede das redes” (Kenski, 2012, p. 71) é muito importante em muitos aspectos quando trabalhados de forma a viabilizar a produção de novos conhecimentos que é permitida com o trabalho pedagógico. As redes sociais com suas características descentralizadoras, com suas diversas possibilidades, sua agilidade, sua flexibilidade e principalmente seu compartilhar de informações, conhecimentos, interesses por objetivos comuns, conquista a cada instante arrojadamente todo cidadão comprometido com a sua comunidade e é a partir dessa aquisição de informações que os estudantes têm uma visão de mundo diferenciado. Os telefones celulares já são amplamente acessíveis a muitos estudantes e oferecem muitas possibilidades didáticas: o trabalho com foto, filmagens, mensagens, internet e o acesso às mídias, mesmo assim a maioria das

escolas prefere proibir o seu uso.

Com toda essa intensificação de informação e formação de grupos sociais leva-se a visualizar um processo de fortalecimento da sociedade, em um contexto de participação democrática e mobilização social. Com todas essas vantagens fica improvável ignorarmos a impossibilidade de não agregar as mídias nesse novo contexto escolar vivenciado e consumido por esse novo ser globalizado, uma vez que entendemos que a educação é a ponte para as novas linguagens comunicacionais e que influenciam diretamente na educação, na nova forma de aprender e ensinar. Diante esse novo contexto, pensar na nova realidade da educação implica analisar e refletir sobre as novas configurações sociais. Segundo Demerval Saviani (*apud* CITELLI, 2004):

A disseminação dos meios de comunicação de massa é um dado que a escola não pode ignorar, porque eles têm um peso importante nas vidas das crianças e à escola cumpre levar em conta esse dado e a procurar responder a essas necessidades de diferentes maneiras, seja em termos de se adequar a essa nova situação, seja em termos de incorporar alguns desses instrumentos ao seu próprio processo de trabalho. (CITELLI, 2004, p.19)

A sala de aula que se resumia em um trabalho ortodoxo de ensino com quadro, giz, mesas, cadeiras, professor e alunos, conta agora com novos elementos de multimídias e compete às escolas e aos profissionais da educação usufruir desses recursos didáticos para melhoria do ensino do país. Para kenski (2012):

A forma escrita de apreensão do conhecimento é a que prevalece em nossas culturas letradas, mas a linguagem oral e a que predomina em todas as formas comunicativas vivenciais. Em meio a elas, e utilizando-se de ambas, o estilo digital de apreensão de conhecimentos é ainda incipiente, mas sua proliferação é veloz. (KENSKI, 2012, p.33)

Apesar das grandes dificuldades e desafios que as escolas enfrentam em relação aos novos paradigmas com a inserção das tecnologias e das mídias na educação e das exigências da sociedade atual, é preciso encontrar um equilíbrio entre as resistências plausíveis e a vanguarda educativa. Desde a criação da educação como instrução pública e da escola como instituição legítima de disseminação de conhecimento científica o professor tem sido posicionado como o profissional a quem compete a produção e a transmissão de conhecimento, e tem o dever de estar por dentro dessas novas alternativas de desenvolvimento do ensino, e entender que a

linguagem audiovisual proporcionada pelas mídias colabora qualitativamente com os métodos pedagógicos e facilita cada vez mais uma aproximação dos estudantes com os professores. Nesse contexto a exposição dos conteúdos pode fluir de forma bem mais interativa, onde o estudante passa a ser um sujeito mais ativo e participativo no processo de ensino-aprendizagem.

Para Kenski (2012), os espaços virtuais promovem uma boa interação entre as pessoas, o que pode colaborar para as aprendizagens.

Desenvolvem-se, nesses espaços virtuais colaborativos, maior integração, desenvolvimento e compromisso social, garantindo a formação do cidadão participativo e comprometido com a melhoria da sua aprendizagem e do grupo social. (Kenski, 2012, p. 94)

Indubitavelmente o uso das TIC proporciona muitas vantagens na educação, mas com certeza o professor não pode esquecer-se da responsabilidade e da importância de conduzir e direcionar o estudante, sempre que possível, para que não haja o isolamento social, que se instala na vida do estudante quando faz o uso intenso da internet, com relações sociais realizadas nos *chats* de entretenimento, como por exemplo o SMS, Facebook, Orkut, Whatsapp, entre outros, desvalorizando o contato presencial, em favor da comunidade on-line ou ainda valorização excessiva do virtual em detrimento do concreto palpável. O ideal é sempre buscar o equilíbrio das situações e das ações, em que presencial e virtual não se conflitam, ao contrário, convivem e se complementam.

Há ainda a ideia presente no referido texto de que as matérias e os conteúdos veiculados pelo computador ainda trazem a vantagem da economia de tempo e de espaço, o que certamente contribui qualitativamente para o processo pedagógico na escola e na sala de aula. Esta é mais uma justificativa para que a escola e seus usuários lutem por melhores condições de trabalho e de ensino para driblar a falta de infraestrutura de algumas escolas e falta de formação de qualidade dos professores quanto ao uso da TIC. É preciso prover de forma mais segura e perene os recursos necessários para a implantação e o pleno funcionamento de programas de informática educativa na escola, pois não existe a possibilidade de não se adequar; de não dar abertura para o novo, tornando mais atrativo, interessante e eficiente o espaço da sala de aula.

## 2. Uma Queda de Braço: Escola e Sociedade

Educação e sociedade estão por causa e consequência ligadas, uma depende da outra, devido às transformações que ocorrem no mundo e principalmente no que tange às novas tecnologias que por sua vez ininterruptamente se desenvolvem. Existe um novo modelo de escola que demandada por mudanças, mas que ainda não alcançou mecanismos suficientemente capazes de viabilizar essas transformações em compassado de tempo paralelo entre o que ocorre na sociedade e na escola e vice-versa. E isso é intrigante, pois se observarmos e refletirmos sobre as novas necessidades da sociedade é possível perceber que o processo de ensino aprendizagem sistematizado que é oferecido nas instituições escolares nos dias atuais, não acompanha a cultura, a política e as tecnologias de comunicação e informação que interferem na vida como cidadãos agentes da sociedade, que inclusive, em muitos casos não se sentem seguros para sua inserção no mercado de trabalho. De acordo Kenski (2012):

Nessa nova realidade, o ensino oferecido por um grande número de instituições educacionais não apresenta a ansiada qualidade exigida socialmente. Os paradigmas da educação tradicional, baseados na educação compulsória e massiva para todos os estudantes, já não satisfazem. O modelo de educação vigente até este momento, criado de acordo com os parâmetros da era industrial, valoriza o ensino rotineiro e repetitivo. Possibilita a produção em serie de estudantes que, durante anos seguidos, perseguem programas lineares de disciplinas, visando alcançar um “produto”, uma “formação” idealizada no âmbito educacional, mas que não corresponde às suas necessidades pessoais e profissionais. Em muitos casos, ocorre mesmo o contrário. O aluno recém-formado precisa realizar cursos de “atualização” para garantir uma inserção no mercado profissional ou para adquirir novos saberes – indispensáveis para sua ação como profissional e cidadão – não previstos em sua formação universitária. (KENSKI, 2012,pp. 91,92)

As TIC interferem de forma marcante nos rumos da nova sociedade, de maneira que a educação se vê outorgada a reorganizar-se e reestrutura-se em um processo inovador na formação de um novo cidadão universal. Segundo Pretto (1999):

O desenvolvimento científico e tecnológico experimentado pela humanidade na segunda metade deste século tem provocado mudanças profundas em todas as áreas do conhecimento. Estruturas de modelos não-lineares, complexidade, caos, indeterminação, são os novos elementos que passam a fazer parte do nosso cotidiano. (PRETTO, 1999, p.6)

Com todas essas grandes alterações no campo das ciências e inúmeras possibilidades de acesso às informações e reestruturações em todas as áreas de conhecimento, leva-se a refletir sobre um novo agir no campo educacional e principalmente no que diz respeito à formação continuada e especializada. Um momento como esse não pode passar despercebido nas instituições educacionais, onde as informações educativas começam a surgir nas redes sociais criando novas expectativas em relação à educação virtual. Para Citelli (2004):

[...] os desafios colocados à escola pelas linguagens plurais e complexas, assim como pelos veículos de comunicação e pela informática, já estão nas salas de aula tendo em vista a simples razão de que os alunos e os próprios professores transitam diariamente dos pátios e corredores para as ruas e vice versa. E nesse percurso as linguagens institucionais não-escolares encontram-se com as modalidades mais tipicamente didático-pedagógicas. (CITELLI 2004, p.214)

Com o advento do computador, da economia globalizada e a forte influência dos meios de comunicação e informação que avançam a cada instante, a nova geração de estudantes não se satisfaz com o estudo convencional; neste contexto não mais podemos conceber um estudante receptor de informações. Hoje eles desenvolvem um complexo processo de auto formação, com forte autonomia de reflexão e pensamento crítico; buscam e transmitem as informações quando e como bem desejarem.

Podemos afirmar que os estudantes de hoje são ávidos por novidades tecnológicas, procuram por outras fontes de informação, não aceitam ficar sem acesso às redes sociais, pois a informação chega muito rapidamente através dos novos meios comunicacionais. Eles estão imersos no clima da revolução científica, tecnológica e cultural.

O acesso livre a informações e conteúdos garante ao estudante de hoje um resultado mais rápido e eficiente, traz uma proposta visionária e deslumbrante ao mundo acadêmico do momento. O ponto crucial nesse meio digital é entender que segundo Behrens, (2013, p.79), “O desafio imposto aos docentes é mudar o eixo do ensinar para optar pelos caminhos que levem ao aprender.”

No entanto, não estão garantidas todas as condições de implantação e manutenção dos avanços tecnológicos oferecidos pela nova sociedade informatizada às mudanças mais importantes na educação, para um ensino de qualidade, que são minimamente o acesso a uma boa infraestrutura, a informação, a interação

tecnológica e comunicacional. Segundo Citelli (2004, p. 214), “[...] os que militam em educação têm tais desafios em conta e revelam preocupações com eles, mas vivem ainda, em muitos casos, numa espécie de compasso de espera [...]”.

Para além da costumeira responsabilização dos professores sobre as mazelas causadas pela ausência ou baixa qualidade da necessária formação profissional para fazer frente ao uso das TIC na sala de aula, Kenski (2012) aborda a temática de forma mais ampla:

A atuação de qualidade do professor brasileiro na sociedade da informação vai depender de toda uma reorganização estrutural do sistema educacional, da valorização profissional da carreira docente e da melhoria significativa da sua formação, adaptando-o às novas exigências sociais e oferecendo-lhe condições de permanente aperfeiçoamento e constante atualização. (KENSKI 2012. p.94)

As atividades educacionais precisam de apoio constante quanto aos recursos de diferentes naturezas para possibilitar escola acompanhar toda essa modernidade científica e tecnológica e conseqüentemente evitar um retrocesso pedagógico. E para uma evolução entre educação e tecnologia precisa haver entre as pessoas e as instituições educativas uma conscientização e um posicionamento político para exigir dos governantes e dos gestores da educação suas respectivas responsabilidades nesse processo.

Estar atualizado é uma questão de sobrevivência e as políticas educacionais têm que facilitar a democratização da informatização em todas as classes sociais, bem como na formação de profissionais, conforme Citelli (2004). Ter computadores ligados à internet, participar de salas de bate-papo, estudar à distância, interagir por meio de bancos de dados disponibilizados *online*, jogos eletrônicos, entre outros, são muitos os benefícios e as facilidades que, infelizmente, não estão acessíveis à todas as pessoas, o que impossibilita o acesso para muitos jovens, que ainda são excluídos tecnologicamente e profissionalmente de trabalhos mais dignos, devido à competitividade de profissionais mais qualificados.

A sociedade democrática em sua finalidade de educar e ensinar necessita de uma universalização educacional, pois só assim terá êxito e proporcionará a efetiva cidadania. Essa sociedade precisa criar acesso para todas as classes sócias, de modo a possibilitar benefícios acadêmicos e principalmente no aprendizado, na educação, na formação e no trabalho, pois o acesso limitado à informação, à ciência é à tecnologia dificulta a formação de um novo cidadão, o sujeito real do presente e do

futuro, o estudante e profissional tecnológico que obtém seu lugar junto à sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nas considerações finais, é inegável o impacto significativo da evolução das tecnologias da informação e comunicação (TIC) ao longo da história, tanto no Brasil quanto no mundo. Essa jornada histórica de desenvolvimento tecnológico testemunhou transformações profundas na maneira como a sociedade se comunica, compartilha informações e, mais recentemente, como aprende e ensina.

Desde os primórdios da humanidade, quando as gravuras rupestres representavam uma forma de comunicação, até os dias de hoje, com a disseminação da internet e a interconexão global, as TIC desempenharam um papel fundamental na nossa trajetória evolutiva. As primeiras formas de escrita, como os cuneiformes sumérios, marcaram um passo importante na preservação do conhecimento e da história.

O desenvolvimento do alfabeto grego, com a inclusão das vogais, foi um marco na evolução da escrita e na disseminação de informações. Com a invenção do telefone, rádio e televisão, a comunicação ganhou novos patamares, permitindo que as mensagens fossem transmitidas para audiências cada vez maiores e mais diversificadas.

No entanto, a revolução mais surpreendente e transformadora ocorreu com o advento do computador e da internet. A interconexão global abriu portas para o acesso instantâneo a informações de todo o mundo, permitindo a interação entre culturas, a realização de cursos à distância, a troca de conhecimento e experiências de forma inédita.

No contexto educacional, as TIC também desempenharam um papel crucial. O computador interligado à internet se tornou uma ferramenta poderosa que facilitou a interação entre professores e alunos, a pesquisa, a comunicação em tempo real e a disponibilidade de recursos educacionais diversos. No entanto, é importante ressaltar que o uso responsável dessas tecnologias é essencial para garantir uma formação de qualidade.

Embora tenhamos avançado significativamente no campo das TIC, é fundamental reconhecer que o acesso a essas tecnologias ainda não é universal e democrático. Portanto, é um desafio contínuo promover a inclusão digital e garantir

que todos tenham a oportunidade de se beneficiar do vasto mundo de possibilidades que as TIC oferecem.

Em suma, a evolução histórica das tecnologias da informação e comunicação representou uma jornada fascinante e contínua de descobertas, inovações e transformações. À medida que avançamos para o futuro, é importante continuar explorando essas tecnologias de forma responsável, buscando maneiras de utilizá-las para melhorar a educação, promover a igualdade de acesso e fortalecer a comunicação global. A história das TIC é uma história de evolução, e seu potencial para moldar nosso futuro continua sendo empolgante e repleto de promessas.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, RomesHeriberto Pires de Araujo. **Informática Educativa em favor da Gestão Democrática** – Brasília, 2009.

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e Leitura**. São Paulo: Cortez, 1991.

CITELLI, Adilson. **Comunicação e Educação: a linguagem em movimento** – 3ª ed. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004. Disponível em [books.google.com.br/books?isbn=857359098X](https://books.google.com.br/books?isbn=857359098X)>> Acesso em 03/09/2023.

KENSKI, V.M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 9ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

MASSARANI, Luisa. **Ciência e criança: a divulgação científica para o público infante-juvenil**. Rio de Janeiro: Museu da vida/ Casa de Oswaldo/ Fiocruz, 2008. Disponível em: [books.google.com.br/books?isbn=8585239425](https://books.google.com.br/books?isbn=8585239425)>> Acesso em 13/10/2023.

MORAN, J. M. **Ensino e Aprendizagem Inovadores com Tecnologias. Informática na Educação: Teoria & Prática**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 137-144, set. 2000.

\_\_\_\_\_, José M: MASETTO, Marcos T: BEHRENS, Marilda A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21ª ed. Ver. Atual – Campinas, SP: Papiros, 2013.

PIRES, Cláudia. **Antecedentes Históricos da Escrita**. Disponível em: <http://www.revistatemas.com/contacto/newfiles/contacto12.html>. >> Acesso em 16/05/2014.

PRETTO, N. de L. **Políticas públicas educacionais: dos materiais didáticos aos multimídias**. Trabalho apresentado na 22. Reunião Anual da ANPED Caxambu - MG, 1999.

TEDESCO, Juan Carlos. (org.): BERLINER, Claudia: LEITE, Cobucci Silvana (tradução). **Educação e novas tecnologias: esperança ou incerteza?** – São Paulo: Cortez: Buenos Aires: Instituto Internacional de Planejamento de laEducacion: Brasilia: UNESCO. 2004.

**Capítulo 7**  
**AVALIAÇÃO E A RELAÇÃO ADMINISTRATIVA E  
EDUCACIONAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**  
*Déa Reis de Moraes da Cunha*

## **AVALIAÇÃO E A RELAÇÃO ADMINISTRATIVA E EDUCACIONAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

*Déa Reis de Moraes da Cunha*

### **INTRODUÇÃO**

No contexto atual da educação, as exigências pela qualidade do ensino fazem com que haja debates frequentes acerca da melhoria da qualidade educacional, pois o mundo globalizado com contribuições significativas do sistema capitalista, movimentos populares de educadores e reivindicação dos próprios estudantes buscam por um sistema de ensino que atenda às necessidades do educando. É nessa perspectiva, que os olhares voltam-se para a gestão escolar, uma vez que esta tem a responsabilidade de organização, planejamento e dirigir o ambiente escolar, logo acredita-se que o sucesso e qualidade da educação depende de forma significativa do gestor e do tipo de gestão adotada por ele.

É nesse sentido, que a gestão democrática denota sua importância para o bom desenvolvimento da administração da escola da rede pública, sendo que todos os setores dependem da decisão da diretoria, logo esta tem um papel fundamental na comunidade escolar que dependerá fundamentalmente de sua gestão.

Segundo Bordignon e Gracindo (2000), asseguram que a gestão democrática da educação: “[...] trabalha visualizando o presente e o futuro, identificando as forças, valores, surpresas e incertezas e a ação dos atores sociais e suas relações com o ambiente, como sujeitos da construção da história humana [...]”. (p. 159). Desse modo, compreende-se que a gestão democrática é construída dentro dos órgãos administrativos das escolas.

As transformações marcaram de forma profunda a sociedade seja nos aspectos político, social, econômico e cultural, estas produziram uma nova forma de viver, principalmente com o advento da tecnologia, o mundo globalizado interferiu nos padrões de comportamento, nas relações sociais de trabalho e da educação. Segundo Libâneo (2004, p. 4): “As instituições escolares vêm sendo pressionadas a repensar

seu papel diante das transformações que caracterizam o acelerado processo de integração e reestruturação capitalista mundial”.

Assim, essas mudanças interferem diretamente nos alunos, os professores que devem adequar-se a essas novas necessidades, bem como gestão escolar, tendo em vista que os movimentos (estudantis) exigem que haja abertura nas escolas para maior participação da comunidade nas decisões e nos processos educativos.

Muitos são os debates sobre gestão escolar que buscam alternativas para a efetivação da Gestão Democrática das instituições de ensino. A escola, quando pensada na perspectiva democrática, revela a necessidade de uma gestão que se caracterize pela participação de todos no processo educativo.

Por esta razão, foi necessário investigar os benefícios e desafios enfrentados pela gestão democrática é um aspiração pessoal por estar preocupado com a educação no país, especialmente no Amapá e profissional ter a oportunidade de contribuir através de pesquisas e análises concretas do funcionamento, ações, participação da comunidade, melhoria na qualidade de ensino e relacionamento interpessoal, entre tantos outros elementos importantes para a administração escolar.

## **1. AVALIACAO E A RELAÇÃO ADMINISTRATIVA E EDUCACIONAL**

A avaliação, tal como concebida e vivenciada na maioria das escolas brasileiras, tem sua natureza criada por meio do processo administrativo em que há a necessidade de um resultado ao que é realizado no processo organizacional da empresa, no sentido de ter feedback sobre todo e qualquer ação realizada, uma relação que decorreu para a área educacional, tal como o processo de gestão. Ora se alinham, ora se diferenciam.

Se constitui como principal mecanismo de sustentação da lógica de organização e materialização resultante do trabalho escolar e, portanto, ocupando mesmo o papel central nas relações que estabelecem entre si os profissionais da educação, alunos e pais. Tal como, os métodos avaliativos que ocupam os espaço relevante no conjunto das práticas pedagógicas aplicadas ao processo de ensino e aprendizagem.

Avaliar, diferente do contexto administrativo empresarial, não se resume à mecânica do conceito formal e de dados, não é simplesmente atribuir notas, obrigatórias à decisão de evolução ou retardamento no ano letivo ou em determinadas

disciplinas, possibilita a tomada de decisão para a melhoria da qualidade de ensino, no sentido de informar as ações em desenvolvimento e a necessidade de regulações constantes.

### 1.1 Conceituação

A avaliação constitui um dos principais sintomas da saúde e da doença do nosso ensino. Ela é uma espécie de miradouro magnificamente situado para observar como é que se passeiam pela maior avenida do sistema educativo e as contradições entre os discursos ideológicos e as práticas formativas, entre a filosofia e os hábitos, entre as palavras de ordem e os acontecimentos diários. (ZABALZA, 1995, p. 13)

Avaliação está relacionada com a ação e o efeito de avaliar e que consente assinala, estima, aprecia ou calcula o valor de algo. Sendo um processo descritivo e informativo nos meios que se aplica, formativa na intenção que lhe preside e independente face à classificação. Nesta esfera, a avaliação constitui uma operação indispensável em qualquer sistema escolar

Um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático. (SANT'ANNA, 1995, p.29, 30).

A avaliação tem sua conceituação e características no campo da Psicologia, por conta do aspecto cognitivo em que o aprendiz vai desenvolvendo, sendo que as duas primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo desenvolvimento de testes padronizados para medir as habilidades e aptidões dos alunos.

Advém que avaliar na escola não é tarefa fácil, talvez pelo fato de sabermos que, há tantos anos, desde o início da educação brasileira, a avaliação visa “medir” o desempenho dos alunos em diversas escolas brasileiras, e o ato de avaliar é usado como disputa de poder entre docentes e educandos.

Havendo sempre, no processo de ensino/aprendizagem, um caminho a seguir entre um ponto de partida e um ponto de chegada, naturalmente que é necessário verificar se o trajeto está a decorrer em direção à meta, se alguns pararam por não saber o caminho ou por terem enveredado por um desvio errado.

Quando falamos de avaliação não estamos a falar de um fato pontual ou de um ato singular, mas de um conjunto de fases que se

condicionam mutuamente. Esse conjunto de fases ordenam-se sequencialmente (são um processo) e atuam integradamente (são um sistema). Por sua vez a avaliação não é (não deveria ser) algo separado do processo de ensino-aprendizagem, não é um apêndice independente do referido processo (está nesse processo) e joga um papel específico em relação ao conjunto de componentes que integram o ensino como um todo (está num sistema). (Zabala, 1995, p. 239)

A avaliação descreve que conhecimentos, atitudes ou aptidões que os alunos adquiriram, ou seja, que objetivos do ensino já atingiram num determinado ponto de percurso e que dificuldades estão a revelar relativamente a outros. Uma informação que, sem sombra de dúvida, será necessária ao professor para procurar meios e estratégias que possam ajudar os alunos a resolver essas dificuldades e é necessária aos alunos para se aperceberem delas (não podem os alunos identificar claramente as suas próprias dificuldades num campo que desconhecem) e tentarem ultrapassá-las com a ajuda do professor e com o próprio esforço.

A avaliação tem uma intenção formativa, pois proporciona também o apoio a um processo a decorrer, contribuindo para a obtenção de produtos ou resultados de aprendizagem. Miras e Solé (1996) corroboram que os objetivos da avaliação são traçados em torno de duas possibilidades, emissão de “um juízo sobre uma pessoa, um fenómeno, uma situação ou um objeto, em função de distintos critérios”, e “obtenção de informações úteis para tomar alguma decisão”.

Entretanto, a avaliação também pode ser considerada como um método de adquirir e processar evidências necessárias para melhorar o ensino e a aprendizagem, incluindo uma grande variedade de evidências que vão além do exame usual de ‘papel e lápis’, um processo para determinar em que medida os alunos estão se desenvolvendo dos modos desejados, um sistema de controle da qualidade, pelo qual pode ser determinada etapa por etapa do processo ensino/aprendizagem, a efetividade ou não do processo e, em caso negativo, que mudança devem ser feitas para garantir sua efetividade.

Em relação à aprendizagem, uma avaliação a serviço da ação não tem por objetivo a verificação e o registro de dados do desempenho escolar, mas a observação permanente das manifestações de aprendizagem para proceder a uma ação educativa que otimize os percursos individuais. (HOFFMANN, 2005, p. 17)

Para Gadotti (1999) a avaliação é essencial à educação, inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão,

sobre a ação. Entende-se que a avaliação não pode morrer, ela se faz necessária para que possamos refletir, questionar e transformar nossas ações. Acreditar em um processo avaliativo mais eficaz é o mesmo que cumprir sua função didático-pedagógica de auxiliar e melhorar o ensino/aprendizagem.

Segundo Luckesi (1999) a avaliação é crucial para a concretização do projeto educacional. É ela que sinaliza aos alunos o que o professor e a escola valorizam, o autor difere em dois modelos a avaliação, sendo o modelo tradicional, com foco na promoção, o alvo dos alunos é a promoção. Nas primeiras aulas, se discutem as regras e os modos pelos quais as notas serão obtidas para a promoção de uma série para outra.

Onde implica que as notas vão sendo observadas e registradas. Não importa como elas foram obtidas, nem por qual processo o aluno passou.

Quando se fala na avaliação escolar, imediatamente ocorre falar da avaliação do rendimento dos alunos como se esta fosse algo que recai exclusivamente sobre eles, ignorando-se os restantes intervenientes no processo de desenvolvimento de um curriculum. (PACHECO, 2012, p. 13)

A avaliação deve ser um subsídio para se saber quais objetivos foram atingidos, que ainda faltam e quais as interferências do professor que podem ajudar o aluno. Com base nas competências, previstas no projeto educacional, devem ser a meta em comum dos professores. A avaliação deixa de ser somente um objeto de certificação da consecução de objetivos, mas também se torna necessária como instrumento de diagnóstico e acompanhamento do processo de aprendizagem.

Benvenuto (2006) diz que a avaliação deve estar comprometida com a escola e está deverá contribuir no processo de construção do caráter, da consciência e da cidadania, passando pela produção do conhecimento, fazendo com que o aluno compreenda o mundo em que vive, para usufruir dele, mas sobretudo que esteja preparado para transformá-lo.

É por isso que dizemos que na escola a avaliação não cumpre só a função de verificar o conhecimento que o aluno tem, mas ainda controla seu comportamento na sala de aula e na escola, bem como, pelas práticas cotidianas da escola, inculca valores e atitudes, cuja ancoragem final está no processo de avaliação. O processo de avaliação, não esqueçamos, autoriza o poder da escola e do professor. (FREITAS, 2010, p. 95)

Avaliar não é a mesma coisa que medir, qualquer medida pode-se dispor de

instrumentos precisos tais como: régua, balança, etc. E quanto mais preciso os instrumentos, mais exatos a medida. Ao contrário disso não há instrumento preciso para a avaliação.

Na avaliação em contexto escolar, não se avalia um objeto concreto observável e sim um processo humano contínuo. Por outro lado, para tentar contornar esse problema e evitar avaliações precipitadas, para impedir que a avaliação de um momento seja generalizada para todo o processo, deve-se proceder a uma avaliação contínua que capte o desenvolvimento do educando em todos os seus aspectos.

A avaliação é, assim, realizada para obter sobre o aluno uma informação mais abrangente que a simples e pontual referência das provas, tem função legitimadora da ideologia das sociedades modernas. Os bons resultados são vistos como indicadores das aptidões que darão ao indivíduo possibilidades de progredir e ter êxito.

No entanto, interesse na atualidade está concentrado em reduzir os efeitos negativos da avaliação no sistema escolar e sua repercussão individual sobre os estudantes. Avaliação como perspectiva, de uma maneira correta de avaliar está diretamente ligada aos objetivos da proposta escolar, já que é um mecanismo de poder da escola. Embora surjam muitas dúvidas e questionamentos em torno desta idéia. Se levar em consideração que a grande maioria das práticas avaliativas possui elementos controladores e excludentes, a avaliação como mecanismo controlador de novas aprendizagens, caminha para sua extinção do meio escolar.

Amplificamos a óptica avaliativa, analisando a repercussão e os reflexos deste contexto, a partir da perspectiva global:

Sem considerar que há causas, fora da escola, que condicionam as dificuldades e insucessos dos alunos, é preciso verificar também, dentro da escola, como esta vem tratando suas dificuldades e produzindo os seus fracassos. Reconhece-se que também na escola, por mecanismos mais ou menos explícitos, há uma prática discriminatória que acentua um processo de seleção e manutenção da hierarquia social. Aí situa-se o processo de avaliação da aprendizagem que reflete e é um reflexo da dinâmica escolar. (Souza, 1991, p. 103).

Reforçada a concepção de que bons estabelecimentos de ensino, avaliados através de padrões preestabelecidos pela sociedade, não se alcança o efeito prático desejado.

Não há como não repetir que ensinar não é a pura transferência mecânica do perfil do conteúdo que o professor faz ao aluno, passivo e dócil. Como não há também como não repetir que partir do saber que os educandos tenham não significa ficar girando em torno deste saber. Partir significa pôr-se a caminho, ir-se, deslocar-se de um ponto a outro e não ficar, permanecer. (Freire,2015, p.71)

Assim, notoriamente a avaliação não pode limitar-se aos conhecimentos transmitidos pelo docente e adquiridos pelo aluno, mas sim, a implementação da soma das experiências do meio escolar com o meio sócio cultural trazido pelo aluno, tendo com resultado deste processo a contínua expansão do saber.

## REFERÊNCIAS

- BENVENUTTI, Dilva. Avaliação: a busca de um novo paradigma. Dissertação de Mestrado. UPF, Passo Fundo, 2006.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FREITAS, Luiz Carlos. Avaliação: para além da “forma escola”. Educação: Teoria e Prática. Nº 20. 2010.
- HOFFMANN, Jussara. Avaliação: Mito e desafio. Uma Perspectiva Construtiva. Porto Alegre. RS. Educação e Realidade, 2005.
- LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo, Cortez,1999.
- SOUZA, Clariza P de (org.). Avaliação do rendimento escolar: Campinas: Papurus, 1991.
- ZABALZA, M.A. A avaliação dos alunos do Ensino Básico e Secundário. Braga: Instituto de Educação e Psicologia – Universidade do Minho, 1995.

**Capítulo 8**  
**LIVRO E BIBLIOTECA: COMO SURGIRAM?**  
*Waldja Kyrlla Medeiros Feitosa Araújo*

## LIVRO E BIBLIOTECA: COMO SURGIRAM?

**Waldja Kyrlla Medeiros Feitosa Araújo**

*Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru. Especialização em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa pela Universidade de Pernambuco e em Gestão e Avaliação da Escola Pública pela Universidade de Pernambuco. Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad de la Integración de las Américas. Atualmente atua como Analista em Gestão Educacional pela Secretaria de Educação do estado de Pernambuco e como professora da Rede Municipal de Caruaru-PE.*

### **A história do livro: do papiro ao livro digital**

O termo biblioteca, segundo Barbier (2018) é de origem grega e significa “armário de livros” ou “depósito de livros” e assim permeou-se essa ideia por muito tempo.

Ainda segundo o mesmo autor, não é o suporte ou o número de livros que define uma biblioteca. O sintagma de biblioteca “se declina de acordo com um contexto cronológico e espacial em relação ao qual teremos que defini-lo” (Barbier, 2018, p. 25), ou seja, a tipologia das bibliotecas muda de acordo com sua funcionalidade e é sua funcionalidade que vai caracterizá-la como um depósito de livros ou uma biblioteca.

O surgimento das bibliotecas perpassam pelo surgimento do livro. Historicamente, nem sempre os livros apresentaram o formato tal qual o conhecemos hoje e “a biblioteca como instituição foi definida antes como designando um conjunto de textos reunidos e mantidos à disposição em um determinado local”. ( BARBIER, 2018, pág. 23). O que hoje temos acesso com tanta facilidade, seja de forma virtual ou impressa - o livro, tem uma longa história e, com ele, o acesso à leitura. Seu formato e material dependeram muito da tecnologia da época. O que foi modificado até o objeto livro que conhecemos hoje foi o “suporte” a partir das inúmeras inovações técnicas para grafar os textos.

A história dos livros data de 4.000 anos antes de Cristo. Já foram usados materiais como tabuletas de argila, rolos de papiro e pergaminho e os enormes códices que eram enclausurados nos mosteiros medievais. Nesse período, usava-se tabuletas de pedra e argila para contar animais e objetos palaciais e, por muitos anos, povos antigos como babilônios, egípcios, gregos e sumérios tinham como livros placas de argila, cascas de árvores, pedra, madeira, barro e folhas de palmeiras onde armazenavam essas informações. E assim foi até chegarmos à Antiguidade. (LOUREIRO, 2021).

Cerca de 3.000 anos antes de Cristo, no Egito Antigo, a escrita era feita em papiro, que eram folhas produzidas de uma planta com o mesmo nome e que mais tarde foi substituída pelo pergaminho. Essas folhas eram utilizadas, principalmente, em textos religiosos e governamentais e tudo relacionado ao cultivo do papiro e à produção de suas folhas era controlado pelos governantes egípcios. Os responsáveis por usarem essas folhas eram os escribas, profissionais que passavam por formação rigorosa para poderem utilizar o papiro, por esta ser considerada uma planta sagrada e de grande valor.

Para desenvolver um material passível de registros, este era produzido segundo critérios bastante rigorosos. Sobrepunha-se sucessivas porções de tiras muito finas de papiro, retiradas dos seus talos. Após prontas as folhas, formavam-se os rolos que mais tarde se tornaram os livros e assim os conhecimentos egípcios milenares puderam ser preservados.

Os escribas usavam a escrita egípcia e registravam os principais fatos da sociedade da época, da vida do faraó, redigiam leis, registravam dados numéricos, copiavam e arquivavam informações e, como poucas pessoas dominavam a arte escrita, eles possuíam grande destaque social. Para organizar esses documentos, as folhas de papiro eram coladas umas às outras e formavam grandes rolos volumosos.

Ao longo da Idade Média, o papiro foi perdendo espaço para um outro material, de criação grega, que ficou conhecido por ser mais resistente e duradouro que o papiro: o pergaminho, material produzido a partir da pele de animais como ovelhas, carneiros e bovinos. A principal diferença entre o pergaminho e o papiro é que enquanto este era impresso em vegetais, o pergaminho era uma técnica de escrita feita de pele curtida de animais (LOUREIRO, 2021). Por conta do material usado na confecção dos livros, alguns historiadores consideram o surgimento das bibliotecas como Minerais e Animais.

Assim como o papiro, o pergaminho continuava sendo um material muito caro, tinha um processo de produção muito longo e demorou alguns séculos para se popularizar. O pergaminho, em relação ao papiro, apresentou algumas vantagens: mais duradouro, mais resistente e poderia ser reutilizado várias vezes. No entanto, por ser ainda um material de custo alto, a leitura e a escrita eram privilégios de poucos: do clero, do governo e da alta sociedade. Essa base material foi de suma importância para a preservação de textos da Antiguidade, como a Bíblia Sagrada, e os escritos de alguns pensadores do mundo clássico.

Tanto o papiro como o pergaminho eram armazenados em rolos. Chartier (1994), descreve a dificuldade do manuseio dos rolos de papiro e de pergaminho para realização da leitura. Segundo o autor,

o livro é um rolo [...] que o leitor deve segurar com as duas mãos para poder desenrolá-lo. Ele faz aparecer trechos distribuídos em colunas. Assim, um autor não pode escrever ao mesmo tempo em que lê. Ou bem ele lê, e suas duas mãos são mobilizadas para segurar o rolo, e neste caso, ele só pode ditar a um escriba suas reflexões, notas, ou aquilo que lhe inspira a leitura. Ou bem ele escreve durante sua leitura, mas então ele necessariamente fechou o rolo e não lê mais (CHARTIER, 1994, p. 24).

Mesmo sendo de manuseio mais fácil que a argila ou a pedra, que foram os primeiros materiais utilizados para realizar os primeiros registros, utilizar o papiro continuava complicado, pois os rolos podiam atingir até 40 metros de comprimento. Se houvesse a necessidade de ler apenas parte da obra, seria necessário desenrolar até encontrar o trecho desejado. Além disso, enquanto uma mão desenrolava, a outra enrolava o que era lido, o que não permitia que o leitor tomasse notas e tampouco pudesse comparar textos entre si. (BUBLITZ et al., 2015).

Com a evolução da técnica do pergaminho, por volta do século II depois de Cristo, surgiu o processo de encadernação e, com ele, um novo formato de livro: o códice. Este permitia escrever em ambos os lados, dobrá-lo, costurá-lo e essa forma de encadernação apresentou vantagens em relação aos outros suportes para escrita como durabilidade e funcionalidade, apresentando páginas compiladas em formato de livro muito parecido com o que é usado até nos dias de hoje. (LOUREIRO, 2021).

Percebe-se assim que a concepção de livro encadernado já era tentado nessa época. A organização dos documentos escritos ganharam maior funcionalidade e durabilidade, o que facilitava a locomoção e manuseio dos textos. Eram nos mosteiros medievais que mais se produziam códices manuscritos em pergaminho e essa

produção continuava sendo muito cara, pois além da produção do pergaminho, ainda existia o trabalho manual de sua escrita. Os textos produzidos nesses manuscritos tinham o objetivo de recuperar e difundir a cultura clássica. Eram livros que se destacavam pela riqueza de elementos ornamentais e ficavam sob a proteção dos mosteiros devido ao trabalho minucioso dos monges copistas (LOUREIRO, 2021). Por conta disso, os livros passaram a ser símbolos de prestígio e sabedoria, sendo produzidos em ateliês de copistas especializados. Contudo, o acesso ao conhecimento ainda era muito restrito. A Igreja considerava muitos dos livros impróprios e a maioria das pessoas não sabia ler ou escrever, o que dificultava ainda mais a disseminação desse conhecimento, guardado nas bibliotecas a “sete chaves”.

Por conta da influência árabe na Europa, o pergaminho começou a ser trocado pelo papel, um material com o custo bem inferior ao papiro e ao pergaminho. Foi no século XV, com a invenção da imprensa desenvolvida pelo alemão Johannes Gutenberg, que se possibilitou a diminuição do tempo de reprodução e, com isso, o preço do livro, sendo possível a reprodução de qualquer obra, o que provocou uma enorme revolução na modernidade: o processo de aceleração da produção de livros. Após a invenção da imprensa, imprimir e compor livros deixaram de ser práticas manuais e artesanais e tornaram-se uma produção em série mecanizada.

Tal invenção, herdeira do manuscrito, é considerada por Chartier (1994), revolucionária para a época e apenas a partir dela houve a propagação de livros que possibilitou a formação de comunidades de leitores e a comercialização dos mesmos.

A primeira revolução é técnica: ela modifica totalmente, nos meados do século XV, os modos de reprodução dos textos e de produção dos livros. Com os caracteres móveis e a prensa de imprimir, a cópia manuscrita deixa de ser o único recurso disponível para assegurar a multiplicação e a circulação dos textos. [...] O livro impresso tem sido, até hoje, o herdeiro do manuscrito: quanto à organização em cadernos, à hierarquia dos formatos, do libro da banco ao libellus; quanto, também, aos subsídios à leitura: concordâncias, índices, sumários” (CHARTIER, 1994, p. 187 e 199).

Os primeiros livros produzidos por Gutenberg e suas impressões mantiveram o formato encadernado dos manuscritos medievais e o primeiro livro completo produzido foi a Bíblia, no ano de 1455, contendo 641 páginas e levou 5 anos para ser finalizado. Contudo, sua invenção foi utilizada de forma mais intensa no século seguinte com a produção de panfletos sobre a Reforma Protestante empreendida por

Martinho Lutero. No Brasil, a impressão de documentos, periódicos e a produção literária não era permitida e só veio ocorrer no início do século XIX com a vinda da Família Real portuguesa que trouxe consigo a Imprensa Real.

A invenção da imprensa mudou a história da leitura em escala mundial, pois com ela a escrita não se restringia apenas a cópias manuscritas, o custo barateara e a população menos letrada poderia ter acesso aos livros antes enclausurados e restritos a uma pequena parcela da sociedade. Com o decorrer dos anos, as características técnicas dos livros foram aperfeiçoadas, assim como houve um aumento na produção, impressão e comercialização.

Desde a invenção da imprensa, percebe-se que a estrutura e formatação dos livros físicos continuam muito semelhantes às de outrora só que de maneira mais aperfeiçoada e hoje, com o avanço da tecnologia, está perdendo espaço para os livros digitais, a partir das necessidades exigidas pela própria evolução humana. Assim, nota-se que a evolução dos mecanismos de escrita, linguagem e tecnologia são fenômenos altamente vinculados ao aspecto social da vida humana.

Com o advento da pós-modernidade, a sociedade contemporânea tem vivenciado inúmeras transformações, sobretudo, com o surgimento de diferentes formas de utilização da linguagem pelas tecnologias que, cada vez mais, vêm provocando mudanças na dinâmica da vida social. É nesse panorama que se estabelece uma íntima relação entre linguagem e tecnologia. (MACHADO et al, 2017, p. 160)

Nesse contexto, as principais vantagens dos livros digitais é que, na maioria das vezes, suas versões são mais baratas que as versões físicas dos livros e são arquivos armazenados nos suportes digitais e basta apenas um desses suportes - tablets, kindle, etc - para que se carregue uma biblioteca digital sem ocupar muito espaço. Além da praticidade citada por Barbier (2018) para se obter informação.

Apesar de tanto avanço, nossa sociedade ainda é pouco interessada em leitura, o que impacta substancialmente no desenvolvimento escolar dos/as estudantes. Tratando-se de escola pública, o acesso aos meios tecnológicos pelas crianças e adolescentes que são atendidos nos espaços escolares para fins didáticos e pedagógicos, chega perto de ser nulo. Quando muito, o acesso à tecnologia acontece por suportes de aulas apresentados pelos/as professores/as e não para manuseio dos/as estudantes. Nessa conjuntura, um dos suportes de leitura, para fins didáticos ou para lazer, ainda continua sendo o livro físico. Nascimento (2015), nos traz uma reflexão sobre o objeto livro:

Ao considerarmos que na sociedade atual um dos suportes portadores de informações seja o objeto livro, destacamos que a Biblioteca Escolar é, na realidade brasileira, na maioria das vezes, a primeira possibilidade de acesso ao livro, não didático, que crianças e adolescentes dispõem. Assim sendo, esta é um bem simbólico de extrema importância, pois a partir das vivências oportunizadas através dela, os sujeitos poderão acessar outros meios e suportes de informação, especialmente com autonomia crítica. Para isso, livros, variados suportes com informações, espaço físico e profissionais qualificados compõem situação primordial na busca da construção de uma sociedade leitora e da consolidação das políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil. (NASCIMENTO, 2015, p. 19).

Nesse cenário, compreendemos o importante papel desempenhado pelas mediações de leitura literária que acontecem nas bibliotecas escolares no fomento à leitura.

Para compreendermos o contexto em que estão inseridas as bibliotecas escolares, é necessário conhecermos a origem das bibliotecas no mundo e no Brasil. Como sua forma organizacional esteve disposta desde a Antiguidade e quais evoluções podemos perceber historicamente. Discorreremos sobre essa temática a seguir.

### **As bibliotecas na história da humanidade: a necessidade de armazenar informações.**

Quando buscamos a trajetória histórica das bibliotecas ao longo dos tempos, percebemos que elas atravessaram inúmeros estágios, modificando e aperfeiçoando as formas de armazenar as informações de acordo com sua época. Santa-Anna (2015) nos afirma que, desde o início das civilizações, o homem busca meios de registrar suas conquistas, sua cultura, sua evolução para futuras gerações, garantindo que aspectos importantes da história fossem perpassados por gerações. Para isso, utilizava-se do material e dos recursos que tinham a seu dispor.

O homem pré-histórico, por exemplo, deixou para seus descendentes, informações registradas em algum suporte, como os desenhos esculpidos nas paredes das cavernas. Já os povos da Antiguidade deixaram registrados nos tabletes de argila, nos rolos de papiro ou pergaminho, códigos que transmitiam algum conteúdo informacional. É graças à invenção da escrita e da evolução dos suportes informacionais que o número de registros do conhecimento aumentou vertiginosamente, o que favoreceu, por conseguinte, a necessidade de organização desses registros visando sua posterior recuperação. (SANTA-ANNA, 2015, p. 141 e 142.)

Para Medeiros (2019), os primeiros indícios do surgimento das primeiras bibliotecas de que se têm informações foram na Mesopotâmia e continham registros em pequenos blocos de argila de caráter econômico, de controle de compra e venda de alimentos.

### **Biblioteca na Antiguidade**

Na Antiguidade, surgiram algumas bibliotecas importantes, no entanto, a mais famosa delas foi a de Alexandria, um dos maiores centros de produção do conhecimento da Antiguidade, estabelecida durante o século III a.C. no complexo palaciano da cidade de Alexandria. Nesse período, as bibliotecas funcionavam mais como um local para armazenar os livros e serviam apenas como depósitos e, segundo Martins (2003), a arquitetura desses locais que serviam de bibliotecas tinha por objetivo impedir a saída do acervo, com sistemas precários de recuperação e acesso.

Entretanto, a Biblioteca de Alexandria foi mais que um repositório de obras e durante séculos constituiu um notável polo de atividade intelectual. Ela abrigava também zoológico, jardim botânico, observatórios astronômicos, laboratórios e documentos manuscritos de vários locais e idiomas. Não se pode precisar a quantidade de obras do seu acervo, mas estima-se que tinha entre quinhentos mil e setecentos mil volumes, dentre eles, acadêmicos, literários e religiosos. Seu acervo cresceu de tal maneira que foi necessário criar uma filial que foi apelidada de “filha”. (MEDEIROS, 2019, p.76)

Quanto à organização do acervo, a biblioteca apresentava uma forma bem rudimentar de arquivar os rolos de papiro, o que dificultava bastante a sua organização e manuseio, pois os manuscritos eram dispostos em pilhas nas estantes, contudo, bem planejada para a época, segundo constata Battles:

Os rolos tinham etiquetas presas aos umbilici<sup>4</sup> com os nomes dos autores e com os títulos das obras. Isso era necessário, pois os rolos, ao contrário dos códices, não ficavam em pé nas estantes. Eram simplesmente dispostos em pilhas, sem muito cuidado. Para remover um rolo, um leitor ou funcionário da biblioteca teria que mexer todos os outros que estivessem na mesma pilha. Em razão disso, só deveria ser possível manter um ordenamento muito genérico dos manuscritos (BATTLES, 2003, p. 34).

---

<sup>4</sup> Umbilici era um tipo de cordão que ligado ao rolo contendo informações importantes como o título e autor da obra para facilitar a busca.

A Biblioteca de Alexandria permaneceu como centro cultural do mundo até 48 a.C.. Para Barbier (2018), as civilizações antigas davam muita importância à escrita, no entanto quase todo o patrimônio livresco foi destruído por incêndios, guerras e a própria negligência. Sobre a destruição dessa biblioteca há diferentes teorias.

A primeira delas trata-se de um incêndio provocado, voluntária ou involuntariamente, por Júlio César que, por amor a Cleópatra, tomou seu partido na luta desta contra seu irmão Ptolomeu XIII, pelo reino do Egito e, para se livrar do cerco planejado pelo irmão dela, Júlio César mandara incendiar os barcos do porto e, assim, o incêndio espalhou-se atingindo a Biblioteca de Alexandria.

A Biblioteca ainda passara por outros dois grandes incêndios: um na matriz e outro na filial, e um grande terremoto que deixou em ruínas parte de sua estrutura, mas a destruição final remonta ao ano 692 a.C. quando, por ordem do governo árabe, os rolos de papiro serviram como combustível para aquecer as águas nas caldeiras da cidade por conterem escritos religiosos diferentes dos que acreditavam.

Essas são versões da destruição da Biblioteca de Alexandria que não justificam o surgimento de algumas de suas obras na Biblioteca de Constantinopla e em algumas bibliotecas árabes, o que expõe uma outra versão:

O mais provável é que os séculos sob o domínio de Roma tenham enfraquecido sua administração, que contando com poucos recursos para a manutenção da biblioteca foi aos poucos sendo sufocada. Da Biblioteca de Alexandria nada restou, nem mesmo sua localização exata. (MEDEIROS, 2019, p. 77)

Enfim, a Biblioteca de Alexandria esteve em funcionamento por seiscentos anos e foi destruída definitivamente entre os anos de 250 a 270 a.C., quando o cristianismo se tornou a religião do Império Romano e os cristãos destruíram os livros que não estavam de acordo com sua fé, o que é correto inferir que a humanidade foi privada do conhecimento de muitas obras importantíssimas. No entanto, foram as bibliotecas da Antiguidade que nos legaram os registros organizados que possibilitam entender um pouco da sociedade em que atuavam e perceber que são reflexo de um tempo, influenciadas diretamente pela economia, pela política e pela organização social.

## Biblioteca na Idade Média

Com a queda do Império Romano e início da Idade Média (por volta do século V ao século XV), os recursos necessários para a aquisição e o preparo dos pergaminhos se tornaram caros e escassos, dificultando a manutenção das bibliotecas, bem como o surgimento de outras. Esse período contou com três tipos de bibliotecas: as Monacais (subordinadas à Igreja Católica), as Particulares e Bizantinas (mantidas por nobres e imperadores) e as Universitárias, segundo Martins (2002).

Nas bibliotecas da Idade Média, os acervos eram fechados ao público e disponíveis apenas a poucas pessoas. Sua função era voltada à simples reunião de materiais, sem a preocupação de disseminação de informações e, com o passar do tempo, a cultura escrita encontrou seu refúgio nos mosteiros e conventos, locais nos quais as bibliotecas eram usadas para salvaguardar a cultura cristã e clássica da época. Barbier (2018) enfatiza que o interesse pelos livros e pela leitura não era, de forma alguma, generalizado e muitos manuscritos notáveis eram simplesmente vendidos, porque as comunidades não viam utilidade em conservá-los. A ênfase recaía antes de tudo sobre os textos de caráter religioso, no entanto, certo número de casas conservavam também um exemplar de sua própria crônica.

De acordo com Milanese (2002) as bibliotecas monacais, assim como na Antiguidade, serviam de depósito de livros e o acesso a elas, devido à forte pressão ideológica da época, era restrito apenas ao alto clero e à igreja.

O acesso a esses acervos guardados nos mosteiros limitava-se aos que pertenciam a ordens religiosas ou eram aceitos por elas. Ler e escrever eram habilidades quase exclusivas dos religiosos e não se destinavam a leigos. Os monges contabilizavam o seu capital pelo tamanho e qualidade de suas bibliotecas [...] (MILANESI, 2002, p. 23).

Essas bibliotecas eram de grande importância para o clero e, por serem consideradas um local sagrado, se concentravam em locais de difícil acesso, dentro dos mosteiros, com salas de poucas ou nenhuma janela e de entrada única. Nessa época, os monges copistas desempenhavam importantíssimas funções: além de serem os responsáveis pela reprodução dos escritos, também se encarregavam do armazenamento, acondicionamento, preservação e conservação de livros.

Todos os grandes mosteiros possuíam um *scriptorium*, oficina de copistas em que o trabalho era distribuído aos monges. Algumas ordens estipulavam o trabalho

escriturário em suas regras como dever piedoso e pode-se dizer que, em se tratando de manuscritos, os monges contribuíram muito para salvar, através de cópias sucessivas, muitas obras cristãs e da Antiguidade.

Nessa época, os monges copistas davam preferência à cópia e leitura de obras em latim, necessárias ao estudo eclesiástico, mas também liam obras consideradas pagãs a fim de combatê-las. Brayner (2017), relata-nos o objetivo da leitura nesses locais.

Ressalto que a leitura no interior dos mosteiros medievais objetivava, fundamentalmente, auxiliar o monge em seu progresso espiritual, estando desvinculada, portanto, de uma pretensão especulativa ou pedagógica. Entretanto, seria perigoso negar certa pretensão educacional [...] (BRAYNER, 2017, p. 90, grifo nosso.)

Apesar da missão das bibliotecas monacais fosse o crescimento espiritual e guarda desse “tesouro”, a Igreja Católica também era ciente do analfabetismo que dominava entre os populares. Assim, organizava pregações, cantos e estudo de imagens artísticas a fim de minimizar a ignorância popular e doutriná-los.

Estruturalmente, essas bibliotecas possuíam estantes em vários formatos, algumas embutidas nas paredes, e estantes portáteis com livros acorrentados e guardados de maneira horizontal. Toda a arquitetura era feita de modo a impedir a saída dos livros, tal como na Antiguidade.

Segundo o mesmo autor, as bibliotecas monacais preservam até hoje “uma perspectiva fundamentalmente preservacionista” (Brayner, 2017, p. 91) e, por isso, salvaram para o mundo moderno, a riqueza da Antiguidade. Dentre as principais bibliotecas monacais, podemos citar a biblioteca de Cassiodoro e a biblioteca de um mosteiro Sírio liderado por Moisés de Nisibis.

As bibliotecas bizantinas, por estarem inseridas em mosteiros, assim como as bibliotecas monacais, tinham muitas características em comum: estrutura física, organização, funcionamento e acesso, este voltado para poucos. As coleções dessas bibliotecas eram variadas, fugia do cunho empregado pela igreja católica, por também possuírem obras consideradas profanas, mas que nutriram grande importância para o estudo das ciências. Martins (2002), expõe que a fuga dos monges e sábios de Bizâncio para o Ocidente, por ocasião da tomada de Constantinopla pelos turcos, em 1453, levando seus manuscritos, acaba provocando o surgimento da Renascença e fim da Idade Média, pois os monges ocidentais sozinhos jamais teriam provocado

esse “movimento”.

O acervo dessas bibliotecas, também administradas pelos monges, não era apenas de cunho religioso. Os monges bizantinos eram ortodoxos e tinham interesse na literatura geral, intitulada “pagã” na Idade Média.

[...] enquanto as bibliotecas ocidentais perpetuavam exclusivamente a literatura latina e a respectiva cultura, as bizantinas eram com predominância núcleos de civilização helênica. Ora, sem o helenismo não haveria igualmente Renascença e, as bibliotecas bizantinas concorreram, assim, com a parcela mais importante nessa revolução de ideias. A Renascença, antes de ser uma ressurreição da cultura latina, é o conhecimento da cultura grega, praticamente desconhecida no Ocidente até então. (MARTINS, 2002, p. 87)

As mais importantes instituições e bibliotecas bizantinas foram Studion, com a sua oficina de copistas e a sua biblioteca e o claustro de Santa Catarina, junto ao Monte Sinai.

As bibliotecas particulares eram mantidas por imperadores e grandes senhores. Possuir uma biblioteca em casa era sinônimo de grande status, poder e nobreza. Sua localização era limitada às grandes casas e palácios e, em geral, os acervos dos grandes senhores eram constituídos por poucos livros como a de Eustácio Boilas, com 78 livros em 1059, a de Miguel Ataleiates, com 54 livros e, vinte anos mais tarde, a de Teodoro Skaranos, com 14 livros em 1274. Martins (2002) nos afirma que as coleções dessas bibliotecas eram poucas numerosas e eram carregadas por seus senhores em viagens e expedições militares como parte de sua bagagem junto às suas roupas e pratarias, dada a importância que o livro tinha na época.

No entanto, outras bibliotecas eram grandiosas, chegavam a ter cerca de cem mil volumes, como a biblioteca de Constantino e a de Carlos V, e seus manuscritos aumentavam de valor pelas ilustrações que continham. Constantinopla é citada por especialistas como o local que reuniu as maiores bibliotecas particulares e bizantinas. Infelizmente, incêndios destruíram muitas delas e entre as perdas irreparáveis, estão as obras de Homero que, segundo a tradição, foram escritas em letras de ouro.

As bibliotecas universitárias surgiram ainda na Idade Média com o advento das universidades por volta do século XI, pouco antes do Renascimento. Inicialmente, as bibliotecas das universidades estavam subordinadas às ordens religiosas, principalmente franciscanos e dominicanos Martins (2002), os livros ainda eram manuscritos e surgiram trabalhadores para reproduzirem os livros devido à

necessidade das universidades e crescimento intelectual. Também nesse período inicia-se a laicização e esse fato caracterizou-se como o início de um novo momento para os povos cristãos do ocidente: os livros extravasam o âmbito da religiosidade e avançam por outros territórios temáticos. (MILANESI, 2002).

No momento em que a Idade Média entrava em decadência dando espaço ao Renascimento, difundiu-se na Europa a tecnologia dos tipos móveis, criada por Gutenberg. Quanto mais se lia, mais se produzia conhecimento, o que aumentava o campo para novos estudos. Este ciclo cresceu aumentando a relação entre a universidade, a biblioteca e os seus leitores. As principais bibliotecas desse período foram a Biblioteca Jurídica de Orléans, a Biblioteca Médica de Paris, a Biblioteca de Oxford e a de Cambridge.

Desse modo, percebemos que as bibliotecas universitárias trouxeram grande avanço para a organização das bibliotecas atuais, inserindo mecanismos e diretrizes para seu funcionamento que são utilizados até hoje como o catálogo unificado, onde se armazenava os nomes dos autores e de suas obras, marcando assim uma nova era para as bibliotecas posteriores.

A organização dos acervos das bibliotecas atuais ainda tem sua origem nessa época, pois as bibliotecas universitárias mantinham seus livros organizados em armários com divisórias e arrumados um ao lado do outro, contendo etiquetas visíveis indicadoras de informações importantes do livro, realidade comum nas bibliotecas atuais, sendo aperfeiçoada a catalogação dos livros e organização dos acervos.

### **Biblioteca na Idade Moderna**

A biblioteca moderna surge com a Renascença e o estabelecimento da imprensa com a tipologia móvel. A indústria e o mercado editorial cresceram muito nessa época, alcançando vários países europeus e, principalmente a partir do século XVI, o livro deixou de ser produzido de maneira artesanal e teve sua circulação ampliada com a publicação de livros em formatos menores e mais baratos. Foi graças a partir da invenção da imprensa que houve o barateamento e difusão do livro, quebrando o monopólio das mãos dos religiosos e permitindo que qualquer pessoa alfabetizada tivesse acesso ao livro e ao conhecimento. (MILANESI, 2002).

Com o crescimento informacional de materiais, foi preciso estruturar as bibliotecas, tanto no meio físico quanto organizacional, para melhorar o seu acesso.

Antes, os manuscritos eram separados por língua, depois, os impressos foram ordenados por assunto e esse aumento progressivo de impressos necessitou de um profissional que atuasse como um mediador de informação, organizando o acervo e evitando que se instalasse o caos devido ao volume de publicações. (MILANESI, 2002).

É nesse período que passou a ser reconhecido o profissional com formação especializada que pudesse tratar tecnicamente dos materiais existentes na biblioteca: o bibliotecário, pois até meados do século XIX as bibliotecas empregavam eruditos e escritores para essa função. (MARTINS, 2002).

A biblioteca moderna passa agora a ter um novo formato voltado ao público como foco principal, sendo agora uma instituição leiga, civil, pública e aberta atendendo a necessidades completamente novas.

### **Biblioteca Contemporânea**

Diante do desenvolvimento intelectual e grande acúmulo de informações, as bibliotecas contemporâneas se estabelecem não mais para armazenar material e conhecimento, mas para disseminá-lo. As bibliotecas no final do século XIX passam a ter propósitos bem definidos e hoje, um dos objetivos da biblioteca é disponibilizar informação.

Muitos dos desafios da contemporaneidade estão concentrados na ideia da reconfiguração dos espaços do saber e de atuações possíveis de incentivo ao conhecimento. Nesse contexto, as bibliotecas contemporâneas são espaços que, através da preservação da cultura e conhecimento, se transformam em lugares de encontro e trocas. Assim como um livro, elas são um ambiente fértil para a construção de novos pensamentos e saberes.

Com o passar dos tempos, as bibliotecas passaram também por transformações: diminuíram em termos estruturais, mas cresceram em variedade de suportes e formatos para atender melhor a demanda de nossa época e hoje, além de bibliotecas físicas, temos as bibliotecas virtuais, que agregam novas formas de acesso à informação impondo

“(...) mudanças significativas no modo de atuação das bibliotecas e, por essa razão, é necessário ampliar os papéis e as responsabilidades, inovando constantemente e promovendo

mudanças incrementais e/ou radicais.” (VALENTIM, 2016, p. 19).

No Brasil, é possível afirmar que o surgimento da primeira biblioteca aconteceu com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, que trouxe um acervo de cerca de 60 mil obras, entre livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhas. O acervo ficou instalado nas catacumbas do Hospital do Carmo e só em 1810 foi aberta aos estudiosos.

Nesse período, a circulação de livros no país era quase irrisória, já que não havia ainda tipografia e os livros eram restritos. Os poucos que tinham acesso a esse mundo eram parte da sociedade letrada e abastarda. Starling (2020), fortalece nossa ideia ao relatar que as bibliotecas só começaram a surgir no Brasil a partir da segunda metade do século XVI, em Salvador, com a instalação do Governo Geral. Graças às companhias religiosas, principalmente à Companhia de Jesus, surgiram os primeiros acervos no país, que se tornaram centros de cultura e formação intelectual.

Por conseguinte, os primeiros esforços de acesso ao livro em nosso país foi dos padres jesuítas e os livros estavam concentrados nas mãos de uma pequena elite colonial ou pertenciam à Igreja, que nessa época eram “os guardiões do saber”. Como no Brasil, as tipografias estavam proibidas, os livros eram escassos e os que existiam reproduziam a cultura europeia, fato que auxiliava no controle e dominação da população. Apesar do grande esforço dos jesuítas em difundir o acesso à palavra escrita, estes não ganharam grande visibilidade na época, o que comprova, historicamente, que o acesso à informação, à educação e à cultura nunca foi prioridade em nosso país.

Isto posto, enfatizamos o papel da biblioteca e do profissional de biblioteca no fomento à leitura, através dos recursos e materiais informacionais e das mediações de leitura literária, pois “as pessoas são a essência das bibliotecas contemporâneas, por um lado, os profissionais que nelas atuam e, por outro lado, o público usuário que necessita de seus serviços e produtos informacionais.” (Valentim, 2016, p. 39).

Nesse pensamento, de que a essência de uma biblioteca é o/a usuário/a e não mais apenas o acervo, percebemos que a tarefa do profissional que atua em bibliotecas escolares se depara com uma enormidade de desafios nessa nova era tecnológica, não bastando apenas facilitar o acesso ao conhecimento, mas estabelecer estratégias para se chegar a ele.

## REFERÊNCIAS

BARBIER, Frédéric. **História das Bibliotecas: De Alexandria às Bibliotecas Virtuais**. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta, 2003.

BRAYNER, C. As Bibliotecas Beneditinas do Brasil. **Memória e Informação**, v. 1, n. 1, 11 jul. 2017.

CHARTIER, Roger. **Do códice ao monitor: a trajetória do escrito**. *Estud. av.*[online]. 1994, vol.8, n.21, pp. 187. Disponível em: [SciELO - Brasil - Do códice ao monitor: a trajetória do escrito](#). Acesso em: 13/04/2013.

LOUREIRO, Juliano. **A história do livro: como eram feitos os livros antigamente? (livrobingo.com.br)**. 2021. Disponível em: <https://www.livrobingo.com.br/a-historia-do-livro>. Acesso em 17/04/2023.

MACHADO, Paulo Henrique; REMENCHE, Maria de Lourdes Rossi. **Leitura e produção do livro de literatura infantil: do análogo ao digital**. Revista Travessias, Cascavel, v. 11, n.03, p. 158-177, set/dez 2017.

MARTINS, Maria Helena. **O que é Leitura?** 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. In: FARIAS, Dealúcia Pinto. **Mediação de leitura: uma biblioteca escolar na formação de leitores**. Dissertação de Mestrado. João Pessoa UFPB, 2017.

MARTINS, Wilson. **A Palavra Escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

MEDEIROS, A. L. **As bibliotecas na Antiguidade**. *Memória e Informação*, 2019, 69-85. Disponível em: <http://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/90> Acesso em : 16/04/2023.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. 3ª ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2002

NASCIMENTO, Cícera Maria do. **A materialização da política de leitura literária na rede municipal de ensino de Caruaru/PE: resistências e tensões**. / Cícera Maria do Nascimento. – 2016. Dissertação de mestrado.

SANTA-ANA, Jorge. **Trajétória histórica das bibliotecas e o desenvolvimento dos serviços bibliotecários: da guarda informacional ao acesso**. Revista digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 138-156 jan/abr. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v13i1.1585>. Acesso em: 26/04/2023.

STARLING, Iriam. **A saga das bibliotecas brasileiras**. Pensar a Educação em Pauta. 13 de novembro de 2020. Disponível em: <[A saga das bibliotecas brasileiras – Jornal Pensar a Educação em Pauta \(pensaraeducacao.com.br\)](#)>. Acesso em: 29/03/2023.

VALENTIM, Marta Lícia Pomim. **Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas.** Brasília: Ipea, p. 19-42, 2016.

## ***Organizadores***

### **JADILSON MARINHO DA SILVA**

Possui graduação em Letras pelo Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco (2010), graduação em Pedagogia pela Faculdade Mantense dos Vales Gerais (2021), especialização em Estudos Linguísticos e Literários pela Universidade Cândido Mendes (2015), especialização em Ensino de Língua Portuguesa pela Faculdade de Ciências Educacionais (2014), especialização em Língua Brasileira de Sinais (2020), especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional (2021), Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad de la Integración de las Américas (2017) e Doutorado em Ciências da Educação (2019). Atualmente leciona no Ensino Superior (graduação e pós-graduação) e no Ensino Médio. Possui experiência na área de Letras e Educação com ênfase em Literatura Brasileira, Literatura Comparada, Linguística, Educação Inclusiva, tecnologia assistiva, formação de professores, tecnologia educacional, avaliação e currículo.

### **RAFAELLA SALES DA SILVA**

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Mestra em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco- UFPE/CAA (2017), pós-graduada em Metodologia do Ensino de Língua portuguesa e Literatura, graduada em Letras- Inglês pela Faculdade de Ciências e Letras de Caruaru (2010). É professora efetiva de língua portuguesa na Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco. Tem experiência na área de Educação, dedicando-se, principalmente, ao estudo de temas relativos ao ensino de língua portuguesa, aos saberes e práticas docentes.

## **MARIA ROSINEIDE SARAIVA SOMBRA**

Doutora em Ciências da Educação pela Universidad de la Integración de las Américas, mestra em Ciências da Educação pela Universidad Americana. Atualmente é concursada da Prefeitura Municipal de Caucaia e concursada do Governo do Estado do Ceará. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino-Aprendizagem e Educação Especial.

## **LILIAN BENTO DE SOUZA SILVA**

Doutora em Ciências da Educação (Diploma reconhecido pela Universidade Federal de Goiás), Mestre em Ciências da Educação pela Universidad de la Integración de las Américas (UNIDA-2017). Especialista em Supervisão e Orientação Educacional pela Faculdade Nossa Senhora de Lourdes (FNSL/CINTEP-2013), pós-graduanda em Intervenção ABA aplicada ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) pela Faculdade Metropolitana (FAMEESP), pós-graduanda em Conciliação e Mediação de Conflitos pelo Centro de Mediadores Instituto de Ensino/Faculdade de Administração, Humanas e Exatas de Mundo Novo (UniFAHE). Graduada em História na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB-2008), graduada em Pedagogia na Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA-2005) e graduanda em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora efetiva da Educação Básica nos municípios de João Pessoa e Bayeux, tendo atuado como professora do Ensino Fundamental e Infantil, formadora e supervisora educacional. Tem experiência na área da Educação, com ênfase em Ensino e Aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: relação entre a história e a literatura; métodos e técnicas de ensino; formação de professores; Educação Inclusiva; identidade e cultura; uso de recursos audiovisuais e literatura como ferramenta didática.



Editora  
**REALCONHECER**

ISBN 978-658452583-2



9 786584 525832